

COMPREENDENDO A COMPLEXIDADE SOCIAL:

estudos interdisciplinares nas
ciências sociais aplicadas

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



COMPREENDENDO A COMPLEXIDADE SOCIAL:

estudos interdisciplinares nas
ciências sociais aplicadas

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2024

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

2024 by Atena Editora

Ellen Andressa Kubisty

Copyright © Atena Editora

Luiza Alves Batista

Copyright do texto © 2024 Os autores

Nataly Evilin Gayde

Copyright da edição © 2024 Atena

Thamires Camili Gayde

Editora

Imagens da capa

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

iStock

Edição de arte

Open access publication by Atena

Luiza Alves Batista

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes
 Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do
 Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-
 Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Compreendendo a complexidade social: estudos interdisciplinares nas ciências sociais aplicadas

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C737 Compreendendo a complexidade social: estudos interdisciplinares nas ciências sociais aplicadas / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-2088-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.880241901>

1. Ciências sociais. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A coletânea *'Compreendendo a complexidade social: estudos interdisciplinares nas ciências sociais aplicadas'* é composta por 07 (sete) capítulos produtos de pesquisa, revisão de literatura, relato de experiência, dentre outros.

O primeiro capítulo, analisa as percepções dos profissionais de enfermagem em relação ao trabalho noturno, suas implicações sociais e consequências para a saúde física e mental. Já o segundo capítulo, analisa a maneira de execução da política pública desenvolvida pelo Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP) nos municípios de Juazeiro/BA, Natal/RN, Petrolina/PE e Salvador/BA. O terceiro capítulo, por sua vez, discute a conexão entre o objeto cultural cidade e água.

O quarto capítulo, apresenta os resultados de revisão integrativa da literatura científica que discute experiências locais de alocação de recursos financeiros para a atenção primária à saúde. Já o quinto capítulo, trata da implementação de soluções individuais e descentralizadas no tratamento de esgotos domésticos, com foco especial em comunidades de baixa renda.

O sexto capítulo, analisa o personagem Homelander da série *'The Boys'* como um agente de desconstrução do conceito tradicional de herói americano. E finalmente, o sétimo capítulo que apresenta a experiência do processo de informatização da Biblioteca Professor José Nórdia Filho no Colégio João XXIII em São Paulo.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

CAPÍTULO 1	1
ESTRESSE E SAÚDE MENTAL EM TRABALHADORES DA ÁREA DA SAÚDE: UM OLHAR PARA OS TRABALHADORES DE TURNO	
Ilson Vidal de Souza Tassiane Cristina Moraes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8802419011	
CAPÍTULO 2	9
O ATENDIMENTO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: ENTRE A TÉCNICA E A AFETIVIDADE	
Anna Christina Freire Barbosa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8802419012	
CAPÍTULO 3	20
PLANEJAMENTO DO TERRITÓRIO E SUA RELAÇÃO COM A ÁGUA	
Mauro Kleiman	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8802419013	
CAPÍTULO 4	31
ALOCAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	
Janaína Mendes Diniz Jaqueline Vilela Bulgareli	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8802419014	
CAPÍTULO 5	53
VANTAGENS DA UTILIZAÇÃO DE SOLUÇÕES INDIVIDUAIS NO TRATAMENTO DE ESGOTO	
José Moacir de Sousa Vieira Mário Valério Filho Rodolfo Moreda Mendes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8802419015	
CAPÍTULO 6	62
DE HERÓI A ANTI-HERÓI: COMO HOMELANDER SUBVERTE O CONCEITO POPULAR DE HERÓI AMERICANO	
Tatiana Machado Boulhosa Heloisa Lucas dos Anjos Paloma Cristy Godoy Nathalia Lobo Gubani de Moura Sara Silva Ribeiro Julia Rodrigues Salvi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8802419016	
CAPÍTULO 7	75
BIBLIOTECA PROFESSOR JOSÉ NORCIA FILHO: BIBLIOTECÁRIA	

ENGAJADA E COM BRILHO NOS OLHOS

Simone Lopes Dias

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8802419017>

SOBRE A ORGANIZADORA89

ÍNDICE REMISSIVO90

ESTRESSE E SAÚDE MENTAL EM TRABALHADORES DA ÁREA DA SAÚDE: UM OLHAR PARA OS TRABALHADORES DE TURNO

Data de submissão: 09/11/2023

Data de aceite: 02/01/2024

Ilsou Vidal de Souza

Escola Superior de Ciências da Santa
Casa de Misericórdia de Vitória –
Emescam
Programa de Pós-Graduação em Políticas
Públicas e Desenvolvimento Local
Vitória – Espírito Santo
<https://orcid.org/0009-0001-8912-5621>

Tassiane Cristina Morais

Escola Superior de Ciências da Santa
Casa de Misericórdia de Vitória –
Emescam
Programa de Pós-Graduação em Políticas
Públicas e Desenvolvimento Local
Vitória – Espírito Santo
<https://orcid.org/0000-0002-5101-2883>

RESUMO: Nos últimos anos, as mudanças sociais têm promovido uma sociedade com serviços disponíveis 24 horas por dia, afetando cerca de 20 milhões de brasileiros que desempenham atividades noturnas. É importante ressaltar que o ser humano possui um relógio biológico que regula os ritmos circadianos internos, e quaisquer perturbações nesse relógio podem acarretar problemas de saúde. Os trabalhadores noturnos enfrentam desafios significativos devido às alterações em suas

rotinas diárias, como a inversão do ciclo de sono, dormindo durante o dia e trabalhando à noite. Essas mudanças podem resultar em desequilíbrios hormonais e afetar a saúde mental dos profissionais de saúde. Portanto, é fundamental analisar as percepções dos profissionais de enfermagem em relação ao trabalho noturno. Neste sentido, espera-se discutir sobre o tema, bem como suas implicações sociais e consequências para a saúde física e mental.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho Noturno; Sono; Noite; Profissionais de Saúde; Enfermagem.

STRESS AND MENTAL HEALTH IN HEALTHCARE WORKERS: A LOOK AT SHIFT WORKERS

ABSTRACT: In recent years, social changes have promoted a society with services available 24 hours a day, affecting approximately 20 million Brazilians engaged in nocturnal activities. It is important to emphasize that humans have a biological clock that regulates internal circadian rhythms, and any disruptions to this clock can lead to health problems. Night shift workers face significant challenges due to changes in their daily routines, such as the reversal of the sleep cycle, sleeping

during the day, and working at night. These changes can result in hormonal imbalances and impact the mental health of healthcare professionals. Therefore, it is essential to analyze the perceptions of nursing professionals regarding night work. In this sense, it is expected to discuss the topic, as well as its social implications and consequences for physical and mental health.

KEYWORDS: Night Work; Then no; Night; Health professionals; Nursing.

1 | INTRODUÇÃO

O trabalho noturno desempenha um papel crucial para a sociedade, especialmente para a área da saúde, eles garantem a prestação contínua de cuidados essenciais a vida em todas as horas do dia. Entretanto, no contexto do sistema capitalista, o funcionamento de uma sociedade 24 horas também trazem inúmeros desafios físicos, mentais e sociais para a vida o sujeito trabalhador, em especial o profissional de enfermagem.

Dentro deste contexto, foi realizado um estudo na literatura científica em que na análise cuidadosa das informações coletadas no contexto do tema “estresse e saúde mental em trabalhadores da área da saúde: um olhar para os trabalhadores de turno”. O processo de pesquisa foi iniciado com uma ampla revisão da literatura, visando à coleta de dados e informações relevantes sobre o estresse e a saúde mental dos trabalhadores da área da saúde, com foco especial nos que trabalham em turnos. Essa revisão narrativa abrangeu bases de dados acadêmicos. A seleção dos artigos durante a revisão foi orientada por critérios como relevância, atualidade e transparência metodológica.

Posteriormente foram construídos o capítulo teórico que aborda sobre a sociedade 24 horas e o trabalho dos profissionais de enfermagem dentro deste contexto.

A discussão desta temática lança luz sobre questões fundamentais relacionadas aos trabalhadores de turno, com destaque para os profissionais da enfermagem. Trata-se de temática de grande relevância para a saúde pública, no intuito de fortalecer as Políticas Públicas voltadas para a proteção da saúde e da vida dos trabalhadores de turno.

2 | TECENDO OS FIOS DO TEMPO: REFLEXÕES DE UMA SOCIEDADE 24 HORAS

As transformações resultantes da diversificação dos métodos de produção, como o fordismo, o taylorismo e o toyotismo, ou seja, a acumulação flexível, implicam, no contexto do sistema capitalista, em diferentes abordagens para a exploração, culminando na acumulação flexível. Essas mudanças têm impactos substanciais que influenciam tanto a dimensão objetiva quanto subjetiva da classe trabalhadora, moldando, assim, sua identidade e modo de existência (GODOY, 2009). Neste aspecto, observa-se que:

A enfermagem é fortemente influenciada pelo modelo taylorista e fayolista, tão presentes na organização do trabalho da categoria, ao desempenhar a função de gerente centralizador do saber, que domina a concepção do processo

de trabalho da enfermagem, e ao delegar atividades parcelares aos demais trabalhadores de enfermagem [...]. A assistência direta fica aos cuidados do pessoal técnico e auxiliar, e a enfermeira assume a supervisão e o controle do processo de trabalho, reforçando a divisão entre trabalho intelectual e manual (GODOY, 2009; p. 106).

No início do século XX, o modelo Fordista dominava a indústria, o que teve implicações significativas na forma como as profissões, incluindo a enfermagem, se organizavam e respondiam às necessidades da sociedade. Esse modelo introduziu a ideia de produção em larga escala, com linhas de montagem eficientes, o que aumentou a demanda por uma força de trabalho mais disciplinada e altamente especializada. No contexto da enfermagem, essa transformação na organização do trabalho se refletiu na necessidade de profissionais de enfermagem estarem disponíveis 24 horas por dia, sete dias por semana, para atender as demandas crescentes dos sistemas de saúde. A atenção à saúde se tornou um serviço contínuo, adaptado à crescente urbanização e ao aumento da população (GOGOY,2009).

Nesse sentido, a organização do trabalho no século XX, influenciada pelo modelo Fordista e pelas necessidades da sociedade, contribuiu para a criação e manutenção de serviços de saúde, como a UPA, que está disponível o tempo todo para atender às necessidades de saúde da população. Essa evolução reflete o compromisso contínuo com a prestação de cuidados de saúde acessíveis e de qualidade em momentos de necessidade. Nesse aspecto, Saissu (2013, p.17) explica que:

A UPA é um dos componentes pré-hospitalares fixos, conceituado, pelo MS (2011), como o estabelecimento de saúde de complexidade intermediária, entre as Unidades Básicas de Saúde e a Rede Hospitalar, prestando serviços 24 horas em todos os dias da semana, incluindo feriados e pontos facultativos, devendo acolher sempre os usuários e seus familiares, articulando com os demais pontos de atenção, fornecendo retaguarda às urgências atendidas pela Atenção Básica, mantendo os pacientes em observação, por período de até 24 horas, caso necessite encaminhá-lo para o serviço hospitalar.

É crucial ressaltar, uma vez mais, que as revoluções industriais e suas conseqüentes mudanças não afetaram apenas a enfermagem, mas reverberaram por toda a sociedade. Isso justifica a existência de diversas profissões que operam especialmente durante o período noturno. Entretanto, é inquestionável o consenso entre médicos e cientistas de que a inversão dos ritmos naturais, trocando o dia pela noite, tem a possibilidade de acarretar em sérios riscos à saúde devido às perturbações no delicado relógio biológico do indivíduo (SAISSU,2013).

Essas transformações sociais e industriais, que levaram ao desenvolvimento de profissões noturnas, refletem a complexidade da modernidade e da economia globalizada, onde a demanda por serviços em horários alternativos se tornou essencial para atender às necessidades em constante evolução da sociedade (BAUMAN,1998).

Ocorre que, os trabalhadores que exercem sua função no período noturno possuem uma maior probabilidade de passarem por um acidente de trânsito e um comprometimento

nos seus trabalhos, sejam eles quais forem (BORGES,2018). Ademais, é importante ressaltar que cerca de 15 milhões de pessoas trabalham em período noturno no Brasil, ou seja, mais de 5% da população brasileira. Entre esses profissionais, estão principalmente os profissionais da saúde, segurança e educação (BORGES,2018).

Além disso, é importante salientar que o repouso durante o período diurno não oferece os mesmos benefícios que o sono noturno, como evidenciado por um estudo conduzido por Aline Silva Costa (et al, 2023). Este estudo revelou que aqueles que descansam durante o dia não experimentam um sono reparador comparável àqueles que desfrutam de um descanso noturno. Isso se deve ao fato de que o organismo requer um ambiente livre da interferência da luz solar para atingir um verdadeiro desligamento cerebral. O comportamento cerebral diurno difere substancialmente do comportamento cerebral noturno nesse aspecto (COSTA et al, 2023).

Um sono verdadeiramente revitalizante só ocorre quando o cérebro é capaz de se desconectar e interromper a produção de hormônios necessários para o funcionamento durante o dia. Assim, é crucial que o cérebro entre em um estado de desligamento durante o período noturno, quando a pressão sobre ele tende a ser menor e o coração trabalha sob condições mais brandas (NEVES et al, 2023).

Nesse contexto, o sono noturno desempenha um papel fundamental na restauração das funções cognitivas e físicas. Durante a noite, o corpo passa por diversos estágios do sono, incluindo o sono REM (Rapid Eye Movement), que é essencial para o processamento de informações, a consolidação da memória e o equilíbrio emocional. Além disso, escuridão da noite promove a produção natural de melatonina, o hormônio do sono, que regula o ritmo circadiano do corpo (NEVES et al, 2023).

Sabe-se que é possível que aqueles que invertem o ciclo natural, substituindo a luz do dia pela escuridão da noite, venham a enfrentar uma série de desafios à sua saúde, incluindo a predisposição a transtornos como depressão, ansiedade e síndrome do pânico. Além de existir um aumento considerável no risco de desenvolver resistência à insulina, o que pode resultar em uma maior propensão ao ganho de peso e ao desenvolvimento da diabetes.

Outro aspecto previamente mencionado, mas que merece destaque novamente, é a constatação de que aqueles que labutam durante a noite apresentam uma probabilidade significativamente elevada de sofrerem eventos cardiovasculares, como ataques cardíacos e até mesmo acidentes vasculares cerebrais. Nesse sentido, fica evidente a importância de reconhecer os efeitos adversos dessa inversão de horários e promover medidas que visem à proteção da saúde física e mental daqueles que enfrentam essa realidade. Nesse aspecto, Antunes et al (2006, p.52), explica que:

As consequências das alterações no padrão de sono são diversas, podem ocorrer reduções na eficiência do processamento cognitivo, do tempo de reação e da responsividade atencional, além de prejuízo na memória,

aumento da irritabilidade, alterações metabólicas, endócrinas, imunológicas, 16 quadros hipertensivos, cansaço, náuseas, dores de cabeça, ardência nos olhos, visão turva, dores articulares e diminuição da libido.

Assim sendo, torna-se imperativo que os profissionais que desempenham suas atividades durante a noite estejam amplamente conscientes de sua saúde física e mental, permanecendo vigilantes em relação a quaisquer indícios de desequilíbrios que possam acarretar consequências adversas, tanto a curto prazo quanto a longo prazo. Uma recomendação essencial consiste em evitar a consecutividade de turnos noturnos, particularmente para os profissionais da área da saúde (ANTUNES,2006).

O conjunto dessas práticas contribui significativamente para o bem-estar e a segurança dos profissionais que trabalham em turnos. Ao adotá-las, eles podem reduzir os riscos associados ao estresse e à fadiga decorrentes do trabalho noturno, o que, por sua vez, aprimora sua capacidade de prestar atendimento de alta qualidade aos pacientes e garantir sua própria saúde mental e física.

3 | ENTRE PLANTÕES E CUIDADOS: A REALIDADE DO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM NA SOCIEDADE QUE NUNCA DORME

O trabalho noturno na enfermagem teve início com Florence Nightingale, considerada a pioneira da enfermagem moderna. Ela atuou durante a Guerra da Criméia em 1854 e, por meio dos cuidados prestados pelas equipes de enfermagem, conseguiu reduzir a taxa de mortalidade entre os feridos de guerra de 42% para 2% (CARRARO, 2001).

A realidade é que as doenças não conhecem horários e podem afligir qualquer pessoa a qualquer momento, assim, a presença de indivíduos dedicados a prestar assistência noturna é vital, pois a demora no atendimento pode ter consequências potencialmente fatais. Esses profissionais, ao longo da história, têm desempenhado um papel essencial na garantia da continuidade e da qualidade da assistência à saúde, independentemente do ciclo do relógio(CARRARO, 2001).

A transformação da noite em uma extensão do dia trouxe inúmeros benefícios, como maior disponibilidade de serviços e oportunidades para um estilo de vida mais flexível. No entanto, também trouxe consigo diversos desafios, incluindo impactos na saúde dos trabalhadores noturnos.

Além disso, é crucial ressaltar que uma adaptação completa ao trabalho noturno permanece inatingível. Quando alguém se compromete com o labor noturno, inevitavelmente precisa inverter o ciclo de sono, descansando durante o dia. Entretanto, como já demonstrado no tópico anterior, o sono diurno não é tão restaurador quanto o sono noturno, o que desencadeia uma série de desafios. Um desses desafios é a questão da obesidade, uma vez que o organismo, incapaz de realizar uma digestão adequada dos alimentos durante o sono diurno, pode sofrer desequilíbrios que contribuem para o

desenvolvimento desse problema de saúde (COSTA et al, 2023).

Nesse sentido, é inegável que os seres humanos possuem uma predisposição natural para atividade diurna e descanso noturno. A própria natureza dos ritmos biológicos e o sincronismo com o ciclo do dia e da noite são testemunhos dessa realidade. Além disso, como ilustrado no âmbito deste estudo, torna-se evidente que os indivíduos que desempenham suas funções durante as horas noturnas enfrentam um maior risco de complicações cardiovasculares (COSTA et al, 2023).

Essa associação entre trabalho noturno e problemas cardiovasculares pode ser atribuída, em parte, à interrupção do ritmo circadiano natural. Quando as pessoas dormem durante a noite, ocorre uma queda na pressão sanguínea, que é parte integrante de um ciclo saudável. No entanto, quando esse padrão é perturbado devido ao trabalho noturno, a ausência dessa queda na pressão pode desencadear complicações cardíacas (COSTA et al, 2023).

No contexto dos enfermeiros e técnicos de enfermagem que desempenham suas funções em turnos, a incorporação dessas práticas de autocuidado e a criação de ambientes de trabalho tranquilos ganham uma relevância ainda maior.

Contudo, esses profissionais frequentemente se deparam com os desafios inerentes ao trabalho em turnos, e é fundamental reconhecer que a execução de suas tarefas não é simples. Especialmente quando se trata de perturbações no relógio biológico.

É essencial a manutenção do equilíbrio entre a prestação de cuidados de saúde de alta qualidade e o autocuidado é um desafio complexo enfrentado pelos profissionais da área da saúde que trabalham em turnos. O entendimento das implicações das perturbações no ritmo circadiano e o investimento em práticas de autocuidado são passos essenciais para garantir a saúde mental e emocional desses profissionais e, por extensão, para proporcionar um atendimento de qualidade aos pacientes.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com todo o conteúdo exposto até aqui, torna-se patente que o trabalho noturno se erige como uma necessidade imperativa para permitir que a sociedade desfrute de uma existência digna. Isto ocorre, sobretudo, pela incontestável realidade de que as doenças não respeitam horários. Nesse cenário, a presença dos profissionais da área da saúde emerge como de vital importância, pois são eles os “guardiões da maquinaria” que mantém a sociedade em constante funcionamento.

Entretanto, não se pode ignorar que, frequentemente, esses profissionais são compelidos a sacrificar parte de sua própria qualidade de vida, sobretudo aqueles que enfrentam uma sequência extenuante de plantões noturnos em uma mesma semana. Como este estudo discorre, tal sacrifício inevitavelmente desencadeará consequências adversas, repercutindo negativamente em sua vida social e bem-estar psicológico.

A dedicação incansável desses profissionais da saúde, muitas vezes à custa de seu próprio bem-estar, reflete seu comprometimento com a missão de cuidar e preservar vidas. No entanto, é imperativo que a sociedade e as instituições de saúde reconheçam os desafios inerentes ao trabalho noturno e tomem medidas significativas para apoiar esses heróis do cotidiano.

Entre os principais impactos negativos na saúde dos profissionais da área da saúde, estão a fadiga, insônia, cansaço, maior risco de acidentes, cansaço, restrição de sono, irritabilidade, e até mesmo depressão. Neste sentido, a qualidade de vida de um indivíduo que trabalhe no período noturno certamente será reduzida, nesse cenário, deve ser buscado justamente a minimização dos impactos referentes ao trabalho turno, oferecendo aos profissionais da área da saúde, em especial os enfermeiros e técnicos de enfermagem, melhores condições de trabalho.

Para garantir a saúde física e mental desses trabalhadores, é essencial que haja uma infraestrutura que promova a proximidade com o local de trabalho e ofereça condições de repouso adequadas, onde o sono seja restaurador e o ambiente propício para relaxamento. A regularidade na rotina de sono e a implementação de estratégias de relaxamento são cruciais para ajudar esses profissionais a lidar com o estresse e a sonolência associados ao trabalho noturno.

Além disso, a conscientização sobre a importância do trabalho noturno na sociedade e o apoio da comunidade e das instituições de saúde são fundamentais para garantir que esses profissionais possam desempenhar seu papel vital sem comprometer gravemente sua qualidade de vida. O reconhecimento e a valorização de seu trabalho não apenas beneficiam os profissionais de saúde, mas repercutem positivamente na qualidade do atendimento prestado à sociedade.

Portanto, a sociedade depende dos serviços inestimáveis prestados pelos trabalhadores noturnos da área da saúde, e é imperativo que suas necessidades sejam atendidas para que continuem a desempenhar sua função essencial. O equilíbrio entre a prestação de cuidados e o autocuidado deve ser uma prioridade, visando garantir a saúde e o bem-estar desses profissionais que, incansavelmente, mantêm a sociedade em movimento, independentemente do relógio.

REFERÊNCIAS

Antunes, HKM. A influência do exercício físico e da privação de sono no padrão de sono em atletas de corrida de aventura. [Tese de Doutorado], Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP, 2006.

Bauman, Z. Globalization: The Human Consequences. Globalization: The Human Consequences. Editora, Polity Press. 1998.

BORGES, Ivanise de Jesus. UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE CURSO DE MEDICINA CORRELAÇÃO DA SONOLÊNCIA COM RISCO DE ACIDENTE DE TRÂNSITO: DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS. [s.l.: s.n.], 2018. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/2381/1/Ivanise%20de%20Jesus%20Monteiro.pdf>. Acesso em: 27 out. 2023.

CARRARO, Telma Elisa. Enfermagem e assistência: resgatando Florence Nightingale. 2 ed. Goiânia: AB, 2001.

COSTA, Aline; ROTENBERG, Lúcia; ROSANE HÄRTER GRIEP; *et al.* Napping on the night shift among nursing staff: potential benefits for workers' health. **Escola Anna Nery**, v. 19, n. 1, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/fj/ean/a/XfqKnRGGsYfHvbbFfcGYsWq/#>. Acesso em: 9 out. 2023.

ELIAS M, NAVARRO VL. A relação entre o trabalho, a saúde e as condições de vida: negatividade e positividade no trabalho das profissionais de enfermagem de um hospital escola. *Rev Latino-am Enfermagem*. 2006; 14(4): 517-25.

FUNDACENTRO. Aproximadamente 20 milhões de pessoas trabalham no período noturno. FUNDACENTRO. Disponível em: <https://www.gov.br/fundacentro/pt-br/comunicacao/noticias/noticias/2016/10/aproximadamente-20-milhoes-de-pessoas-trabalham-no-periodo-noturno>. Acesso em: 8 nov. 2023.

GODOY, S.C.B. Prazer e sofrimento do enfermeiro na relação com o trabalho: estudo em um hospital de urgência e emergência de Belo Horizonte HORIZONTE, Belo. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS ESCOLA DE ENFERMAGEM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM. . **BELO HORIZONTE**. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/GCPA-7XRNR7>. Acesso 15 set. 2023.

NEVES, M. J. A. O.; *et.al.* Influência do trabalho noturno na qualidade de vida do enfermeiro. *Rev. Enferm. UERJ*, v. 18, n.1, p.42-47, 2010.

SAISSU, Kauane Mineko Almeida. Unidades de pronto atendimento: uma avaliação normativa das upas do Distrito Federal. Universidade de Brasília –Faculdade de Ceilândia Curso de Graduação em Saúde Coletiva -Trabalho de Curso, Brasília/2013.

O ATENDIMENTO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: ENTRE A TÉCNICA E A AFETIVIDADE

Data de aceite: 02/01/2024

Anna Christina Freire Barbosa

RESUMO: O trabalho analisa a maneira de execução da política pública desenvolvida pelo Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP) nos municípios de Juazeiro/BA, Natal/RN, Petrolina/PE e Salvador/BA. No percurso metodológico a pesquisa adotou a abordagem qualitativa, em duas fases: bibliográfica e de campo, sendo esta última com utilização da técnica de Análise do Discurso Francesa para tratamento dos dados. Os resultados do estudo apontam para elementos que contribuem no sentido de propor ajustes quanto às formas de execução das oficinas, ao tomar em consideração as questões relativas ao gerenciamento e direcionamento das relações com os usuários.

PALAVRAS-CHAVE: População em situação de rua; Políticas públicas; Centro POP; Representações sociais; nordeste brasileiro.

1 | INTRODUÇÃO

A população em situação de rua em grandes contingentes é um fenômeno social mundial, cujas origens remontam à gênese do processo de industrialização, que alterou consideravelmente os modos de produção e a relação com a ocupação do espaço urbano (SILVA, 2006). A sociedade brasileira enfrenta também esse problema, não por um processo de industrialização, mas a partir da abolição da escravidão, em 1888, e a consequente dispensa dos negros do sistema de produção (COTRIM, 2017).

Segundo estimativa formulada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em setembro de 2012 o Brasil tinha uma população em situação de rua de 92.515. Já em março de 2020, esse número saltou para 221.869 indivíduos, o que significa uma taxa de crescimento de 139% no período, fenômeno que se repetiu em todas as regiões e em municípios de todos os portes, a despeito da existência da Política Nacional para a População em

Situação de Rua – PNPR, instituída pelo Decreto Presidencial nº 7.053/2009 (BRASIL, 2009).

Uma forte tendência a aceleração pode ser observada nos dados entre setembro 2019 a março de 2020, quando essa taxa foi de 6,8% de incremento (NATALINO, 2020). Nesse cenário o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) protagoniza o estabelecimento de uma política nacional direcionada ao atendimento de pessoas que estejam em vulnerabilidade social, para tanto conta com uma rede socioassistencial com 4.260 unidades¹ que prestam atendimento às pessoas em situação de rua.

Dentre essas estão inseridos os Centros de Referência Especializado para a População em Situação de Rua - Centro POP, com as tarefas de acolher, cuidar e promover ações de reintegração social dos usuários. Em 2020 estavam distribuídos em 154 municípios um total de 175 centros POP no Brasil, o que representa 2,7% do total, segundo a cartilha referencial (BRASIL, 2011). Este artigo objetiva analisar práticas de acolhimento executadas nas oficinas que compõem as estratégias operacionais das equipes técnicas de Centros POP localizados em Juazeiro/BA, Natal/RN, Petrolina/PE e Salvador/BA.

2 | ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E VÍNCULOS SOCIAIS

Compreende-se que as pessoas em situação de rua (BRASIL, 2009) estão inseridas em um contexto social, e este é estruturado por instituições sociais. Porém, é fato de que os laços de tais pessoas estão fragilizados (ROSA, 2005), fator que desencadeia a necessária discussão acerca da produção social da indiferença (HERZFELD, 2016), bem como do alcance das instituições sociais e, ainda, de que forma essa parcela da sociedade está inserida na estrutura social.

As instituições figuram como um padrão de controle em que a conduta individual é imposta pela sociedade. Discutindo esse tema, Peter L. Berger e Brigitte Berger (1977) analisam os elementos que caracterizam a sua existência, qual sejam: exterioridade, objetividade, coercitividade, autoridade moral e historicidade.

A exterioridade está relacionada ao fato de que as instituições sociais figuram como algo situado fora do indivíduo; de forma que não é possível falar-se em controle ou eliminação sobre ela. Já a objetividade, é traduzida no fato de que as instituições sociais se tornam algo objetivamente real, porque todos admitem o fato de que elas existem. Característica relacionada com a coercitividade, visto que a força coercitiva exercida possui amparo na objetividade destas, isto é, individualmente, a existência objetiva das instituições não será afastada, ainda que, por vezes, seja uma entidade não materializada, como o Estado.

Em sua manutenção, as instituições sociais não se valem apenas da coercitividade, também estão amparadas na autoridade moral, através da invocação de um direito à legitimidade, de forma que se reservam o direito de repreender o indivíduo que viola os

¹ <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/julho/encontro-discute-melhorias-no-atendimento-a-populacao-em-situacao-de-rua>

parâmetros morais.

É imprescindível assinalar que a autoridade moral exercida variará, podendo se mostrar em represálias externas ou internas, sendo que estas estão mais relacionadas ao sentimento de vergonha ou culpa que recai sobre o 'infrator'.

A historicidade que reveste tais entidades se relaciona com seu caráter externo, pois se baseia na lógica de que, além de estar inserida nos contextos sociais, faz isso antes mesmo de o indivíduo nascer. E ademais, perdura depois de sua morte, mesmo que com características diversas, pois reconhecer o poder das instituições não significa que elas não sofrem alterações

Além da análise acerca das instituições sociais e suas representações, a discussão proposta possui relação com a teoria da dádiva. A teoria da dádiva, desenvolvida por Mauss (2003), remete à análise do pacto social e quais elementos o fazem consistente, revelando-se como uma regra que emerge do seio social. Como forma de criar o pacto social, ele lembra a importância das ações de reciprocidade, que marcam o surgimento e manutenção de um contrato obrigatório de relações sociais. De cunho aparentemente livre, faz com que as partes estejam envolvidas em uma atmosfera de liberdade e gratuidade para a formação de vínculos de pertencimento.

Para além de explicar a formação de legitimidade do pacto social, a teoria da dádiva se relaciona com a força coercitiva e autoridade moral que é exercida pelas instituições sociais. Isto se dá porque a adesão ao pacto social acaba por criar, por um lado, condutas e métodos socialmente aceitos e, por outro, repulsa ou realiza o afastamento daqueles que não se adequem ao regramento socialmente imposto.

Nesse contexto, em que o relacionamento interpessoal ganha protagonismo, o viver em sociedade obriga que todos construam relacionamentos para sobreviver, situação que cria riscos inevitáveis, visto que o princípio da vida implica sair de si, o que pressupõe a existência de uma relação de dar e receber (MARTINS, 2016).

A vivência social, sob essa perspectiva, implica na dedicação da sociedade em agir coletivamente, o que enseja a geração de sentimentos de pertencimento, reconhecimento e inclusão na partilha do espaço urbano, isto é, no direito à vida na cidade (LEFEBVRE, 1991; MENDES, 2007) de forma plena.

Dessa forma, analisar as instituições sociais acerca do atendimento sinaliza a necessidade de avaliar políticas públicas (TINOCO, 2010) que efetivem a inserção dessas pessoas na estrutura social, o que pressupõe um trabalho integrado dentro da rede de atendimento que viabilize qualificação, tratamento, atendimento psicológico e assistencial.

3 | A INVESTIGAÇÃO COM O USO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A identificação de representações sociais norteadoras dos programas implementados para o atendimento às pessoas em situação de rua foi realizada com a ajuda de instrumentos

de pesquisa que privilegiaram a análise de conteúdo. É um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a “discursos” extremamente diversificados. Além disso, é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre o rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade.

Dentre os paradigmas formulados nas ciências sociais, as representações sociais despontam como uma maneira satisfatória para apreender o comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais (SPINK, 2013). Moscovici (2011) afirma que elas são formadas por influências recíprocas e por negociações implícitas no curso das ações dos agentes sociais, são mecanismos pelos quais as pessoas se orientam para modelos simbólicos, imagens e valores.

Nesse processo, os indivíduos adquirem um repertório comum de interpretações e explicações, regras e procedimentos que podem ser aplicados à vida cotidiana. São os processos formadores das representações sociais o falar, sentir e perceber, como diz Moscovici (1978).

Os procedimentos metodológicos utilizados foram os da Análise de Discurso francesa, para levantar os mecanismos de funcionamento do discurso, os quais repousam nas formações imaginárias do sujeito (ORLANDI, 2001; AMOSSY, 2007).

O foco para a discursivização é o aspecto central da pesquisa, considerando as condições de produção dos discursos e seus processos de constituição, levando em conta as contribuições de Foucault (2008), de Pêcheux (1997) e de Orlandi (2001, 2006) entre outros de igual importância. Para tanto, atentamos para o lugar social de onde falam os sujeitos envolvidos, as instituições que estes representam, e as relações de poder que norteiam o referido processo.

A premissa é que o sujeito enuncia a partir de uma Formação Discursiva (FD) que, na concepção de Pêcheux (2014 [1975]) permite que os processos discursivos produzam os efeitos de sentido. Deste modo, a língua constitui o lugar material onde se realizam as trocas intersubjetivas, através das quais se dá a conhecer motivações para as relações sociais.

3.1 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

O *locus* da pesquisa foram as unidades dos Centros POP dos seguintes municípios: Juazeiro/BA, Natal/RN, Petrolina/PE e Salvador/BA, unidade Djalma Dutra, tendo sido entrevistadas as equipes técnicas que as compõem.



Figura 1 - Pannel no Centro POP Djalma Dutra - Salvador/BA

Fonte: Acervo Centro POP Djalma Dutra, 2020.



Figura 2 – Oficina de usuários do Centro POP Petrolina/PE

Fonte: Acervo Centro POP Petrolina/PE, 2019.

Para a coleta de dados da pesquisa, realizada entre agosto e outubro de 2020, foi utilizada análise de relatórios referentes a programas implementados, com ênfase nas oficinas socioeducativas. De forma complementar foram realizadas entrevistas com roteiro previamente acordado para os representantes institucionais², de modo a consolidar bancos de dados despersonalizados, nos quais as informações foram agregadas, sem possibilidade de identificação individual.

Os documentos obtidos receberam tratamento segundo princípios e procedimentos preconizados pela teoria de Análise do Discurso Francesa (ORLANDI, 2001), cuja sistematização em etapas permite que a análise discursiva possa verificar como o objeto

² Em conformidade com a Resolução 510/2016, CNS, Art. 1º, parágrafo único, incisos II, V e VII.

simbólico (o texto) produz efeitos de sentido.

Esse percurso compreende o estabelecimento do *corpus* e da pergunta que o organiza até o alcance dos processos discursivos, responsáveis pelo modo como o texto significa. O passo seguinte é a dessuperficialização, que consiste na transformação da superfície linguística (o *corpus*, o material bruto, o texto) em objeto discursivo, colhido na primeira etapa. Assim que o objeto de análise se torna o discurso; o texto passa então a ser considerado “um exemplar do discurso” (ORLANDI, 2001, p.65).

Para a construção dos sentidos, é preciso referir esse texto à exterioridade, à discursividade, reportá-lo ao saber discursivo, ao já dito independentemente, considerando que todo texto inscrito na memória e na história, mantém um diálogo permanente com outros textos.

Na segunda etapa de tratamento de dados, remete-se o discurso a uma Formação Discursiva - FD da qual derivam os seus sentidos e relacionam-se as diferentes Formações Discursivas - FDs com a formação ideológica que interpela essas relações. Assim realizou-se o recorte.

4 | RESULTADOS

Para a AD não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados pela língua. Neste sentido o sujeito da AD não se apresenta livre para dizer o que quer dizer, mas ocupa um lugar social a partir do qual enuncia o que lhe é possível, a partir de uma determinada Formação Discursiva.

Nessa perspectiva, tem-se como objetivo verificar como se constituem os sujeitos desse estudo na relação com a aplicação de oficinas socioeducativas para os usuários dos Centro POP de Juazeiro/BA, Natal/RN, Petrolina/PE e Salvador/BA, quais discursos os atravessam.

Interessam-nos as representações por eles construídas sobre a política pública e as FDs a partir das quais enunciam. Tais representações são nomeadas formações imaginárias ou imagens pela AD. Uma vez abordadas as categorias eleitas para a análise, trataremos a seguir do caminho metodológico percorrido na busca pela produção dos sentidos.

A. O acolhimento apoiado na técnica

Relato 1

Acolher é necessário, mas tivemos que direcionar os usuários para obter um melhor resultado. O tempo dedicado a cada atividade necessita de controle constante por parte da equipe.

Relato 2

Do ponto de vista da metodologia foram necessários ajustes, especialmente quanto a gestão do tempo, pois alguns deles exigem muita atenção e isso, em certa medida, atrapalha o fluxo de atividades planejadas.

<p>Relato 3</p> <p>O primeiro passo é organizar o acolhimento, para em seguida fazer a distribuição das tarefas destinadas à equipe técnica. Entretanto as demandas dos usuários são variadas, o que precisa ser administrado.</p>
<p>Relato 4</p> <p>Com relação ao acolhimento foi necessário manter bastante atenção, pois é nesse momento que temos a noção de como será o dia em função da variedade de possibilidades de situações. É nesse momento que o usuário se aproxima com grande interesse e é preciso incluir as demandas na organização das atividades.</p>

Os sujeitos discursivos dos relatos acima se colocam com parte da tecnocracia estatal, o que denota a necessidade de afirmação do trabalho pelo viés técnico. Assim, é possível perceber que a atuação da equipe de atendimento para o acolhimento necessita de racionalidade, planejamento e capacidade de gestão de recursos, como podemos observar no uso das expressões “direcionar os usuários para obter um melhor resultado”, “controle constante” no relato 1, “organizar o atendimento” no relato 2 e “organização das atividades no relato 4.

Dessa forma, é estabelecido um lugar de saber-poder que se inscreve na dinâmica institucional enquanto uma episteme (FOUCAULT, 2008) para a racionalização do processo de trabalho, como demonstrado nos enunciados “o que precisa ser administrado” no relato 3 e “foi necessário manter bastante atenção” no relato 4.

Outro ponto que fica evidenciado é que a forma de acolhimento está diretamente relacionada com o tempo. Tal aspecto é bastante relevante para o desempenho das atividades, chegando a se constituir em ponto de tensão, como pode ser visto no relato 2 quando coloca que “foram necessários ajustes, especialmente quanto a gestão do tempo” e mais adiante “atrapalha o fluxo de atividades planejadas”, o que revela uma tensão na gestão da rotina institucional. O efeito de sentido produzido é o da apropriação dos processos de atendimento, que se constituem como um ativo de valor na relação social.

B. A valorização da fala através da escuta

<p>Relato 1</p> <p>Dentre as atividades está a escuta, realizada por todos os profissionais envolvidos.</p>
<p>Relato 2</p> <p>Muitos usuários requerem um grande grau de atenção, alguns se dirigem diariamente ao serviço somente para relatar as suas experiências ...</p>
<p>Relato 3</p> <p>Durante a execução das atividades se torna necessário utilizar a criatividade para que todos participem, pois em geral o tempo para que todos usuários se expressem é escasso</p>

Relato 4

Existe uma necessidade de fala por parte dos usuários... O que traz a necessidade de valorização de suas visões que precisam ser incluídas... As rodas de conversa são praticamente diárias.

A referência nos enunciados acima acerca da primazia da fala de maneira reiterada presentes nos relatos 2 “se dirigem diariamente ao serviço somente para relatar” e 4 “Existe uma necessidade de fala por parte dos usuários”, “As rodas de conversa são praticamente diárias”, denotam que a escuta é parte crucial na prática da equipe técnica.

A palavra emitida é uma dádiva que precisa da reciprocidade da escuta (MAUSS, 2003; MARTINS, 2001), aquilo que é recebido como contraprestação social, como é possível observar no relato 1 “Dentre as atividades está a escuta” e no relato 2 “Muitos usuários requerem um grande grau de atenção”.

A fala assim se constitui como um meio de troca, no qual dar e receber se complementam, constituem parte de uma economia de trocas linguísticas (BOURDIEU, 1983). Nessa perspectiva, um ponto a ser considerado é que as representações sociais ocorrem de forma tangível por meio da incorporação de atos de fala, em que a autoimagem dos usuários se expressa por meio do seu protagonismo nas relações sociais, como se vê no relato 4 “O que traz a necessidade de valorização de suas visões, que precisam ser incluídas”.

C. A arte como fator de engajamento

Relato 1

Nas oficinas de artesanato tivemos poucas adesões, a maioria prefere utilizar o tempo para alguma atividade econômica. O que mais impactou foi o cinema, assistir aos filmes na unidade. Especialmente os de ação, como os X-Men.

Relato 2

Na rotina de atividades os filmes de duas a três vezes por semana, com bastante aceitação por parte dos usuários

Relato 3

Quanto aos filmes, sempre procuramos ouvir o que eles preferem, entretanto precisa haver um direcionamento para evitar estresse e disputas que podem afetar o funcionamento do serviço.

Relato 4

O que tem apresentado bastante resultado são os filmes, há um grande interesse por filmes variados. Mas isso sempre precisa ser negociado com os usuários, para que sejam incluídos não só os do circuito comercial mas também os educativos, que agregam mais ao trabalho da equipe.

As avaliações atribuídas ao uso do cinema como estratégia de trabalho são bastante significativas. No que se refere a sua utilização nas oficinas, é uma forma usual de capturar

a atenção dos usuários do Centro Pop, sendo citado de forma reiterada, como segue: “O que mais impactou foi o cinema” (relato 1); “Na rotina de atividades estão os filmes de duas a três vezes por semana” (relato 2); “ há um grande interesse por filmes variados (relato 4)”.

O uso do verbo ‘impactar’ e da expressão ‘grande interesse’ apontam para uma relação em que o sujeito discursivo reconhece a apropriação da sétima arte como dispositivo viabilizador do trabalho. Tal mecanismo tem a sua função reconhecida, ao permitir o acesso para a formação de subjetividades voltadas a viabilizar as ações de inserção social, pois conforme o relato 4 ‘agregam mais ao trabalho da equipe’.

Tem-se, portanto nesse enunciado uma percepção positiva da adesão ao cinema como prática integradora e educativa, com desdobramentos favoráveis ao trabalho institucional. O efeito de sentido produzido é, portanto, de apropriação de saberes técnicos na organização como parte de seu *habitus* (BOURDIEU, 2004), fundamentais para o desenvolvimento das oficinas como parte da cultura técnico-organizacional.

Por outro lado, há a inserção de elementos de tensão com os usuários, como é colocado no relato 3, ao afirmar que, “entretanto precisa haver um direcionamento para evitar estresse e disputas que podem afetar o funcionamento do serviço”. Essa valorização, ao introduzir uma conjunção adversativa, revela a existência de condicionantes na condução das oficinas, já que ‘sempre precisa ser negociado’.

Dessa forma, enuncia de um lugar de construção de reciprocidade (MARTINS, 2016), para que a relação social se dê a contento para os objetivos da política pública. Nesse aspecto, depreende-se a existência do indicativo de que não há exclusividade na prevalência da vontade da equipe técnica, mas a necessidade de uma *expertise* que se manifesta na capacidade de negociação com os usuários dos serviços.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de investigação realizado se propôs a analisar a forma como ocorre o atendimento institucional dirigido às pessoas em situação de rua. De cunho sociológico, o seu escopo foram as vivências das equipes técnicas dos Centro Pop no atendimento aos usuários do serviço. Em especial, sobre a maneira de condução das práticas realizadas nas oficinas socioeducativas.

Foram identificados vários fatores intervenientes nas relações sociais, com impacto na execução da política pública. Dentre os quais, de maneira bastante expressiva, ficou evidenciado que não basta apenas a existência do equipamento físico e o oferecimento de serviços de natureza burocrática, somados a promoção de oficinas de acordo com as prioridades governamentais.

Para que haja êxito, os dados apontam para a necessidade de que seja estabelecida uma relação de confiança, não somente com as instituições, mas também especialmente obtida por meio da proximidade com os profissionais em campo. Os indivíduos atendidos,

a despeito de toda condição de miserabilidade a que estão submetidos, ainda assim se colocam de maneira a reservar para si um espaço de autonomia frente ao poder do Estado.

Um melhor aproveitamento de seu desempenho pode ser obtido com abordagens adequadas por meio do uso de linguagens artísticas, que levem em consideração a necessidade de uma atuação institucional que supere a mera aplicação de procedimentos burocráticos.

A adequada gestão de ações voltadas para as pessoas em situação de rua, no sentido de preservar adequadamente a tutela de seus direitos sociais, passa por investimento em melhorias estruturais nos equipamentos físicos disponíveis e em treinamento para as equipes. Dessa maneira, a sociedade brasileira poderá se aproximar do preceito constitucional de proteção social integral.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. O lugar da argumentação na análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. Tradução de Adriana Zavaglia. **Filologia e linguística portuguesa**, São Paulo, n. 9, p. 121-146, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Bourdieu Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p.156-183. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 39)

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. reimpressão. Brasília, 2009.

BRASIL. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializada para a População em Situação de Rua – SUAS e População em Situação de Rua**. Brasília: Editora Brasil LTDA, V.3, 2011.

COTRIM, Gilberto. **História Global: Brasil e Geral**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HERZFELD, Michael. **A produção social da indiferença**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2016

IBGE. **Síntese dos indicadores sociais**. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

MARTINS, Paulo Henrique. **A sociologia de Marcel Mauss e sua atualidade teórica: o paradigma da dádiva e as ciências sociais no Brasil**. trabalho apresentado no XXV encontro Anual da Anpocs, Caxambu. 2001.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

MENDES, Mariana Vilas Bôas. **Um estudo sobre os territórios existenciais da População de Rua de Belo Horizonte**. Dissertação de mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

MOSCOVICI, S. **A representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro. Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. **A invenção da sociedade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br> Acesso em: 04/12/2020

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento – as formas do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 2006.

_____, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. **Análise Automática do Discurso (AAD-69)**. In: GADET, F. & HAK, T.(org). Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora Unicamp, 2014 [1975].

SILVA, M. Lúcia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. Dissertação de Mestrado em Política Social. Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 95-118.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de Rua**. São Paulo: Hucitec, 2005.

TINOCO Dinah dos Santos. Análise Sequencial de Políticas Públicas nas abordagens da Ciência Política e da Gestão (Management) **Cadernos Ebape**. BR, v. 8, nº 1, artigo 11, Rio de Janeiro, Mar. 2010 Disponível em www.ebape.fgv.br/cadernosebape acesso em 22.06.2011

PLANEJAMENTO DO TERRITÓRIO E SUA RELAÇÃO COM A ÁGUA

Data de submissão: 07/11/2023

Data de aceite: 02/01/2024

Mauro Kleiman

Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Instituto de Pesquisa e Planejamento
Urbano e Regional
<http://lattes.cnpq.br/0362856868158585>

RESUMO: O artigo busca examinar a conexão entre o objeto cultural cidade e água. A cidade tomada na sua permanente dinâmica de transformações que avança sobre o meio natural alterando a paisagem, apresentando articulações e dissociações com a água. A partir da introdução do planejamento do território e seus modelos de ordenação das cidades a questão proposta neste trabalho traz uma discussão que atravessa alguns momentos históricos que consideramos cruciais para compreender as relações entre água e cidade. Para tal utilizamos de revisão da literatura de autores que tratam deste processo, e tomamos o caso brasileiro e a cidade do Rio de Janeiro como situações de análise. Como resultados são apresentados desde os momentos de contato das cidades com a água, sua estagnação e efeitos de águas servidas não coletadas no mundo feudal, a rejeição da água na sua visibilidade,

tapando-a, enterrando-a no bjo do modelo higienista, ao que se segue de sua separação dos demais elementos urbanos no mdelo racional funcionalista, e a busca mais recente por sua reintrodução na cidade e metrópole ampliada.

PALAVRAS-CHAVE: Água, Cidades, Planejamento, Território

TERRITORY PLANNING AND ITS RELATIONSHIP WITH WATER

ABSTRACT: The article seeks to examine the connection between the cultural object city and water. The city taken in its permanent dynamic of transformations that advances over the natural environment, altering the landscape, presenting articulations and dissociations with water. From the introduction of territorial planning and its city ordering models, the question proposed in this work brings a discussion that crosses some historical moments that we consider crucial to understanding the relationships between water and the city. To do this, we used a literature review from authors who deal with this process, and we took the Brazilian case and the city of Rio de Janeiro as situations of analysis. The results are presented from the moments of

contact of cities with water, its stagnation and effects of wastewater not collected in the feudal world, the rejection of water in its visibility, covering it, burying it in the kiss of the hygienist model, at the same time. which follows from its separation from other urban elements in the rational functionalist model, and the more recent search for its reintroduction into the city and expanded metropolis.

KEYWORDS: Water, Cities, Planning, Territory

1 | INTRODUÇÃO

A relação entre o acontecimento artificial designado como cidade e a água, com a primeira tomada na sua permanente dinâmica de transformações que avança sobre o meio natural alterando a paisagem, induz ao conjunto de reflexões sobre o planejamento do território, onde as articulações entre objeto construído e o objeto natural, apresentam articulações que vão da associação à dissociação, da assunção à dissimulação daquele por este, existindo, também, meio termos entre estes pólos opostos. As cidades se configuraram e se desenvolveram no mundo em diferentes períodos históricos com uma relação sempre permanente com a água. Conquanto a água seja um elemento primordial para a vida, a organização dos grupamentos humanos no meio ambiente desde sempre buscaram sua proximidade, e, mais ainda se apresentou necessária sua presença desde quando as cidades aparecem como nova forma de configuração sócio-econômica, quando a relação com a água sempre sendo um dos elementos determinantes das paisagens urbanas: cidades-portos, cidades com canais, cidades nas bordas e/ou atravessadas por grandes rios, cidades no entorno de baías com lagos, lagoas, praias oceânicas, cidades situadas no contexto de várias bacias de rios...

No desenvolvimento das cidades(GOITIA,1982,GIEDION,1968) as águas sempre estiveram presentes e tem sido um dos fatores mais importantes de suas configurações estruturais não sendo possível entender a urbe sem compreender sua relação com este elemento água como parte de sua possibilidade como lugar de produção, das trocas, do conhecimento e da cultura.

As cidades na história foram se configurando de formas diferentes a partir de suas relações particulares com as águas no seu entorno e características naturais de cada lugar no mundo. Estas relações e os diferentes momentos sócio econômicos moldaram suas estruturas urbanísticas e contribuíram para o desenvolvimento e transformações da paisagem de cada lugar, tendo a inserção da água no ambiente natural sendo alterada pelo ambiente construído e normatizada, regrada, por diferentes modelos de ordenação e planejamento da urbe.(CHOAY,1976, HALL, 2011).

Quando as primeiras cidades se formam a água estava presente de forma orgânica na sua configuração pois que essencial para a vida e atividades cotidianas. Manterão água e urbe, então, desde uma trajetória de contato e entrelaçamento para seu aproveitamento potável, regular e abundante até momentos de conflitos, com concepções diferenciadas

de seu papel vital na vida e na cidade, e pelo lado oposto aquele de veículo da ruína, de estragos, de doenças, risco e efeitos de inundações, provocando rupturas na relação com a cidade, e momentos da busca e ações efetivas para domina-la, encaixa-la na estrutura urbanística, de acordo com diferentes modelos, onde apesar de não poder se separar de sua importância vital, onde embora a ligação entre ambas permaneça busca-se confinar, tampar, aterrar...a água encobrendo uma relação de natureza inexorável. De uma forma ou de outra, seja no contato e entrelaçamento, seja no seu escamoteamento ou eliminação, estruturas espaciais para a água serão sempre parte da configuração das cidades.

Deste modo a questão proposta neste trabalho traz uma discussão que atravessa alguns momentos históricos que consideramos cruciais para compreender as relações entre água e cidade. Numa primeira parte, inicialmente se reconstitui, a relação entre água e as primeiras cidades com a busca pela água no seu entorno, e vislumbra a água como parte do plano orgânico da estrutura urbanística com aquedutos e cidades-canaís. Em segundo lugar se busca os traços das relações e conflitos entre água e cidade no mundo feudal, quando no momento de seu desmonte e fragmentação pelo capitalismo onde se impõe um viés primeiro de tampar a água, fecha-la, confina-la e depois separa-la na estrutura urbanística. Na segunda parte, desde as reformas urbanas no modelo higienista-embelezador até o modelo racional-funcionalista nosso percurso passa do momento haussmaniano até a introdução traduzida destes modelos na reconfiguração das cidades brasileiras no processo de urbanização do país onde as águas são necessárias como elemento desta estruturação mas são compreendidas como problemas, entaves, e aparecem conflitos tanto pela sinergia entre suas derivações como águas servidas misturadas a águas pluviais, a não universalização de redes de água e principalmente de esgoto, com dificuldades de resolução, tendo como exemplo emblemático o caso do Rio de Janeiro. Este é o momento da separação entre água e território. Numa terceira parte traçamos uma reflexão sobre novas abordagens que buscam a reinserção da água no território e no planejamento deste como uma necessidade, mas que conflita com os anteriores modelos conceituais de configuração da cidade.

2 | O MOMENTO DO CONTATO ENTRE ÁGUA E CIDADE

Do contato primordial o reconhecimento é amplo: os primeiros aparatos urbanos surgidos na área do Oriente Médio a cerca de 5000 anos atrás se colocam em lugar árido mas entre dois grandes cursos de água-o Tigres e o Eufrates, e procuram as bordas de águas doces, a costa de mares interiores protegidos dos ventos para facilitar trocas, buscam água potável até já por meio de aquedutos, (como o descoberto recentemente em Jerusalém datado de 3000 anos atrás), assim como por redes de canais adentrando a cidade de Uruk(hoje com nome de Warka no Iraque) também por escavações desveladas só agora que apontam uma grande urbe com esta estrutura, com 5000 anos de existência!

Aquedutos se farão muito presentes nas cidades romanas trazendo o líquido por vezes de muito longe, marcando a paisagem urbana com seus arcos numa estrutura linear elevada cortando a configuração da cidade em tabuleiro de xadrez conduzindo a água até fontes públicas e para as termas. No plano da cidade romana de ruas ortogonais, a água era trazida para o interior da estrutura urbanística e as pessoas saíam de casa para buscar o líquido nas fontes, ou saíam de casa para o banho público nas termas que faziam, também, o papel de lugar de encontro, de conversas, de tramas.

No mundo feudal os aparatos urbanos intramuros obedecem a configuração de plano orgânico procurando adaptar-se ao lugar, e tem em sua constituição vielas tortuosas, becos, passagens cobertas por casas, a praça do mercado que se abria em círculo ou em forma elipsoidal surgindo do emaranhado traçado da estrutura urbanística, o adro da igreja, o castelo do Senhor feudal. Uma cidade com elementos constantes que se repetem em todo lugar do Ocidente, mas que no seu interior é espaço das surpresas, do acaso, das indecisões. Nesta cidade, duas situações mais importantes podem ser destacadas na sua relação com a água.

Numa primeira situação, a cidade feudal entre os séculos X a XII, transforma os cursos dos rios, seus perfis, suas dimensões, inicialmente para sua defesa levando as águas para a criação de fossos de circunvalação ao redor de seus muros do seu espaço urbano circunscrito, e depois para sua economia servindo de força matriz a moinhos e necessidades artesanais (GUILLERME, 1983). Isto será feito através da construção de canais que penetram na estrutura intra-muros efetuando-se pela consolidação retificada de cursos de água já existentes que traspassam a cidade, ou apropriando-se de rede viária pré-existente de origem romana e transformam ruas em novos caminhos de água alimentados por derivações de rios no seu entorno.

Esta primeira situação, onde as águas guardam determinada relação com a estrutura urbanística, seja apenas por envolvê-la reafirmando o caráter de limites restritos desta cidade-cidadela, seja penetrando pela estrutura servindo a economia, vai encontrar-se com a inexistência de rede de abastecimento de água potável e de coleta de esgotos e detritos, e com uma determinada economia entre os séculos XII e XIII, que configura uma segunda situação que da origem e conformação a uma cidade da água estagnada e de acumulação de detritos, uma cidade (RODRIGUES, 1995) de odores e pestilenta. Será a cidade, também, onde os atos fisiológicos são feitos externamente às casas, à frente uns dos outros, porquanto ainda não se fez a barreira inter-corpos e face a seu próprio corpo, e a urina e excrementos se espalham nas ruas a “céu-aberto”, ou lançam-se a urina e excrementos pelas janelas, e se lançam o esgoto na fossa que circunda a cidade murada, e nos canais e rios que atravessavam ou estão próximos à cidade tornando os cursos de água receptáculos de dejetos.

Uma tentativa primeira de organizar estes atos fisiológicos realizados no espaço urbano aparece a partir de meados do século XIV com uma demarcação de um lugar

excremental, um lugar determinado, uma rua, em geral nas bordas de um corpo hídrico, onde deveria se ir para defecar. Mas, contudo, não podiam ser utilizados por todos os habitantes, sendo de exclusividade dos nobres e príncipes da igreja.

Entendemos que este lugar usado só com exclusividade por determinados atores antecipa, desta forma, uma das características dos equipamentos de infraestrutura que é a de sua possibilidade de acesso e uso diferenciado pelas posições hierárquicas dos indivíduos, estratos ou classes na estrutura da sociedades dados por sua riqueza e/ou autoridade. Mas destas ruas com funções excrementais exclusivas, os dejetos vão se juntar aos dos demais indivíduos pelas águas transformada num lodo estagnado único permanecendo um quadro de inexistência de condições sanitárias, uma cidade dos cheiros fétidos e sujeita a epidemias do cólera e peste negra.

O ambiente urbano dos restos de animais, estrume, urina, excrementos, restos de alimentos, tudo lançado a ruas sem calçamento, as covas coletivas semi-tampadas, os matadouros, açougues, e cozinhas colados uns aos outros sem aeração, irá permanecer até meados século XVIII quando se inicia um processo de rejeição social da sujeira, uma busca de salubridade, cuja trajetória atravessa todo o século XIX e irá, pelo menos, até a metade do XX, onde a relação entre água e cidade agora estará sob o mote de separar o líquido da urbe, tampando-a, fechando-a, aterrando-a, (RODRIGUES, 1995, GUILLERME, 1983), com um propósito de através da classificação das coisas e pessoas no espaço ir separando a água e seus derivados e cheiros, dos outros elementos constituintes da cidade. Será o momento da cidade procurar sua higienização, controlar, confinar, separar, enterrar, suas águas através do modelo higienista-sanitarista.

O modelo tem como características básicas intervenções pontuais nas cidades tendo como objeto a busca da salubridade, com aterros de áreas alagadiças lagoas, lagos, construindo redes subterrâneas para coleta dos dejetos-esgotos, redes de coleta de águas pluviais que estará articulada a pavimentação das ruas com caimento para suas bordas para fazer a drenagem rápida destas águas para o subterrâneo, combinado com avenidas amplas e com canalização de cursos de água naturais e seu fechamento.

3 | MODELO RACIONAL-FUNCIONALISTA E PLANEJAMENTO DO TERRITÓRIO E ÁGUA

A tradição do modelo racional-funcionalista de ordenação do território das cidades tem sido a de configuração de áreas de especificidade por funções determinadas-habitação, indústria, comércio, lazer- separadas uma das outras, de forma estanque, separando, também, o objeto cultural- artefatos construídos dos objetos naturais, que só farão parte da cidade racional-funcionalista sob a forma de natureza controlada e organizada na disciplina do paisagismo em parques, arborização de ruas, incluindo as águas que não são tomadas como parte da paisagem construída, sendo mantidas estanques a esta como parcelas do ambiente natural que deve ser camuflado, tapado, fechado, contido, numa separação que

indique que não estão entre as funções urbanas, podendo aparecer apenas como elemento de sinalização do viés de separação entre água e estrutura urbana.

O modelo racional-funcionalista planeja o território através de uma opção por privilegiar a compartimentalização e especialização de usos em zonas funcionalistas. Assim sendo, tanto as águas dos corpos hídricos, como as redes de água potável, coleta de esgoto, gás, luz, telecomunicações, e todas as demais, vão ser tratadas pelo modelo e seu instrumental de planejamento- o zoneamento ,de forma setorizada, em separado e estanques uma das outras, seja por sua justaposição sem precisar o tipo de relação da rede com o uso do solo ou as atividades de cada lugar, seja por meio da contenção técnica de seus fluxos que sejam os necessários em cada zona de especificidade onde devem circular. Procura, dessa maneira, canalizar estes fluxos quaisquer que eles sejam: desde os naturais como as águas, aos produzidos para abastecimento de água potável, coleta de esgoto, até os fluxos de circulação dos diferentes modais de transporte.

Tal enfoque conduz a uma compartimentalização na ordenação do espaço por zonas e seus “canais” de serviços que lhe atribuem elementos de operacionalidade onde será nítida a separação entre o objeto edifício e as ruas: no primeiro estão as atividades divididas por funções específicas, e no segundo estão sob as ruas, no subterrâneo, enterradas as águas e seus sistemas de distribuição e coleta de águas servidas e dejetos.

Este é o momento máximo da ruptura entre água e cidade: a cidade é ordenada e tratada em partes e separa-se e desarticula-se sua relação com os objetos naturais, mormente os corpos hídricos, e com as redes que buscam captar água e distribuí-la e coleta-la após seu uso e os dejetos.

No Brasil, desde o início do século XX cidades passam a ser reformadas, com a normatização de sua utilização, e um embelezamento de sua estrutura urbanística com base no saneamento de seus sítios que compõe-se com idéias higienísticas, onde as águas devem ser saneadas, controladas, confinadas ou mesmo removidas dos traçados urbanísticos.

Com base no entendimento (conceitual) do modelo que as classes e segmentos de classes sociais utilizam a cidade de modo diferenciado, no país delimitou-se um setor que seria aquele utilizado pela camada de maior renda como cidade formal, e portanto passível de um ordenamento controlado, sendo assim portanto estabelecida a parte legal da cidade, e um outro setor, utilizado pela camada popular que estaria fora da cidade formal, portanto ilegal. Este estando assim jurídica e socialmente diferenciado não seria objeto de controle e, por efeito, objeto de política urbana, incluindo a questão das águas, seja quanto ao problema das inundações de áreas ocupadas por habitações populares em baixadas ou terrenos nas bordas de rios, seja pela não alocação de abastecimento de água e coleta de esgoto e drenagem de águas pluviais nestes lugares populares.

Tem-se, assim, o controle e ordenamento das águas nas áreas de maior renda, (ainda que isto não elimine ou reduza os problemas resultantes desta opção, como demonstram as

inundações em áreas urbanizadas das cidades, a irregularidade no abastecimento de água e problemas na coleta de esgoto), e o abandono à forma natural com seu descontrole nas áreas de baixa renda, que irá expressar-se numa política urbana seletiva.

Para exemplificar tomamos o caso do Rio de Janeiro. A cidade, desde sua implantação em sítio com partes alagadiças, lagoas, bacias de rios do maciço da Tijuca, para ocupação de seu núcleo histórico teve que lidar com as águas urbanas e o fez aterrando lagoas e partes baixas alagadiças, e ao longo do tempo foi canalizando, retificando e tampando os cursos de rios, aterrando partes da baía da Guanabara.

No final da década de 1920, recebe um plano de zoneamento racional funcionalista-Plano Agache onde encontra-se uma parte sobre as condições gerais e exame do meio ambiente e medidas para melhorias sanitárias e quanto a escoamento de águas pluviais e inundações. O urbanista, autor do plano que toma seu nome, percebe em seus estudos a situação de insalubridade causada pela ausência de coleta de esgoto por rede na maior parte da cidade, já percebendo a questão também das favelas, a insuficiência da adução para abastecimento de água, e o problema das inundações urbanas e procura apontar soluções racionalistas que lhes parecem tecnicamente mais apropriadas de acordo com cada zona que estabelece para a cidade. As observações são muito cuidadosas sobre a situação da cidade e as soluções adequadas às técnicas então disponíveis e guardam coerência exatamente com o modelo no qual para cada área de especificidade de atividades e funções conteria determinadas redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e de águas pluviais atendendo àquelas, onde este conjunto de águas urbanas terão seus fluxos canalizados para o perímetro rígido das zonas e cursos de água deveriam ser desviados, retificados, aponta a ineficácia de canais de grande seção o que levou mais a frente a redução de calhas de rios.

Ao tratar água, esgoto, águas pluviais, (e também a coleta do lixo) de forma estanque o modelo racional-funcionalista encontrou nas cidades brasileiras a não universalização destas redes e um “modus operandi” não plenamente adequado e acompanhando o crescimento das cidades. Isto conduziu, contraditoriamente à uma superação conceitual do tratamento em separado das infraestruturas de suporte às águas, citadas acima, para uma prática não pensada mas efetivada que envolve o encontro do esgoto com as águas pluviais, a contaminação da água pelo esgoto a “céu-aberto”(principalmente em favelas e loteamentos populares), lixo jogado nos corpos hídricos, rios canalizados e tampados, que com as chuvas mais rapidamente extravasam e em maior volume, juntando-se estas águas a esgoto e lixo.

4 | PELA RE-INSERÇÃO DA ÁGUA NO TERRITÓRIO E NO PLANEJAMENTO

Novas abordagens sobre planejamento urbano, advindas da necessidade do Capital de reconstruir o território para suporte ao método de produção flexível e a

renovada importância da cidade na economia,(BENKO,1996HARVEY, 2004) colocam entre seus componentes, uma busca para ressignificar a associação do planejamento das águas(tomadas agora como recursos hídricos) ao do território. Uma retomada,contudo, da associação entre água e cidade, tem na permanência (inclusive sob forma jurídica consolidada)do modelo racional-funcionalista e suas intervenções, elementos que formam uma resistência ao movimento renovador desta associação. Esta resistência torna-se mais visível nas economias onde o método de produção flexível ainda não penetrou plenamente, convivendo com setores onde o método fordista ainda persiste, quando superpõem-se, interagem e conflitam-se no território, como no caso das cidades brasileiras. A retomada não inclui os grupos sociais de baixa renda, se mantendo a segregação sócio-espacial com desigualdades de acesso a infraestrutura , principalmente de água-esgoto, tratamento dos cursos de água, e coleta de lixo.

Nas áreas de residências de camada de renda alta se incorporam as ideias de sustentabilidade trazendo para suas áreas de residência partes dos conceitos do modelo culturalista que pregava a reintrodução de estruturas urbanísticas onde a surpresa o acaso de ruas tortuosas e sem saída, com casa inseridas meio ao verde e águas perpassando as áreas comuns. Isto vai se afirmar ainda mais no campo de concepção calcado na ideologia neoliberal que reformula seu discurso sobre o urbano que expressa-se numa recuperação da intervenção a nível físico por meio do (re)desenho urbano, trazendo à cena novamente mas sob outra forma o projeto e a composição urbanística com base no lema (a nível de discurso)de uma reordenação urbana das cidades, inclusive as brasileiras (readequando-as à nova economia) como forma também de inseri-las no cenário competitivo internacional intercidades, onde valoriza-se o meio ambiente na criação de imagens do marketing do “verde” e das “águas limpas” com seus espelhos de água e torna seus fluxos visíveis. Introduzem primeiro esta imagem a nível dos empreendimentos imobiliários, e, em seguida procuram sua incorporação ao nível de cidade.

Este movimento de recuperação da associação das águas com a cidade se reforça, também, numa outra vertente, com nova revisão crítica do funcionalismo modernista denominada de “novo urbanismo”, que adota um modelo onde ao invés de tratar, como no funcionalismo, o espaço como abstração adotam a noção de lugar como referência à especificidade de cada espaço, à cultura, à sociedade determinada historicamente. Às áreas de especificidade do zoneamento estancas uma das outras por suas funções propõem a combinação delas recuperando sua proximidade, a mistura de usos, revalorizam espaços tradicionais – rua, praça, avenida, largo, com a busca de renaturalização do meio urbano , inclusive com a ressignificação da água no urbano .

5 | CONCLUSÃO

Como no Brasil ainda vige o modelo racional-funcionalista de planejamento do

território, ao lado dos novos modelos citados acima, sendo implantados parcialmente, convivendo sem uma passagem completa entre modelos o resultado desta situação expressa-se na política urbana de ordenamento das metrópoles com contradições quanto as águas ora persistindo a ideia da dissociação por meio de intervenções funcionalistas, como tapar, retificar, drenar, canalizar fluxos, ora se observam ações de busca de nova associação com as águas, como a limpeza de cursos de água, a coleta de esgoto por rede e tratamento para evitar que cheguem sujas aos corpos hídricos, reabertura de calhas de rios no meio urbano, entre outras medidas.

No Rio de Janeiro se pode observar essas contradições nos movimentos de obras de macrodrenagem da bacia de Jacarepaguá com canalização de todos seus rios, confinando-os ou tampando-os; na bacia dos rios do maciço da Tijuca onde além destas medidas se tem desvios de fluxos e criação de reservatórios (“piscinões”) para conter o volume e intensidade das águas, visando a combater inundações urbanas, tudo dentro da abordagem racional-funcionalista, ao lado de tentativas de preservação do meio-ambiente com programas de despoluição das lagoas de Jacarepaguá e da baía da Guanabara (esta sem êxito até o momento), numa abordagem de renaturalização do meio urbano, numa busca de integração entre planejamento urbano e planejamento ambiental e de recursos hídricos.

A abordagem de metodologias alternativas de desenvolvimento urbano de baixo impacto traça um dos caminhos para esta integração, com um modelo que se insere na discussão da conservação da água, que não substitue as formas já consolidadas de planejar as cidades, mas representa uma nova estratégia e, ainda que, para configuração no país precise da quebra do modelo racional-funcionalista, busca na idéia de sustentabilidade, através do planejamento e da gestão descentralizada dos recursos hídricos e do saneamento a força motriz valorizando os recursos naturais, e adota a bacia hidrográfica como unidade de planejamento, possibilitando a busca da redução dos impactos ambientais. Para a superação do caso das cidades no Brasil onde as áreas de renda baixa colocadas à margem da alocação de infraestruturas básicas referente as águas urbanas podem ser objeto de um redesenho urbanístico com vistas a resolução da sustentabilidade ambiental-urbana.

Assim a adoção da bacia hidrográfica aparece neste contexto inovador como unidade de planejamento integrado como elemento capaz de conjugar o percurso para a sustentabilidade ao propiciar o relacionamento e interação entre diferentes escalas do território, num contexto de cidade-região onde a bacia hidrográfica é um item essencial para o planejamento do território. Uma nova morfologia de território e sua complexidade por Ascher (1995) aponta para uma configuração moldada no bojo das transformações produtivo-econômicas, em curso na virada dos séculos XX ao XXI quando se ressignifica esta configuração como “bacia de atividades”, termo advindo da disciplina de recursos hídricos para designar algo muito mais amplo que a metrópole e que incorpora/reincorpora

a água como elemento de sua composição(ASCHER,1995).

Mas assumindo esta ideia de uma nova morfologia urbana surgem as questões referentes as diversas escalas que a compõem e as formas de planejar e gerir tal território e suas águas. Assim sendo, na escala de cidade-região as várias bacias hidrográficas que ali se localizam deverão ter seu grau de objeto natural o máximo preservados pois será delas que se extrai o suporte aos elementos para a manutenção das condições ambientais(clima, florestas, matas ciliares, regularidade, volume e qualidade biológica para fornecimento de água potável, controle de inundações, erosão do solo, entre outros) e para as atividades econômicas, sociais e culturais. O território poderia, desta forma, ter entre suas unidades de planejamento as várias bacias hidrográficas que contem , abrindo a possibilidade de integrar ao planejamento do território o planejamento dos recursos hídricos articulando-os.

Integram este território ampliado também outras diferentes escalas para as quais deve-se atentar pois que interagem com estas bacias hidrográficas da escala regional nas suas dimensões urbana e intra-urbana. Compreendendo a interação destas diferentes escalas e suas superposições o desafio do planejamento e gestão é duplo: primeiro o de manter as características naturais das bacias regionais quando estas adentram na escala urbana e intra-urbana, já pólos de intensa urbanização com complexidades e impactos da densa e verticalizada ocupação do solo e sua impermeabilização; e segundo, o de refazer, gerir e planejar esta manutenção de características naturais onde os processos do modelo racional-funcionalista já alterou e cristalizou as águas urbanas em confinamentos de perímetros pré-estabelecidos e as separou do restante das funções do uso do solo.

Para tal, se deve perceber que o fato das águas na sua existência como objeto natural foi severamente desvirtuado pelo planejamento racional-funcionalista e colocado no interior de perímetros rígidos, onde sua articulação original com as bacias hidrográficas da escala regional não mais interagem de forma natural, mas repartida, controlada, induzida, separada. A abordagem por meio de bacias e sub-bacias como unidades de planejamento do território, na escala urbano-metropolitana e intra-urbana deve ser tomada na medida de seu entendimento e sua relação com os elementos que fazem parte do ciclo das águas, como o esgoto, águas pluviais, e dos resíduos sólidos(lixo) carreados a elas, pode responder como forma de contribuição para a superação do ordenamento da cidade pelo funcionalismo.

A superação conceitual do modelo racional-funcionalista e seus mecanismos de atuação possibilitaria às águas urbanas uma reinserção na territorialização, na medida que atualmente esta separada entre espaço público e privado; entre zonas de especificidades a quem serve nas funções pré-determinadas;sua gestão se faz compartimentalizada e setorializada; de modo que não se consegue traze-la à luz como elemento estruturante do espaço-território.

Assim para uma possível agenda de renovação da associação entre território e água no caso brasileiro , há que se pensar numa mudança conceitual e de prática de

planejamento. Nesta necessidade de mudança falta, em primeiro lugar, superar a visão setorial de base racional-funcionalista que separa, inicialmente, as águas da concepção e legislação do uso do solo, onde as águas e o ambiente construído são tomados como objetos diferenciados; e , em segundo lugar, separa as águas na sua especificidade própria quando não pensa o esgoto como parte do ciclo da água, e as águas dos corpos hídricos e as das chuvas são também tratadas de forma estanque a este ciclo, sendo confinadas e conduzidas o mais rápido possível para fora das cidades. O paradoxo , nas cidades brasileiras em especial, entre esta separação e fragmentação e a realidade da mistura entre todos estes matizes das águas , mais sua ligação como depositária de resíduos sólidos, pela incapacidade de resolução por universalização de redes integradas ao território mostra o longo caminho ainda a ser percorrido para uma verdadeira reinserção das águas nas cidades.

A necessidade de reestruturação do território no bojo das transformações produtivo-econômicas em curso coloca a indagação sobre uma possibilidade de um novo enfoque para as águas e sua reterritorialização, desde que se repense as bases conceituais e as relações entre planejamento do território e das águas: se é preciso reestruturar o território este seria um momento propício para recompo-lo reassociando-o às águas. Quais elementos e caminhos para tornar esta nova associação e assunção entre cidade e água uma realidade, ainda é um caminho em construção por meio de um renovado pensamento de planejamento para um território diferente e mais complexo na sua relação com a água como objeto natural que faça parte de sua constituição.

REFERÊNCIAS

- ASCHER, François. . **Metápolis ou l'avenir des villes**. Paris: Édition Odile Jacob, 1995
- BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- CHOAY, Françoise. **El Urbanismo, Utopias y Realidades**. Barcelona: Lumen, 1976.
- GIEDION, Sigrifido. **Espacio, tempo,arquitectura**. Barcelona: Editorial científico-médico, 1968.
- GOITIA, Fernando Chueca. **Breve História do urbanismo**. Lisboa:Editorial Presença, 1982.
- GUILLERME, André. **Les Temps de L'eau**. Rhône-Alpes: Champ Vallon, 1983.
- HALL, Peter. **As cidades do amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates**. São Paulo, n.39 p.48-64, 1996.
- RODRIGUES, José Carlos. **Higiene e Ilusão**. Rio de Janeiro: NAU, 1995

ALOCAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Data de aceite: 02/01/2024

Janaína Mendes Diniz

Jaqueline Vilela Bulgareli

RESUMO: Este trabalho apresentou como objetivo uma revisão integrativa da literatura científica sobre experiências locais de alocação de recursos financeiros para a atenção primária à saúde, visando à ampliação do acesso. Apresenta a importância em alocar recursos financeiros para a Atenção primária a Saúde (APS) em conformidade com seu papel de ordenadora do Sistema Único de Saúde (SUS). A partir da pergunta de pesquisa “O que a literatura científica apresenta de experiências locais de alocação de recursos para a atenção primária à saúde?”, foram delimitadas palavras-chave utilizando os descritores: experiências locais, alocação de recursos e Atenção Primária à Saúde. Realizou-se uma revisão integrativa da literatura com busca nas bases de dados BVS, Scielo e Pubmed, nos idiomas português, inglês e espanhol. Inicialmente, foram selecionados 715 artigos. Após a análise do título e resumo, 32 artigos responderam às questões e aos critérios de inclusão. Em seguida, realizou-

se uma leitura dos estudos na íntegra e nove artigos contribuíram com todos os critérios de inclusão. Os artigos foram classificados em três categorias de análise: experiências, critérios para alocação financeira da APS, relação entre alocação de recursos financeiros e ampliação do acesso. Foram encontradas experiências de alocação financeira para a APS pelos três entes federados, o que resultou na indução da implantação de equipes de saúde da família (eSF), expandindo a APS. Assim como, apontaram que as transferências de recursos da União e Estados aos Municípios estavam direcionadas a programas específicos, não considerando critérios demográficos, epidemiológicos, capacidade instalada e financeira, e necessidades de saúde. A austeridade implicou no desempenho dos serviços de saúde, demonstrando que há relação direta entre alocação financeira e ampliação da cobertura da Atenção Primária à Saúde nos municípios, o que ampliaria também, o acesso aos serviços da APS pela população. Por fim, conclui-se que para a ampliação do acesso à APS se faz necessária a ampliação da cobertura dos serviços que a compõe, como a ampliação das eSF nos territórios. Para que esta ampliação seja efetivada há necessidade

em aumentar a alocação financeira pelo ente federal e garantir alocação pelo ente estadual, a fim de que haja sustentabilidade da APS nos próximos anos, priorizando este nível de atenção como ordenadora do sistema local.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção primária à Saúde; Atenção à Saúde; Revisão integrativa; Gestão em Saúde.

ALLOCATION OF FINANCIAL RESOURCES FOR PRIMARY HEALTH CARE: AN INTEGRATIVE REVIEW

ABSTRACT: The objective of this work was an integrative review of the scientific literature on local experiences of allocation of financial resources for primary health care, aiming at expanding access. This work presents the importance of allocating financial resources to Primary Health Care (PHC) in accordance with its role as the organizer of the Unified Health System (UHS). From the research question “What does the scientific literature present about local experiences of resource allocation for primary health care?”, keywords were delimited: using the descriptors: local experiences, resource allocation and Primary Health Care. An integrative literature review was carried out with a search in the VHL, Scielo and Pubmed databases, in Portuguese and English. Initially, 715 articles were selected. After analyzing the title and abstract, 32 articles answered the questions and inclusion criteria. Then, the studies were read in full and nine articles contributed to all the inclusion criteria. The articles were classified into three categories of analysis: experiences and criteria for financial allocation of PHC, relationship between allocation of financial resources and expansion of access. Primary care and basic care are equivalent terms, considered as the main gateway to the Health Care Network (HCN), acting as a care coordinator and organizer of the actions and services available in the HCN. The articles were classified into three categories of analysis: experiences, criteria for financial allocation of PHC, relationship between allocation of financial resources and expansion of access. Experiences of financial allocation to PHC by the three federated entities were found, which resulted in the induction of the implementation of family health teams (FHT), expanding PHC. In addition, they pointed out that the transfers of resources from the Union and States to the Municipalities were directed to specific programs, not considering demographic, epidemiological criteria, installed and financial capacity, and health needs. Austerity implied in the performance of health services, demonstrating that there is a direct relationship between financial allocation and expansion of Primary Health Care coverage in the municipalities, which would also expand access to PHC services by the population. Finally, it is concluded that expanding access to PHC requires expanding the coverage of the services that make it up, such as the expansion of FHTs in the territories. For this expansion to be effective, there is a need to increase the financial allocation by the federal entity and guarantee allocation by the state entity, so that PHC is sustainable in the coming years, prioritizing this level of care as the ordering of the local system.

KEYWORDS: Primary Health Care; Delivery of Health Care; Integrative Review; Health Management.

INTRODUÇÃO

A atenção primária à saúde (APS) tem seus primórdios em 1920, na Inglaterra, a partir das propostas contidas no “Relatório Dawson”, trazendo um delineamento de sistema de saúde hierarquizado e integrado, baseado em assistência primária, secundária e terciária.¹ Os anos 60 foram marcados pelo auge da discussão e críticas ao modelo biomédico e à lógica dos serviços de saúde centrados em cuidados hospitalares, apontando os determinantes sociais e econômicos como os principais fatores do processo saúde-doença.² Na década de 70, a revista Comissão Médica Cristã (CMC), citou pela primeira vez o termo “Primary Health Care” ao descrever intervenções no nível local das comunidades, com métodos acessíveis, e seus impactos na saúde da população local.¹

A Declaração de Alma-Ata, na década de 70, discutiu o conceito de “Primary Health Care” como cuidados primários em saúde², contemplando três componentes essenciais: acesso universal e como primeiro contato com o sistema de saúde; reconhecimento dos determinantes sociais; e participação social e comunitária.³ Este conceito passou a orientar a reorganização dos sistemas de saúde, sobretudo os universais, estruturando a APS como nível de atenção de primeiro contato dos indivíduos, famílias e comunidade. Desta forma, APS é compreendida como caminho para sistemas de saúde mais efetivos,¹ devendo considerar também, que a APS exige menos custos financeiros em comparação com os demais níveis de atenção, uma vez que utiliza potencialmente as tecnologias leves para o cuidado em saúde.⁴

Desta forma, a APS não é um conjunto de atividades clínicas exclusivas,⁴ mas o nível de atenção que fornece cuidado sobre a pessoa no decorrer do tempo, para todas as condições, e coordena e integra a atenção ofertada em outros serviços. Deve focar nos determinantes de saúde nas esferas macro e microsocial,⁵ no ambiente em que as pessoas vivem e trabalham, e não apenas nas enfermidades individuais.^{2,4} Portanto, os serviços de saúde baseados na APS tem um papel fundamental na melhora da saúde, mesmo em locais com a distribuição desigual de renda,⁴ concretizando os princípios de universalidade, integralidade e equidade.^{2,6}

No Brasil, não houve consenso na sociedade acadêmica quanto ao termo utilizado para denominar o primeiro nível de atenção à saúde, sendo considerado inadequado o uso de Atenção Primária à Saúde por remeter-se a “primitiva”, compreendida como “saúde para pobres”⁵, assim como, houve críticas quanto à utilização do termo atenção básica, que remeteria à ideia de oferta de uma cesta básica de procedimentos para a população que não teria acesso aos serviços privados, afastando-se do conceito discutido em Alma-Ata. Diante disso, o termo Atenção Básica à Saúde (ABS) foi adotado pelo movimento sanitário brasileiro e utilizado nas normativas do Governo Federal,^{1,2,3} o que trouxe algumas implicações conceituais, ideológicas e operacionais para o Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo o modelo de financiamento federal.⁵

A partir do processo de municipalização, os municípios foram assumindo um papel importante na descentralização do SUS, prestando atendimento e assistência à saúde da população, por meio de cooperação técnica e financeira da União e Estados, conforme consta no Art. 30 da Constituição Federal de 1988.^{7,8} Para cumprir a cooperação financeira a estados e municípios, foram publicadas as Normas Operacionais Básicas (NOBs). A NOB 91 apresentou uma lógica de alocação de recursos para o SUS que reduziu a atenção à saúde para a prestação de ações médico-assistenciais; estados e municípios tornaram-se prestadores de serviços médicos e hospitalares.

A NOB 93 resgatou o processo de descentralização do SUS, qualificou as transferências financeiras a depender da modalidade de gestão, se incipiente, parcial ou semi-plena, mas manteve a lógica do modelo assistencial até então vigente.⁷ Em 1994, o Governo Federal criou o Programa Saúde da Família (PSF), atuando com referencial no modelo generalista, multiprofissional, com Agentes Comunitários de Saúde (ACS), orientação comunitária e territorialização.^{3,5}

Com a NOB 96 criaram-se incentivos financeiros para o desenvolvimento das ações no campo mais abrangente da atenção básica, induzindo um novo modelo de atenção, custeando ações e serviços de atenção básica, por meio do Piso de Atenção Básica (PAB).⁷ Porém, esse modelo de financiamento contribuiu para uma concepção assistencialista pela Atenção Básica, enfatizando a municipalização e as responsabilidades municipais.^{5,7}

Apenas em 2006, o Ministério da Saúde (MS), publicou uma definição oficial do conceito de AB⁵ e aprovou a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) para cumprir as diretrizes e princípios propostos entre as esferas de governo, conforme proposto nos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão, incluindo a desfragmentação do financiamento da AB, considerando que a União, Estados, Municípios e o Distrito Federal devem destinar recursos financeiros para compor o financiamento tripartite da AB.⁹

Normativas posteriores traçaram novos rumos para a AB e seu financiamento, como a Lei Complementar (LC) nº 141/2012, trazendo a necessidade em discutir mais recursos para o SUS e a forma de distribuição dos recursos financeiros.⁵ Dispõe que as transferências devam ocorrer de acordo com as necessidades em saúde da população, e sobre as transferências dos estados aos municípios.¹⁰ Após a Emenda Constitucional nº 29/2000, estados e municípios aumentaram seus gastos em saúde, mas registrou-se decréscimo por parte da União. O que não significa gastos com a AB, necessariamente, com a média e alta complexidade detendo a maior parte dos recursos, seguindo um modelo de financiamento que destoa do modelo de atenção.⁵

A PNAB de 2017 permitiu novas conformações de equipes, carga horária, flexibilizando a Estratégia Saúde da Família (ESF), fortalecendo a atenção curativa, assistencialista e individual, trazendo implicações para a ampliação e fortalecimento da AB no Brasil.^{5,6} Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 95/2016, o SUS, que desde o início sofre com o subfinanciamento, incluindo a AB, passa a ser desfinanciado, elevando a

participação dos municípios no financiamento do sistema e da AB, enquanto que os gastos estaduais com a AB são variados e incipientes.¹¹

O novo modelo de alocação de recursos financeiros da AB, o Programa Previne Brasil, instituído pela Portaria nº 2.979/2019, marca mais um capítulo no processo de indução de políticas de saúde com caráter individualista e curativista, agravado pela possibilidade de abertura ao setor privado e o afastamento da AB como ordenadora do cuidado e dos princípios do SUS, como a universalidade, ao restringir acesso à população cadastrada.^{6,11,12,13}

O Previne Brasil alterou os critérios utilizados para financiamento da APS ao introduzir três componentes: capitação ponderada, indicadores de desempenho e incentivos financeiros para programas prioritários. A capitação ponderada se refere ao número de pessoas cadastradas, ponderadas por critérios sociais, econômicos e geográficos. O pagamento por desempenho compreende os resultados alcançados pelas eSF sobre indicadores e metas, definidos pela Portaria nº 2.222/2019. E os incentivos financeiros para programas prioritários substituiu o PAB variável, e cada um é regido por suas normativas específicas. Estes critérios de alocação de recursos financeiros para a APS, em detrimento da alocação *per capita*, podem gerar ainda mais desigualdades no financiamento, ocasionando restrições de acesso, redução de escopo e qualidade.¹⁴

A este cenário, soma-se a Pandemia da Covid-19, que enfatizou a importância da AB no momento de crise sanitária, demonstrando a importância de um financiamento adequado para a AB e para o SUS, necessitando superar as medidas de austeridade fiscal e restrições aos gastos sociais^{6,11,12,13} e com financiamento da AB compatível com sua expressão conceitual ampliada, baseado nas necessidades de saúde da população e com participação efetiva das três esferas de governo.^{2,15}

Sabe-se da importância em alocar recursos financeiros para a APS em conformidade com seu papel de ordenadora do SUS, a partir de experiências que contemplem a participação das três esferas de governo, visando à garantia de acesso, considerando que a ampliação de equipes de saúde da família (eSF) promovem, também, a ampliação do acesso à APS. Apesar de não ser o único fator que deve ser analisado, como localização, horário e dias de funcionamento, possibilidades de consultas não-agendadas, assim como outras dimensões como política, organizacional, econômica-social e técnica.¹⁶ Diante deste contexto, o objetivo principal deste estudo foi revisar a literatura científica sobre experiências locais de alocação de recursos financeiros para a atenção primária à saúde, visando à ampliação do acesso.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo será uma revisão integrativa^{17,18} sobre as publicações que discutem o tema da pergunta de investigação. Este método foi escolhido

pela possibilidade de incluir investigações desenvolvidas com diferentes referenciais teóricos e metodológicos, permitindo expandir a análise dos resultados, o desenvolvimento de novas teorias e problemas de pesquisa. A busca dos estudos foi desenvolvida no mês março de 2023, em três diferentes bases de dados de descritores chaves relacionados ao tema do estudo: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e National Library of Medicine and National Institutes of Health (Pubmed).

A partir da pergunta de pesquisa: “O que a literatura científica apresenta de experiências locais de alocação de recursos para a atenção primária à saúde?”, definiu-se como palavras-chave: experiências locais, alocação de Recursos e Atenção Primária à Saúde derivadas de descritores catalogados pela plataforma de Descritores em Ciências da Saúde (<http://decs.bvs.br/>) e pela plataforma Nacional Library of Medicine (<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh/>) nos idiomas português, inglês e espanhol.

Para a construção da estratégia de busca, foram identificados os polos orientadores em cada uma das bases relacionadas. Os polos foram definidos em: contexto, fenômeno e população. O quadro abaixo possibilita a visualização dos polos, seus descritores por cada base, de acordo com as palavras-chave:

Palavra-chave	Polo	Descritor BVS	Descritor Mesh
Experiências locais	Contexto	Foram utilizados como Termos Livres os 26 (vinte e seis) Estados da Federação Brasileira e o Distrito Federal, com uso de aspas (Ex: “Acre”)	Foram utilizados como Termos Livres os 26 (vinte e seis) Estados da Federação Brasileira e o Distrito Federal, com uso de aspas (Ex: “Acre”)
Alocação de Recursos	Fenômeno	Dotação de recursos para cuidados de saúde	Resource Allocation
		Financiamento dos sistemas de Saúde	Health Care Rationing
		Financiamento da assistência à saúde	Healthcare Financing
		Economia e organizações de saúde	Health Care Economics and Organizations
Atenção Primária à Saúde	População	Atenção Primária à Saúde	Primary Health Care
		Modelos de assistência à saúde	
		Estratégias de saúde nacionais	

Quadro 1. Derivação dos itens-chave da pergunta em descritores e agrupados por polo.

A etapa seguinte consistiu em realizar testes exploratórios com os descritores para apurar o uso pela comunidade científica, avaliando cada descritor individualmente e combinados, posteriormente, utilizando-se o operador booleano ‘AND’. Após a etapa de testagem, foi elaborada a sintaxe de pesquisa, sistematizada e reproduzível, para cada polo. Utilizou-se o operador booleano ‘OR’ para unir os descritores dentro de um mesmo polo, formando uma sintaxe única por polo. Este procedimento foi repetido para dois polos

– fenômeno e população, a fim de que ao final fosse constituída uma sintaxe própria, por cada uma das bases de dados, representando a ideia de cada palavra-chave, descrita no Quadro 2. Para o polo contexto não foi possível à elaboração de uma sintaxe única considerando que foram utilizados os nomes de cada estado brasileiro como termo livre, por não apresentar descritores semelhantes, sendo utilizados apenas na sintaxe final entre os três polos combinados.

Polo	Sintaxe - BVS	Sintaxe – Scielo	Sintaxe - Pubmed
Fenômeno (Alocação de Recursos)	mh:(mh:(mh:(“dotacao de recursos para cuidados de saude”))) OR (mh:(mh:(“financiamento dos sistemas de saude”))) OR (mh:(mh:(“financiamento da assistencia a saude”))) OR (mh:(mh:(“Economia e Organizações de Saúde”)))	(**dotacao de recursos para cuidados de saude” OR “financiamento dos sistemas de saude” OR “financiamento da assistencia a saude” OR “Economia e Organizações de Saúde”)	((((“resource allocation”[MeSH Terms]) OR (“health care rationing”[MeSH Terms])) OR (“healthcare financing”[MeSH Terms])) OR (“healthcare financing”[MeSH Terms]))
Contexto (Experiências Locais)	-	-	-
População (Atenção Primária à Saúde)	mh:(mh:(“atencao primaria a saude”) OR mh:(“modelos de assistencia a saude”) OR mh:(“estrategias de saude nacionais”))	(**atencao primaria a saude” OR “modelos de assistencia a saude” OR “estrategias de saude nacionais”)	“primary health care”[MeSH Terms]

Quadro 2. Sintaxes por polo e base de dados, confeccionadas com o cruzamento dos descritores referentes a mesma palavra-chave.

Com as sintaxes para os polos fenômeno e população definidas, sendo uma por cada polo e por base de dados, realizou-se a combinação entre as sintaxes destes dois polos com o uso do operador booleano ‘AND’, conforme Quadro 3 a seguir:

Polo	Sintaxe - BVS	Sintaxe – Scielo	Sintaxe - Pubmed
Fenômeno e População	(mh:(mh:(mh:(mh:(“dotacao de recursos para cuidados de saude”))) OR (mh:(mh:(“financiamento dos sistemas de saude”))) OR (mh:(mh:(“financiamento da assistencia a saude”))) OR (mh:(mh:(“Economia e Organizações de Saúde”)))))) AND (mh:(mh:(mh:(“atencao primaria a saude”) OR mh:(“modelos de assistencia a saude”) OR mh:(“estrategias de saude nacionais”)))) – 663 publicações	(**dotacao de recursos para cuidados de saude” OR “financiamento dos sistemas de saude” OR “financiamento da assistencia a saude” OR “Economia e Organizações de Saúde”) AND (“atencao primaria a saude” OR “modelos de assistencia a saude” OR “estrategias de saude nacionais”) – 3.472 publicações	(“primary health care”[MeSH Terms]) AND (((“resource allocation”[MeSH Terms]) OR (“health care rationing”[MeSH Terms])) OR (“healthcare financing”[MeSH Terms])) OR (“healthcare financing”[MeSH Terms])) – 913 publicações

Quadro 3. Sintaxes com a combinação do polo 1 e 3 por base de dados, confeccionadas com o cruzamento dos descritores referentes a mesma palavra-chave.

Como o polo contexto (experiências locais) não apresenta uma única sintaxe, foram realizadas 27 (vinte e sete) combinações utilizando-se a sintaxe única para os polos 1 e 3,

por cada base de dados, acrescentando o nome de cada estado da federação brasileira (Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins) como termo livre, uma vez que não foram identificados descritores que os representasse, utilizando o operador booleano 'AND' com o nome de cada estado entre aspas.

Diante disso, foram identificadas 26 (vinte e seis) sintaxes finais por cada base de dados, sendo excluído o estado do Pará, pelas bases de dados compreenderem a palavra Pará como sendo a preposição para. Assim, foram construídas 78 (setenta e oito) sintaxes finais, alterando-se apenas os nomes dos estados nas buscas.

Polo	BVS (Sintaxe final – Ex: Acre):	SciELO (Sintaxe final – Ex: Alagoas):	Pubmed (Sintaxe final – Ex: Rio de Janeiro):
Fenômeno, População e Contexto	(mh:(mh:(mh:(mh:(“dotacao de recursos para cuidados de saude”))) OR (mh:(mh:(“financiamento dos sistemas de saude”))) OR (mh:(mh:(“financiamento da assistencia a saude”))) OR (mh:(mh:(“Economia e Organizações de Saúde”)))))) AND (mh:(mh:(mh:(“atencao primaria a saude” OR mh:(“modelos de assistencia a saude” OR mh:(“estrategias de saude nacionais”)))))) AND (“ACRE”) Resultados com as 26 combinações: 67 publicações encontradas	(“dotacao de recursos para cuidados de saude” OR “financiamento dos sistemas de saude” OR “financiamento da assistencia a saude” OR “Economia e Organizações de Saúde”) AND (“atencao primaria a saude” OR “modelos de assistencia a saude” OR “estrategias de saude nacionais”) AND (“ALAGOAS”) Resultados com as 26 combinações: 617 publicações encontradas	(“primary health care”[MeSH Terms]) AND (((“resource allocation”[MeSH Terms]) OR (“health care rationing”[MeSH Terms])) OR (“healthcare financing”[MeSH Terms])) OR (“healthcare financing”[MeSH Terms]) AND (“RIO DE JANEIRO”) Resultados com as 26 combinações: 31 publicações encontradas

Escolheu-se por utilizar três bases de dados para ampliar a busca e possibilitar identificar experiências loco regionais de alocação de recursos financeiros para a atenção primária à saúde, principalmente pelo ente federado estadual.

Para a escolha das publicações foram definidos os seguintes critérios de inclusão:

- CI 1 - Publicações que retratassem a temática referente às experiências de alocação de recursos financeiros para a atenção primária à saúde
- CI 2 - Publicações em língua portuguesa, inglesa ou espanhola
- CI 3 - Publicações disponibilizadas na íntegra para leitura

Foram excluídos arquivos com materiais multimídias, publicações do Ministério da Saúde sobre indicadores de saúde brasileira e publicações do CONASS (Conselho Nacional de Secretarias Estaduais de Saúde) que apresentaram apenas indicadores de saúde de cada federação brasileira, não contemplando a alocação de recursos financeiros.

A etapa seguinte consistiu no processo de seleção das publicações encontradas, somando-se 715 publicações, que foram importadas para o software de gerenciamento de referências bibliográficas Zotero (<https://www.zotero.org/>). Inicialmente, foram excluídas de forma eletrônica 64 publicações por títulos repetidos. Das 648 publicações restantes, 463 foram excluídas após a leitura dos títulos. Para a leitura dos resumos foram selecionadas 185 publicações, sendo excluídas 153, com 151 publicações que não apresentaram os critérios de inclusão e 02 que não apresentaram resumo. Foram selecionadas 32 publicações para a leitura completa, das quais 04 foram excluídas por estarem indisponíveis para leitura na íntegra, restando 28 publicações para a leitura completa. Após a leitura, foram incluídas 09 publicações que contribuíram para a revisão do tema, desta 01 (uma) é dissertação de mestrado que foi encontrada por meio da base de dados Biblioteca Virtual em saúde (BVS), incluída pelo critério de inclusão, mas consideradas como literatura cinzenta. Este processo de identificação até a inclusão das publicações está representado no fluxograma Prisma, apresentado na Figura 1.

Para a análise dos dados, foi construído quadro síntese que sintetizaram as publicações inseridas nos seguintes atributos: autor (a) principal; utilização de critérios para alocação financeira por ente federado; normativas do SUS quanto à responsabilidade na alocação de recursos financeiros para a APS; experiências locais de alocação financeira para APS; impacto da alocação financeira na ampliação do acesso da APS; resultados principais; conclusões do estudo. Em seguida, foram construídas três categorias de análise que buscassem responder aos objetivos deste estudo: experiências de alocação financeira para a APS; critérios para alocação de recursos financeiros para a APS e alocação de recursos financeiros para a APS e acesso.

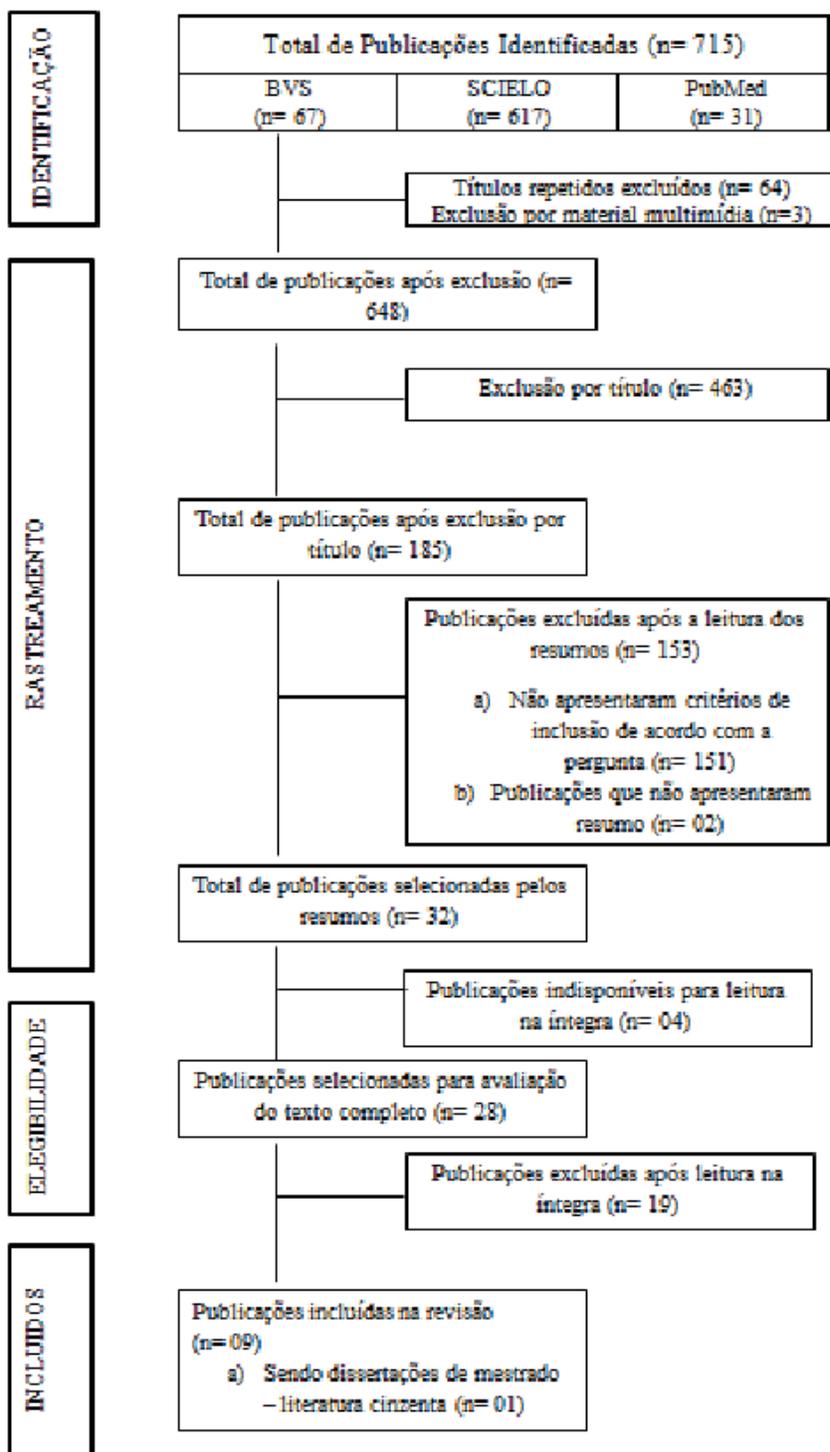


Figura 1: Fluxograma PRISMA.

Os dados da pesquisa foram disponibilizados em repositório de dados abertos, podendo ser acessada através do site: <https://drive.google.com/drive/folders/1rPUep68KWeKCYSv96DJe7ID4L4jEKzpg?usp=sharing>. Para garantir a qualidade do presente artigo, foi utilizado o “PROCEDIMENTO TÉCNICO DE METODOLOGIA DE PESQUISA - Indicativos de qualidade para artigos de Revisão Integrativa”¹⁸ como ferramenta de apoio na elaboração do artigo.

RESULTADOS

Foram incluídas 09 publicações para integrar o processo de revisão. O Quadro 4 apresenta a lista completa por autor, ano, título, país e revista publicada.

Autor (es)	Ano	Título	Revista
Marques RM, Mendes A	2003	Atenção Básica e Programa de Saúde da Família (PSF): novos rumos para a política de saúde e seu financiamento?	Ciência e Saúde Coletiva
Canesqui AM, Spinelli MAS	2008	A implementação do Programa Saúde da Família em municípios do Estado de Mato Grosso, Brasil	Caderno de Saúde Pública
Sobrinho JEL, Espírito Santo ACG	2013	Participação dos entes federados no financiamento da saúde bucal de atenção básica: estudo no município da Vitória de Santo Antão, Pernambuco	Saúde Soc
Kashiwakura HK, Gonçalves AO, Silva RMP	2016	Atenção Primária à Saúde: elementos de continuidade e mudanças na saúde do Distrito Federal	Saúde Debate
O'Dwyer G <i>et al</i>	2019	Financial crisis and healthcare: the case of the municipality of Rio de Janeiro, Brazil	Ciência e Saúde Coletiva
Soares A	2019	Paradigma de financiamento do SUS no estado de São Paulo: uma análise regional	Revista de Saúde Pública
Costa NR <i>et al</i>	2021	A implantação em larga escala da Estratégia de Saúde da Família na cidade do Rio de Janeiro, Brasil: evidências e desafios	Caderno e Saúde Coletiva
Ferreira ASB	2022	O financiamento estadual da atenção primária no Rio de Janeiro: caminho e perspectivas	Dissertação para título de mestre
Vieira FS, Lima LD	2022	Distortions of parliamentary amendments to the equitable allocation of federal resources to the PAB	Revista de Saúde Pública

Quadro 4 – Lista de publicações incluídas para análise

Após a leitura dos artigos na íntegra, os dados foram sumarizados em um quadro síntese com os seguintes parâmetros: autor principal, utilização de critérios para alocação financeira por ente federado, normativas do SUS quanto à responsabilidade na alocação de recursos financeiros para a APS, impacto da alocação financeira na ampliação do acesso da APS, resultados principais, conclusões do estudo. (Quadro 5)

Observa-se que o tema é pouco discutido e necessita de estudos mais recentes, uma vez que a publicação mais antiga data de 2003 e a mais recente de 2022, sendo uma dissertação para concessão de título de mestre. Entre as 9 publicações incluídas, 03 são

estudos descritivos e exploratórios, 02 avaliativos, 02 pesquisas documentais, 01 estudo de caso e 01 apenas descritivo.

Para a busca de informações sobre os dados de alocação financeira para a APS, 08 estudos descreveram as bases de dados usadas para a realização do estudo, tendo sido utilizada bases de dados nacionais disponíveis para consulta pública por meio do DataSUS, relatório público do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), e 02 utilizaram dados próprios da secretaria de saúde para as análises documentais.

Das 09 publicações, 07 abordam experiências de alocação de recursos financeiros para a APS de forma tripartite com a utilização de critérios distintos, pactuados de forma bipartite (entre estados e municípios), mas que limitam a utilização nos territórios, uma vez que não estão disponibilizados de acordo com as necessidades de saúde da população.

Autor (a) Principal	Utilização de Critérios para Alocação Financeira por Ente Federado	Normativas do SUS quanto à responsabilidade na alocação de recursos financeiros para a APS	Experiências locais de Alocação financeira para APS	Impacto da Alocação financeira na ampliação do acesso da APS	Resultados principais	Conclusões do estudo
Marques RM, Mendes A	Federal: alocação de recursos financeiros para políticas de incentivo. Estaduais: alocação de recursos financeiros para políticas de incentivo, com exceção do Rio Grande do Sul, com transferências de forma global para utilização de acordo com o Plano de Saúde.	NOB/96 NOAS/2001 EC nº 29/2000	Mato Grosso do Sul – incentivos financeiros para ESF e ESB e equipamentos odontológicos São Paulo – incentivos financeiros de custeio e investimento para áreas e situações específicas Mato Grosso – incentivos financeiros aos municípios para contratação de equipe, recursos adicionais por alcance de cobertura da APS, recursos adicionais para regiões específicas e assentamentos. Amapá – incentivo financeiro por equipe Tocantins – incentivo financeiro para profissionais Espírito Santo – incentivo financeiro para municípios específicos Minas Gerais – recursos financeiros distribuídos conforme população atendida Ceará – alocação de recursos financeiros para custeio e investimento das UBS dos municípios Rio Grande do Sul – transferência de recursos financeiros de forma global, fundo a fundo, não vinculada a programas específicos.	Não consta	Os recursos financeiros para a APS transferidos pelo governo federal e os governos estaduais induziram a implantação de eSF, expandindo o Programa em 3.289%, mas os municípios são os maiores financiadores, responsáveis por 70% dos recursos despendidos. Adesão a incentivos financeiros vinculados a programas que não correspondem às necessidades municipais.	Transferências de recursos financeiros pelos entes federais e estaduais direcionados a programas específicos. Os critérios de alocação dos financeiros deveriam considerar critérios demográficos, epidemiológicos, capacidade instalada e financeira.

<p>Canesqui AM, Spinelli MAS</p>	<p>Federal: Institucionalização do PAB (Piso da Atenção Básica); PAB variável para expansão do PACS Estadual: Não consta</p>	<p>NOB/96 NOAS/2001 Portaria SES-MT nº 26/2991/2001</p>	<p>Estadual: apoio da política estadual de saúde; repasse de recursos financeiros para a contratação de médicos e enfermeiros; apoio na capacitação de recursos humanos; fornecimento de materiais.</p>	<p>Ampliação da cobertura dos PSF nos municípios com menos de 100 mil habitantes</p>	<p>Estímulo e apoio favoreceu a expansão do PSF; Persistem problemas de cobertura nos municípios acima de 100 mil habitantes; Atrasos nos repasses financeiros estaduais e federais, valores baixos; normas rígidas para uso dos recursos; falta de autonomia municipal para utilização dos recursos.</p>	<p>Transferências de recursos financeiros federais e estaduais favoreceram na ampliação da cobertura do PSF em municípios com menos de 100 mil habitantes, mas não geraram os mesmos resultados em municípios acima de 100 mil.</p>
<p>Sobrinho JEL, Espírito Santo ACG</p>	<p>Federal: PAB Fixo – valor fixo <i>per capita/ano</i>, PAB Variável – Adesão a programas específicos Estadual: Não consta Municipal: Não consta</p>	<p>NOB 93 NOB 96 NOAS/2001 Pacto pela Saúde/2006 Decreto 30.353/2007 Portarias SES/PE nº 640/11 Portaria SES/PE nº 108/12</p>	<p>Transferências Federais PAB Variável – Saúde Bucal Não há transferências estaduais para a Política de Saúde Bucal Gastos municipais com a Política de Saúde Bucal</p>	<p>Não consta</p>	<p>A PNSB proporcionou aumento da oferta de serviços de saúde bucal em diferentes níveis de atenção. O custeio da SB na AB teve participação federal de 37,5% e do governo municipal de 62,5%. Não houve repasse estadual para a Política.</p>	<p>Necessidade de articulação interfederativa sobre a importância da sustentabilidade e governabilidade das Políticas de Saúde de maneira tripartite.</p>
<p>Kashiwakura HK, Gonçalves AO, Silva RMP</p>	<p>Não foram apresentados a ocorrência de critérios.</p>	<p>Não constam</p>	<p>Participação do Distrito Federal na alocação de recursos financeiros para a APS</p>	<p>Distrito Federal possui cobertura de 8,7% de APS e 15,4% pelo PACS, e não foram apresentados dados progressivos da cobertura da APS.</p>	<p>DF apresentou Programa de Fortalecimento da APS, mas as iniciativas foram descontínuas e desarticuladas da Rede. Identificado crescimento com gastos em saúde, destes 65,38% foram gastos com MAC, e decréscimo nas despesas com APS.</p>	<p>Os recursos financeiros e políticos foram concentrados na construção de hospitais. A APS teve ações desarticuladas, considerada necessária para desafogar os hospitais, refletindo na atual cobertura.</p>

O'Dwyer G et al	Não foram apresentados a ocorrência de critérios.	PNAB 2017	Participação da União e do Município do Rio de Janeiro na alocação dos recursos financeiros para a APS	A partir de 2009, com Projeto Saúde Presente, que fortaleceu a APS, município atingiu 70% de cobertura de saúde da família.	Entre 2013 e 2017 as receitas sofreram decréscimo contínuo, entre receitas federais e municipais. Redução de 8,3% na cobertura populacional pela APS. Cobertura de saúde bucal reduziu em 11,5%. Redução no número de ACS.	Austeridade implicou na redução do desempenho dos serviços, mesmo a APS apresentando bom desempenho nos indicadores de saúde, não foi condição para manter investimentos.
Soares A	Não constam	NOB 93 EC nº 29/2000 Pacto pela Saúde PNAB 2006	Participação da União, Estado e Municípios de São Paulo na alocação dos recursos financeiros para a APS	Não consta	Estado de São Paulo aplicou R\$ 51,8 bilhões em ASPs, 58% gastos municipais e 42% gasto Estadual. Deste montante, 22,1% aplicados na APS e 58,1% na MAC. Dos gastos totais com saúde, os municípios aplicaram com recursos próprios 72,1%, união e estado corresponderam a 27,9%.	A cobertura da APS no Estado de São Paulo é de 36%. Municípios são responsáveis por 96,3% dos gastos com a APS, dificultando ampliação da cobertura e redução de iniquidades regionais. Necessidade de discutir este tema, de forma que não haja insustentabilidade da APS em São Paulo nos próximos anos.
Costa NR et al	Federal: Não consta Estadual: Não consta Municipal: Centralização da saúde na agenda governamental; definição da APS como ordenadora do sistema local de saúde	EC nº 29/2000	Utilização das OSS para o desenvolvimento da APS; vinculação do orçamento para assegurar sustentabilidade do financiamento das ASPs	Ampliação da cobertura alcançando 70% da população	Dificuldade da ampliação da APS por meio da ESF por indução financeira da união e estados representar menor parcela nos custos. Contratação de OSS para garantir a expansão da ESF. Aumento da produtividade das eSF.	Priorização da função saúde e a definição da APS como ordenadora do sistema local de saúde alcançando 3,8 milhões de habitantes pela ESF

<p>Ferreira ASB</p>	<p>Federal: PAB Fixo – valor fixo <i>per capita/ano</i>, PAB Variável – Adesão a programas Previne Brasil: Capitação Ponderada, Indicadores de Desempenho, Ações Estratégicas Estaduais: alocação de recursos financeiros para políticas de incentivo financeiro.</p>	<p>NOB 91 NOB 93 NOB 96 EC nº 29/2000 NOAS Pacto pela Saúde Estaduais: - Espírito Santo: Portaria SESA 059-R/2019 - São Paulo: Deliberação CIB 34/2012; Resolução SS-88/2020 - Minas Gerais: Resolução SES/MG nº 7.627/2021 - Rio de Janeiro: 1.938/2019 e Deliberação CIB-RJ nº 6.233/2020</p>	<p>Espírito Santo: Programa Estadual de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – Qualifica APS São Paulo: Projeto <i>Qualis</i> – PAB Fixo trimestral para todos os municípios; PAB Variável mensal para municípios com maiores índices de pobreza Minas Gerais: Política Estadual de Financiamento da Atenção Primária à Saúde, componente fixo e variável, com foco nos municípios com menores IDH. Rio de Janeiro: Programa de Cofinanciamento para a APS atende todos os municípios que realizarem adesão voluntária.</p>	<p>Não houve repasse para do componente expansão da eSF, impactando no acesso aos serviços de saúde.</p>	<p>Durante os anos de 2015 a 2018 não houve repasses estaduais aos municípios do Rio de Janeiro. A PNAB 2017 possibilitou o financiamento de eAP com 20 e 30 horas, promovendo redução na cobertura da ESF, apesar de ter aumentado a cobertura da APS.</p>	<p>As transferências intergovernamentais para os municípios representam extrema importância na manutenção do sistema e fortalecimento das ações da APS. Necessidade em ampliar estudos que abordem o financiamento estadual e os impactos produzidos.</p>
<p>Vieira FS, Lima LD</p>	<p>Federal: alocação de recursos financeiros de acordo com as necessidades de saúde da população, considerando destinar recursos do ponto de vista demográfico, social, econômico e de saúde</p>	<p>Não consta</p>	<p>Alocação de recursos financeiros para o PAB Fixo e Emendas Parlamentares (EP) de Incremento ao PAB</p>	<p>Não consta</p>	<p>Alocação de recursos financeiros para o PAB Fixo beneficia 100% dos municípios.</p>	<p>Metodologias de alocação equitativa visam considerar as desigualdades nas condições de vida da população, mas devem ter critérios claros e transparentes. As EP geraram tratamento desigual entre os municípios mais vulneráveis. Despesas com EP são contabilizadas na aplicação mínima do MS e reduz a alocação própria para ações e serviços.</p>

Quadro 5 – Síntese dos artigos selecionados para a revisão integrativa

DISCUSSÃO

Diante das publicações incluídas e dos objetivos desta revisão integrativa, foram identificadas três categorias de análise contemplando as experiências e os critérios para alocação financeira da APS, e a relação entre alocação de recursos financeiros e ampliação do acesso.

EXPERIÊNCIAS DE ALOCAÇÃO FINANCEIRA PARA A APS

Segundo os resultados desta revisão, é possível identificar uma supremacia do financiamento da APS pelo ente municipal, custeando de 70% a 96,3%, como no caso dos municípios do estado de São Paulo,^{20,25} corroborando com estudos posteriores que apontou a ampliação dos recursos municipais no financiamento de suas políticas de saúde, incluindo a APS, uma vez que os recursos do MS não são suficientes para custear a Estratégia Saúde da Família.^{12,22}

Deste modo, percebe-se que a alocação de recursos financeiros não é vivenciada de forma tripartite na totalidade dos territórios, como previsto nas normativas do SUS, incluindo a PNAB de 2017 que dispõe que os entes federados devem contribuir com o financiamento tripartite para fortalecimento da APS, cabendo ao MS garantir fontes de recursos federais, aos Estados e Distrito Federal a destinação de recursos financeiros estaduais de modo regular e automático para custeio e investimento das ações e serviços, e aos Municípios destinar recursos municipais para compor o financiamento da APS.²²

Ao longo do processo de financiamento do SUS, a participação da União foi reduzida de 73% para 43% entre 1991 e 2017, contrapondo a participação estadual e municipal, que cresceram de 15% para 26% no caso dos estados e de 12% para 31% no caso municipal, indicando o ente que mais aplicou recursos financeiros em serviços e ações de saúde.²⁴ Porém, essa redução na participação financeira das ações e serviços de saúde por parte do MS não significa alterações nas constituições das políticas, uma vez que são os recursos financeiros os determinantes para a configuração das políticas de saúde.²⁵

O estudo identificou experiências locais de alocação de recursos financeiros para a APS de forma tripartite em Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Amapá, Tocantins, Espírito Santo, Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul. Destes, apenas o Rio Grande do Sul realizou transferências aos municípios de forma global, a fim de que seja utilizado a partir de seus Planos Municipais de Saúde, os demais estados financiaram a APS com a utilização de critérios específicos.^{20,21,26,27}

Assim como, a pesquisa identificou experiências com redução na alocação financeira para a APS no Rio de Janeiro e Distrito Federal, mesmo fazendo parte das políticas de saúde prioritárias destes territórios. Os recursos financeiros foram concentrados na construção de hospitais e investidos na MAC, havendo redução na cobertura populacional para a APS, redução da cobertura de saúde bucal e no número de agentes comunitários de saúde.^{29,30} Tal fato pode ter sido gerado como consequência da EC nº95/2016, que provocou redução nos recursos financeiros para a Seguridade Social, e conseqüentemente, para o SUS, levando à gestão priorizar serviços em seus territórios em detrimento de outros, como no caso da APS, e com alguns outros impedimentos como a contratação de pessoal devido a Lei de Responsabilidade Fiscal, não permitindo a expansão das eSF.^{12,22}

CRITÉRIOS PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A APS

A LC nº 141/2012, dispõe que as transferências de recursos financeiros aos Municípios devem ocorrer de forma regular e automática, considerando as dimensões epidemiológicas, demográficas, socioeconômicas, espaciais e a capacidade de oferta de serviços e ações de saúde.³¹ A partir dos resultados deste trabalho, observa-se a constituição de critérios para alocação financeira para a APS majoritariamente para política de incentivo vinculada a programas que não correspondem com as necessidades em saúde dos territórios,^{20,26} corroborando com outros achados em que este tipo de critério induz um determinado tipo de política de saúde em detrimento de suas necessidades, rompendo com a lógica do repasse global e inibindo a autonomia municipal.^{12,25,32}

Das experiências de alocação estaduais, apenas o Rio Grande do Sul realiza transferência de recursos financeiros de forma global, fundo a fundo, não vinculada a programas específicos, devendo os municípios aplicar os recursos de acordo com as proposições aprovadas nos Planos Municipais de Saúde, porém o estudo não descreveu os impactos desta proposição para o fortalecimento da APS.²⁰ A literatura aponta que as transferências estaduais são incipientes, irregulares, e com critérios rígidos, dificultando que os Municípios definam com base em suas necessidades as políticas de saúde.²⁵

Os achados também apontam para uma prevalência na alocação financeira da Média e Alta Complexidade (MAC), seja pelos Municípios, Estados ou União. A literatura aponta que no decorrer dos anos, houve crescimento significativo na alocação de recursos para a MAC, expandindo de forma expressiva, enquanto o PAB Fixo, com valores baixos, aquém do necessário, praticamente se manteve o mesmo.^{11,22} Assim como, não foram encontrados na literatura a indicação de critérios dos municípios para a alocação dos recursos financeiros para a APS, principalmente nos grandes centros urbanos, em que a ESF não é o único modelo de porta de entrada da população ao SUS.³³ Situação que foi aumentada a partir da PNAB de 2017, em que permitiu outras configurações de equipes, com a constituição de eAP de 20 e 30 horas, sem exigência de ACS financiadas pelo MS e que com maior facilidade de credenciamento.³⁴

ALOCAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A APS E ACESSO

A partir da publicação da PNAB 2017 que permitiu financiamento federal para outras conformações de equipes como as eAP foram observadas redução da cobertura da ESF, o que implica diretamente na ampliação do acesso à APS, principalmente nos grandes centros urbanos.³⁵ Outro estudo traz resultados diferentes quanto a ampliação da APS no período de 2008 a 2019, indicando que a contração no orçamento não significou redução da cobertura. Porém, pode ter provocado alterações no funcionamento, com precarização das condições de trabalho, podendo impactar nas atividades exercidas pelas equipes, e nos indicadores de saúde da população como taxa de mortalidade e internação por causa

sensível à APS.³⁶ Tal situação indica a correlação entre austeridade fiscal, cobertura da APS e as condições de saúde da população.^{11,12,36}

Com o Programa Previne Brasil, em 2019, o modelo de alocação de recursos financeiros para a APS sofreu alterações importantes, trazendo a lógica de cadastramento da população para a garantia dos repasses, indicadores de desempenho que estão mais relacionados com indicadores de processo do que de saúde da população, e outros aspectos como o fim do financiamento específico para as equipes dos Núcleos Ampliados de Saúde da Família (NASF), implicando no incentivo às atividades multiprofissionais que corroboravam a ideologia da APS universal, integral, de acordo com os princípios discutidos em Alma Ata.^{11,12}

O fim do PAB Fixo gerou instabilidade no financiamento das eSF, principalmente nos grandes centros urbanos, uma vez que a cobertura de APS não alcança os 100% da população, a implantação de novas equipes depende de gastos adicionais exclusivos pelos Municípios enquanto aguarda credenciamento e habilitação por parte do MS, e para as equipes existentes não seria possível realizar o cadastramento de todo território municipal, resultando em perdas financeiras para a APS, ferindo sobre o princípio da universalidade e sobre o modelo de atenção da ESF de caráter territorial e comunitário.^{11,12,34,36}

O modelo de alocação financeira por meio do PAB Fixo beneficiava a totalidade dos municípios brasileiros e induzia a ampliação da APS por meio das eSF. A partir do novo modelo, além do financiamento estar dependente do cadastramento da população, houve estímulo do MS para cadastramento de equipes eAP, no qual não era exigida burocracia nem espera para credenciamento e habilitação, com recursos de custeio já repassados a partir do cadastramento no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).³⁴

A saúde é uma área que está em constante movimento, com produção crescente de informações e de grande complexidade no qual demandou a elaboração de estudos embasados cientificamente, com metodologia clara e adequada, que possibilite contribuir com a prática dos profissionais, descrevendo a importância e relevância da revisão integrativa.³⁷ Porém, as revisões integrativas também apresentam limitações e neste caso não apresentam na totalidade dos estudos a correlação entre alocação de recursos financeiros para a APS e ampliação do acesso aos serviços de saúde pela população, nem apresentam os critérios municipais para a alocação dos recursos que são destinados para o custeio da APS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se ao longo do processo da alocação de recursos para a APS, a insuficiência de recursos financeiros diante do seu papel de ordenadora da Rede e coordenadora do cuidado, não sendo possível manter seus atributos essenciais: acesso, longitudinalidade, integralidade e coordenação do cuidado, principalmente diante das novas proposições

trazidas pela nova PNAB e pelo Programa Previne Brasil, distanciando a APS do cuidado territorial, familiar e integral, voltando-se ao controle de riscos de maneira individualizada.

Para a manutenção e sustentabilidade da APS é de extrema importância às transferências intergovernamentais, ou seja, melhoria na alocação dos recursos financeiros por parte do MS e implementação dos entes estaduais no processo, uma vez que o financiamento da APS é tripartite, devendo considerar as necessidades de saúde dos territórios, permitindo a utilização dos recursos de forma global pelos municípios de acordo com seus Planos Municipais de Saúde, contemplando as particularidades de cada território.

Conclui-se que há poucos estudos que contemplem os resultados com impactos que o financiamento tripartite proporciona para a APS, principalmente voltado para a ampliação da cobertura e do acesso. Diante disso, sugere-se novos estudos voltados a avaliar os impactos que a alocação de recursos financeiros de forma adequada, tripartite, e considerando os critérios de cada território, trariam para a expansão e fortalecimento da APS, e conseqüentemente, para o SUS.

REFERÊNCIAS

1. Mello GA, Fontanella BJB, Demarzo MMP. Atenção Básica e Atenção Primária à Saúde - Origens e diferenças conceituais. Revista da APS. 2009;12(2).
2. Mendes Á, Carnut L, Guerra LD. Reflexões acerca do financiamento federal da Atenção Básica no Sistema Único de Saúde. Saúde em Debate [Internet]. Set 2018 [citado 21 nov 2022];42(spe1):224-43. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018s115>
3. Giovanella L. Atenção básica ou atenção primária à saúde? Cadernos de Saúde Pública [Internet]. 20 ago 2018 [citado 21 nov 2022];34(8). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00029818>
4. Starfield B.; Shi, L.; Macinko, J. Contribution of primary care to health systems and health. Milbank Memorial Fund Quartely, New York, v. 83, n. 3, p. 457-502, 2005.
5. Conill EM. Ensaio histórico-conceitual sobre a Atenção Primária à Saúde: desafios para a organização de serviços básicos e da Estratégia Saúde da Família em centros urbanos no Brasil. Cadernos de Saúde Pública [Internet]. 2008 [citado 21 nov 2022];24(suppl 1):s7—s16. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-311x2008001300002>
6. Giovanella L, Franco CM, Almeida PF. Política Nacional de Atenção Básica: para onde vamos? Ciência & Saúde Coletiva [Internet]. Abr 2020 [citado 21 nov 2022];25(4):1475-82. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020254.01842020>
7. Ugá MA, Piola SF, Porto SM, Vianna SM. Descentralização e alocação de recursos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Ciência & Saúde Coletiva [Internet]. 2003 [citado 21 nov 2022];8(2):417-37. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-81232003000200008>
8. Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal; 1988.

9. Brasil. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília,DF, 2006.
10. Brasil. Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012. Regulamenta o parágrafo 3º da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e outras providências Diário Oficial da União. 14 Jan 2012.
- Melo EA, Almeida PF, Lima LD, Giovanella L. Reflexões sobre as mudanças no modelo de financiamento federal da Atenção Básica à Saúde no Brasil. *Saúde em Debate* [Internet]. 2019 [citado 21 nov 2022];43(spe5):137-44. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019s512>
11. Mendes Á, Melo MA, Carnut L. Análise crítica sobre a implantação do novo modelo de alocação dos recursos federais para atenção primária à saúde: operacionalismo e improvisos. *Cadernos de Saúde Pública* [Internet]. 2022 [citado 21 nov 2022];38(2). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00164621>
12. Cirino FM, Aragão JB, Meyer G, Campos DS, Grysczek AL, Nichiata LY. Desafios da atenção primária no contexto da COVID-19. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade* [Internet]. 14 jul 2021 [citado 21 nov 2022];16(43):2665. Disponível em: [https://doi.org/10.5712/rbmf16\(43\)2665](https://doi.org/10.5712/rbmf16(43)2665)
13. Emenda Constitucional nº 29, de 2000, Emenda Constitucional n.º 29 [Internet], 13 set 2000 [citado 21 nov 2022] (Brasil). Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2000-09-13;29>
14. Pereira B, Faleiros D. Home - CONASEMS [Internet]. Financiamento do SUS na perspectiva municipal: contribuições do CONASEMS sobre o debate; [citado 21 nov 2022]. Disponível em: <https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Financiamento-do-SUS-na-perspectiva-municipal.pdf>
15. Assis MM, Jesus WL. Acesso aos serviços de saúde: abordagens, conceitos, políticas e modelo de análise. *Cienc Amp Saude Coletiva* [Internet]. Nov 2012 [citado 24 abr 2023];17(11):2865-75. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-81232012001100002>
16. Dal K, Mendes S, Cristina De Campos R, Silveira P, Galvão CM. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Context - Enferm* [Internet]. Dezembro de 2008 [citado 26 de Março de 2023];17(4):758–64. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/abstract/?lang=pt>
17. Soares CB, Hoga LAK, Peduzzi M, Sangaleti C, Yonekura T, Silva DRAD. Revisão integrativa: conceitos e métodos utilizados na enfermagem. *Rev da Esc Enferm da USP* [Internet]. 2014 [citado 26 de Março de 2022];48(2):335–45. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/reeusp/a/3ZZqKB9pVhmMtCnsvVW5Zhc/?lang=pt>
18. Reis JG, Martins MFM, Lopes MHBM. Indicativos de qualidade para artigos de Revisão Integrativa. Rio de Janeiro. [internet] 2015. Arca Repositório Institucional da Fiocruz. [citado 27/07/2023].
19. Marques RM, Mendes Á. Atenção Básica e Programa de Saúde da Família (PSF): novos rumos para a política de saúde e seu financiamento? *Cienc Amp Saude Coletiva* [Internet]. 2003 [citado 8 jul 2023];8(2):403-15. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-81232003000200007>

20. Soares A. Paradigma de financiamento do SUS no estado de São Paulo: uma análise regional. *Revista de Saúde Pública* [Internet]. 2019 May 6 [cited 2023 Jul 27];53:39. Available from: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/8tkq9gmpWm4vR5fKDmnBQ6B/abstract/?lang=pt>
21. Mendes Á, Marques RM. O financiamento da Atenção Básica e da Estratégia Saúde da Família no Sistema Único de Saúde. *Saude Em Debate* [Internet]. 2014 [citado 9 jul 2023];38(103). Disponível em: <https://doi.org/10.5935/0103-1104.20140079>
22. Brasil. Ministério da Saúde (MS). Portaria nº 2.436 de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica. *Diário Oficial da União*; 2017.
23. Funcia FR. Subfinanciamento e orçamento federal do SUS: referências preliminares para a alocação adicional de recursos. *Cienc Amp Saude Coletiva* [Internet]. Dez 2019 [citado 8 jul 2023];24(12):4405-15. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182412.25892019>
24. Marques RM, Mendes Á. A política de incentivos do Ministério da Saúde para a atenção básica: uma ameaça à autonomia dos gestores municipais e ao princípio da integralidade? *Cad Saude Publica* [Internet]. 2002 [citado 9 jul 2023];18(suppl):S163—S171. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-311x2002000700016>
25. Canesqui AM, Spinelli MA. A implementação do Programa Saúde da Família em municípios do Estado de Mato Grosso, Brasil. *Cad Saude Publica* [Internet]. Abr 2008 [citado 8 jul 2023];24(4):862-70. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-311x2008000400017>
26. Lorena Sobrinho JE, Espírito Santo AC. Participação dos entes federados no financiamento da saúde bucal de atenção básica: estudo no município da Vitória de Santo Antão, Pernambuco. *Saude Soc* [Internet]. Dez 2013 [citado 8 jul 2023];22(4):994-1000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902013000400003>
27. Costa ND, Silva ID, Lima PT, Silva TS, Costa IC, Figueiredo IV. A implantação em larga escala da Estratégia de Saúde da Família na cidade do Rio de Janeiro, Brasil: evidências e desafios. *Cienc Amp Saude Coletiva* [Internet]. Jun 2021 [citado 8 jul 2023];26(6):2075-82. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021266.01012021>
28. Kashiwakura HK, Gonçalves AD, Silva RM. Atenção Primária à Saúde: elementos de continuidade e mudanças na saúde do Distrito Federal. *Saude Em Debate* [Internet]. Dez 2016 [citado 8 jul 2023];40(111):49-62. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201611104>
29. Vieira FS, Lima LD. Distorções das emendas parlamentares à alocação equitativa de recursos federais ao PAB. *Rev Saude Publica* [Internet]. 7 dez 2022 [citado 8 jul 2023];56:123. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2022056004465>
30. Brasil. Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012. Regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. *Diário Oficial União*. 16 jan 2012; Seção 1.

31. Viana RR, Caldeira NV, Feitosa AD, Silva MD, Oliveira GS. Análise histórica dos critérios de financiamento do SUS no âmbito da atenção primária à saúde: uma revisão integrativa. *Res Soc Dev* [Internet]. 24 out 2022 [citado 13 jul 2023];11(14):e205111436114. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i14.36114>

32. Arantes LJ, Shimizu HE, Merchán-Hamann E. Contribuições e desafios da Estratégia Saúde da Família na Atenção Primária à Saúde no Brasil: revisão da literatura. *Cienc Amp Saude Coletiva* [Internet]. Maio 2016 [citado 14 jul 2023];21(5):1499-510. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015215.19602015>

33. Mendonça FF, *et al.* As mudanças na política de atenção primária e a (in)sustentabilidade da Estratégia Saúde da Família. *Saúde em Debate*. 2023 [citado 25 jul 2023];47(137):13-30. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202313701>.

34. Ferreira ABS. O Financiamento Estadual Da Atenção Primária No Rio de Janeiro: Caminhos E Perspectivas. Uerj.br, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017, www.btdt.uerj.br:8443/handle/1/18664. Acessado em 27 de julho de 2023.

35. Barros RD, Aquino R, Souza LEPE. Evolução da estrutura e resultados da Atenção Primária à Saúde no Brasil entre 2008 e 2019. *Ciência & Saúde Coletiva*. Nov 2022a [citado 22 jul 2023];27(11):4289-4301. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-812320222711.02272022_

36. O'Dwyer G, Graever L, Britto FA, Menezes T, Konder MT. A crise financeira e a saúde: o caso do município do Rio de Janeiro, Brasil. *Cienc Amp Saude Coletiva* [Internet]. Dez 2019 [citado 8 jul 2023];24(12):4555-68. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182412.23212019>

37. Tavares De Souza M, Dias Da Silva M, De Carvalho R. Revisão integrativa: o que é e como fazer Integrative review: what is it? How to do it? *Einstein* [Internet]. 2010;8(1):102–8. Available from: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>

VANTAGENS DA UTILIZAÇÃO DE SOLUÇÕES INDIVIDUAIS NO TRATAMENTO DE ESGOTO

Data de aceite: 02/01/2024

José Moacir de Sousa Vieira

Doutorando do Programa Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP)
<https://orcid.org/0009-0006-7779-7216>

Mário Valério Filho

Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP)
Doutor em Agronomia pela Universidade de São Paulo (USP)
<https://orcid.org/0000-0001-9268-8970>

Rodolfo Moreda Mendes

Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP)
Doutor em Engenharia Geotécnica pela Universidade de São Paulo (USP)
<https://orcid.org/0000-0003-1833-3084>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar as vantagens decorrentes da implementação de soluções individuais e descentralizadas no tratamento de esgotos domésticos, com foco especial em

comunidades de baixa renda. A crescente lacuna nos serviços de saneamento básico no Brasil é destacada, acentuando a notável disparidade de acesso a esses serviços em todo o país. A problemática é ainda mais acentuada considerando que quase 100 milhões de cidadãos brasileiros estão privados do acesso à coleta de esgoto com redes públicas de coleta. O estudo adota uma abordagem dialética e procedimento metodológico fundamentado na revisão bibliográfica de obras e pesquisas relacionadas ao tema. Os resultados obtidos reforçam a importância crítica da implementação de alternativas de soluções individuais e descentralizados para o tratamento de esgotos domésticos, especialmente quando voltadas para os assentamentos precários. Este trabalho contribui para a compreensão da relevância dessas alternativas na promoção da saúde e na mitigação das desigualdades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Saneamento Básico. Serviço de Esgotamento Sanitário. Soluções Individuais de Esgotamento. Assentamentos precário.

ADVANTAGES OF THE USE OF INDIVIDUAL SOLUTIONS FOR SEWAGE TREATMENT

ABSTRACT: Individual and decentralized solutions in the treatment of domestic sewage, with a special focus on low-income communities. The growing gap in basic sanitation services in Brazil is highlighted, emphasizing the significant disparity in access to these services across the country. The issue is even more pronounced considering that nearly 100 million Brazilian citizens lack access to sewage collection through public networks. The study adopts a dialectical approach and a methodological procedure based on the literature review of works and research related to the topic. The results reinforce the critical importance of implementing alternative individual and decentralized solutions for domestic sewage treatment, especially when directed towards precarious settlements. This work contributes to understanding the relevance of these alternatives in promoting health and mitigating social inequalities.

KEYWORDS: Basic Sanitation. Sanitary Sewer Service. Individual Sewage Solutions. Precarious Settlements.

1 | INTRODUÇÃO

Com base nos dados do Censo Demográfico de 2010, observa-se a presença alarmante de mais de 6.329 assentamentos irregulares no Brasil, dos quais 3.954 estão concentrados na região Sudeste, abrigando cerca de 11,4 milhões de indivíduos. Essa estatística representa aproximadamente 6% da população total do país. No entanto, é crucial ressaltar que, desde então, houve uma clara evolução numérica nesse contexto (IBGE, 2010). De maneira geral, as residências presentes nesses assentamentos carecem, em sua maioria, de soluções adequadas de esgotamento doméstico. Muitas vezes, tais soluções são improvisadas de maneira precária. Entre as soluções encontradas, é possível citar fossas rudimentares, descarte a céu aberto e lançamento direto de resíduos em corpos d'água, como córregos e mangues. Nessas áreas, é evidente a alta incidência de doenças transmitidas pela água, além da considerável degradação ambiental. Adicionalmente, há uma gama de deficiências que afetam não apenas aspectos técnicos, mas também dimensões humanas e sociais, sublinhando a profundidade dos desafios presentes (Instituto Trata Brasil, 2016).

O objetivo deste estudo é destacar as vantagens das soluções individuais de tratamento de esgoto, especialmente para áreas carentes, onde a implementação do sistema convencional, muitas vezes, não é viável. Isso será realizado através de uma análise bibliográfica das alternativas tecnológicas, com foco na prestabilidade. O trabalho se baseia no estudo de estruturas individuais que melhorem a qualidade de vida e promovam uma sustentabilidade digna, abordando o saneamento em sua totalidade.

Este estudo se concentrará exclusivamente em diferentes tipos de sistemas de saneamento domiciliar aplicáveis a habitações unifamiliares. Algumas desses sistemas podem também ser adaptadas para uso em residências multifamiliares, com o objetivo contínuo de preservar o ambiente, garantir a viabilidade financeira e promover um

progresso tangível na qualidade de vida e na saúde dos indivíduos, ao mesmo tempo em que se protege a natureza. Esse enfoque se aplica especificamente a comunidades de baixa renda, onde se busca alcançar uma melhoria no padrão de qualidade de vida, sem quaisquer associações estigmatizantes ou conflitos sociais, aspecto que é enfatizado no conteúdo deste trabalho (Vieira, 2020).

O Diagnóstico Temático dos Serviços de Esgotos apresentado pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) relata que, no ano 2020, 55,8% da população total do Brasil estava coberta pelo serviço de coleta de esgoto. Entretanto, é relevante ressaltar que uma parcela de aproximadamente 100 milhões de cidadãos permanece sem acesso aos sistemas de esgotamento sanitário por meio de redes públicas de coleta, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR, 2022).

O tratamento adequado do esgoto é crucial para prevenir ou reduzir os impactos negativos na saúde, no meio ambiente e no desenvolvimento social e econômico de uma região, já que o esgoto é uma fonte potencial de poluição. Para a saúde e o bem-estar das pessoas, o destino final correto do esgoto desempenha um papel vital. O descarte inadequado de resíduos humanos está associado a uma série de doenças, incluindo ancilostomíase, ascaridíase, amebíase, cólera, diarreia infecciosa, disenteria bacilar, esquistossomose, estrogiloidíase, febre tifoide, febre paratifoide, salmonelose, teníase e cisticercose, de acordo com o Manual de Saneamento da Fundação Nacional de Saúde. No que diz respeito à forma como as doenças associadas ao descarte inadequado de esgoto são transmitidas, a principal via é o contato direto com os resíduos, especialmente considerando que o destino predominante dos esgotos domésticos, sem tratamento, em assentamentos irregulares, é para valas a céu aberto ou corpos d'água. Isso contribui para o surgimento de diversas doenças, seja através da ingestão ou do contato com a pele e as membranas mucosas. Além disso, o despejo de esgoto diretamente no solo pode ser responsável por doenças adquiridas pelo contato dos pés e das mãos com o solo contaminado. Além desses efeitos, o descarte inadequado de esgoto no solo pode levar à contaminação da água (Funasa, 2015).Parte superior do formulário

Nesse contexto, é necessário revisitar com atenção as perspectivas futuras, a qualidade de vida, a sustentabilidade e, por fim, a ecologia. Isso implica em analisar a dimensão humana do saneamento básico e de outros elementos relacionados a esses conhecimentos que afetam a vida humana e suas particularidades, especialmente aquelas vinculadas à classe trabalhadora, aos mais desfavorecidos e às populações periféricas. Isso é compreendido como um legado significativo da ciência e de suas práticas, sobretudo em tempos desafiadores em que se busca reduzir a grande desigualdade social que existe no Brasil (Philippi Jr.; Malheiros, 2005).

2 | METODOLOGIA

Este estudo emprega uma abordagem dialética, orientada pela análise crítica das vantagens associadas à implementação de soluções individuais e descentralizadas para o tratamento de esgotos domésticos, especialmente direcionado a áreas de assentamentos precários. Para alcançar esse propósito, foi utilizada a metodologia de revisão bibliográfica, considerando obras, artigos técnicos e científicos, e relatórios de pesquisas (Marconi; Lakatos, 2003).

3 | RESULTADOS

Após estudo e análise das possíveis soluções individuais para o tratamento de esgoto em áreas de assentamentos precários, foi conduzida uma revisão bibliográfica abrangendo diversas tecnologias, considerando as diferentes características de cada uma. Em outras palavras, o estudo procurou alternativas com o intuito de aprimorar a qualidade de vida dos potenciais usuários, oferecendo opções para o tratamento de esgoto. É importante ressaltar que este estudo não abarca todas as alternativas disponíveis, no entanto, apresenta algumas que os autores consideram relevantes e viáveis.

Nesse sentido, o Quadro 1 ilustra resumos de 17 opções de alternativas de sistemas individuais e descentralizados para o tratamento de esgotos domésticos, passíveis de implementação em assentamentos irregulares, levando em consideração as particularidades de cada assentamento. Aqui é feita uma comparação dessas alternativas, avaliando aspectos como o tipo de sistema de esgotamento domiciliar, a área necessária para atender até cinco pessoas, o tipo de esgoto tratado e a exigência de remoção de lodo (Vieira, 2023).

Alternativas de sistemas de esgotamento	Área necessária p/ atender até 5 pessoas	Tipo de esgoto tratado	Tipo de sistema	Necessidade de remoção de lodo
vermifiltro	2 a 4m ²	águas de vaso sanitário, águas cinzas, esgoto doméstico e pré- tratado	unifamiliar ou semicoletivo	sim, na forma de humos de minhoca
fossa séptica biodigestora	10 a 12m ²	águas de vaso sanitário	unifamiliar	não
círculo de bananeiras	3 a 5m ²	águas cinzas ou esgoto pré-tratado	unifamiliar	não
fossa verde ou bacia de evapot	7 a 10m ²	águas de vaso sanitário	unifamiliar	talvez
vala de filtração e filtro de areia	2 a 5m ²	esgoto pré-tratado	unifamiliar ou semicoletivo	não
sistema alagados construídos	7,5 a 15m ²	águas cinzas e esgoto pré-tratado	unifamiliar ou semicoletivo	não
rafa compacto	3 a 8m ²	águas do vaso sanitário e esgoto doméstico	unifamiliar ou semicoletivo	sim
privada química	1,5m ²	fezes e urina	unifamiliar e semicoletivo	sim
biodigestor	5m ²	águas do vaso sanitário e esgoto doméstico	unifamiliar e semicoletivo	sim
reator RAC	3 a 8m ²	águas do vaso sanitário e esgoto doméstico	unifamiliar e semicoletivo	sim
vala de infiltração	3 a 5m ²	águas cinzas e esgoto pré-tratado	unifamiliar ou semicoletivo	não
biossistema integrado	25 a 100m ²	águas do vaso sanitário e esgoto doméstico	unifamiliar ou semicoletivo	sim
fossa seca	2 a 4m ²	fezes e urina	unifamiliar	não
fossa de fermentação	2 a 4m ²	fezes e urina	unifamiliar	não
tanque séptico	1,5 a 4m ²	águas de vaso sanitário, águas cinzas e esgoto doméstico	unifamiliar ou semicoletivo	sim
banheiro seco compostável	2 a 4m ²	fezes e urina	unifamiliar	não
filtro anaeróbico	1,5 a 4m ²	esgoto pré-tratado	unifamiliar ou semicoletivo	sim

Quadro 1: Dezesete alternativas de sistemas individuais de esgotamento domésticos

Fonte: adaptado de Tonetti *et al.* (2018).

4 | DISCUSSÃO

Em um contexto amplo, as soluções individuais e descentralizadas de tratamento de esgoto estão cada vez mais em destaque como respostas para superar a defasagem na prestação adequada de serviços de esgotamento em assentamentos precários. Esse enfoque se revela como uma estratégia essencial perante os desafios e as abordagens emergentes na realidade brasileira, marcada pela precariedade desses serviços, bem

como em suas perspectivas futuras. Contudo, é importante destacar que o respaldo de políticas públicas se mostra indispensável para concretizar a implementação desses sistemas individuais e descentralizados de forma eficiente (Vieira, 2020).

No que se refere às vantagens financeiras e técnicas, destaca-se a importância de considerar as responsabilidades, as funcionalidades e as garantias técnicas. Com base nessa abordagem, torna-se viável apresentar algumas vantagens significativas dos sistemas individuais e descentralizados de tratamento de esgoto doméstico (Tonetti *et al.*, 2018). Eis algumas dessas vantagens para a implementação dessas soluções:

- a. custo reduzido, devido à operacionalidade simples e à conformidade com os atuais padrões de mercado;
- b. oferta de produtos, ferramentas e materiais, com diversas alternativas, que resultam na redução dos gastos relacionados a recursos e à mão de obra;
- c. consumo energético reduzido, acompanhado de baixos custos para a manutenção, muitas vezes, sem encargos pelo tratamento e outros procedimentos. As técnicas utilizadas são simples, economicamente acessíveis e de fácil execução, o que simplifica a manutenção, a instalação, a prestação de serviços e as tarefas essenciais;
- d. certos sistemas geram subprodutos que têm potencial de reutilização, como fertilizantes e itens proveitosos em diferentes contextos. Muitos desses subprodutos podem ser aproveitados em projetos de engenharia ou em atividades relacionadas. É fundamental adotar uma perspectiva de sustentabilidade e comprometimento, especialmente com os aspectos ambientais, o que pode contribuir para a diminuição dos custos totais de cada empreendimento;
- e. evita a necessidade de construir um sistema convencional de esgotamento que frequentemente se torna inviável de ser implementado. Isso se deve à exigência de investimentos substanciais e a técnicas avançadas com custos elevados;
- f. não requer a contratação de trabalhadores especializados, pois adota abordagens cada vez mais simplificadas e autoinstrutivas.

No âmbito das vantagens humanas, sociais e ambientais das soluções de tratamento de esgotos individuais e descentralizadas, essas vantagens representam um diferencial qualitativo importante na implementação de qualquer projeto de esgotamento doméstico e desempenham um papel extremamente vital. Isso ocorre mesmo quando comparadas com os aspectos técnicos e econômicos, que tradicionalmente têm recebido maior destaque. Nesse sentido, as seguintes vantagens e processos podem ser identificados como os mais significativos dentro deste contexto:

- a. criação de empregos e oportunidades de renda na comunidade durante a implementação, ao recrutar e capacitar muitos dos trabalhadores locais. Isso gera um impacto notável tanto na economia quanto no tecido social, proporcionando empregos diretos e indiretos, de curto e longo prazos, abrangendo a operação e a

manutenção desses sistemas;

b. surgimento orgânico de necessidades, empregos e ocupações, que decorrem da ampliação do projeto e da criatividade e das ações das pessoas envolvidas direta ou indiretamente. Isso abrange desde os processos intelectuais de planejamento, de implementação, de operação e de manutenção até a identificação e o atendimento de novas exigências que possam surgir;

c. importante contribuição para a substancial melhoria da saúde e qualidade de vida dos residentes locais, refletindo a essência fundamental de qualquer sistema de esgoto eficaz, especialmente quando aplicado em comunidades periféricas. Esse processo desencadeia impactos positivos na saúde e no bem-estar dos indivíduos, na conservação do meio ambiente e na ênfase na valorização da vida e do bem-estar coletivo;

d. geralmente, os sistemas individuais de esgotamento doméstico são bem recebidos nas comunidades devido a sua conformidade com os hábitos e cultura locais, levando em consideração critérios e elementos ligados à ecologia e cultura;

e. baixo consumo de energia, o que tem um impacto positivo no meio ambiente e na sustentabilidade dos recursos utilizados. Além disso, as tecnologias mais suaves e renováveis utilizadas causam menos impacto no ecossistema e têm a capacidade de ser sustentáveis por um período mais longo, mantendo a qualidade do desempenho;

f. uma redução significativa na poluição do solo e dos corpos d'água é alcançada, contribuindo para a preservação do meio ambiente e para a melhoria das condições ecológicas locais. Isso tem um impacto direto na saúde, no bem-estar e na qualidade de vida das comunidades, atendendo às demandas atuais e aos avanços e desafios da Engenharia Civil.

5 | CONCLUSÃO

Neste artigo, foram abordadas as vantagens decorrentes da adoção de alternativas de soluções individuais e descentralizadas no tratamento de esgoto doméstico em comunidades de baixa renda. Os resultados obtidos reforçam a importância crítica da implementação de alternativas de soluções individuais e descentralizadas para o tratamento de esgotos domésticos, especialmente direcionadas a assentamentos precários. O trabalho contribui para a compreensão da relevância da aplicação dessas alternativas na promoção da saúde e na atenuação das desigualdades sociais.

Observou-se que as soluções de esgotamento individuais e descentralizadas têm emergido como uma resposta para lidar com as lacunas nos serviços de esgotamento sanitário em comunidades desfavorecidas. Essa abordagem tem se mostrado relevante perante os desafios e as mudanças na realidade brasileira, que é caracterizada pela falta de serviços adequados de esgotamento, bem como em suas perspectivas futuras. No entanto, ressalta-se a importância do apoio das políticas públicas para a implementação eficaz

dessas soluções.

Em relação às vantagens financeiras e técnicas, bem como os aspectos humanos, sociais e ecológicos, essa análise revelou várias vantagens significativas dos sistemas individuais e descentralizados de tratamento de esgoto doméstico, incluindo o baixo custo de implantação, a oferta diversificada de recursos e insumos, a eficiência energética, a produção de subprodutos reutilizáveis e a redução dos custos gerais de projeto. Além disso, essas soluções dispensam a construção de sistemas de esgotamento convencionais, promovem a criação de empregos locais e contribuem para a melhoria da saúde, qualidade de vida e preservação do meio ambiente nas comunidades precárias de esgotamento.

Por fim, este estudo enfatiza a importância vital de se priorizar o tratamento adequado do esgoto, não apenas como uma medida de saneamento básico, mas também como uma estratégia para enfrentar as desigualdades sociais e ambientais presentes nas comunidades de baixa renda. A implementação de soluções individuais e descentralizadas de tratamento de esgoto emerge como uma abordagem essencial para enfrentar essa complexa questão, promovendo benefícios tangíveis tanto para os indivíduos quanto para o meio ambiente. O compromisso com políticas públicas eficazes e sustentáveis é fundamental para transformar essas vantagens em realidade e alcançar melhorias significativas na qualidade de vida e na equidade social em assentamentos precários.

AGRADECIMENTOS

O presente estudo foi conduzido com o respaldo generoso proporcionado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), uma instituição que merece toda a estima da sociedade brasileira, identificada pelo Código de Financiamento 001. Expressamos gratidão ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PPGPLUR) da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), cujo compromisso excepcional em pesquisa na área de Planejamento Urbano e Regional perdura há mais de três décadas.

REFERÊNCIAS

IBGE. **Dados do Censo 2010**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Pesquisa Saneamento Básico em Áreas Irregulares**: relatório Brasil. São Paulo: INSTITUTO TRATA BRASIL, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional. SNIS. **Diagnóstico Temático: Gestão Técnica de Esgoto** (ano de referência 2020) publicado em agosto de 2022. Brasília. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/diagnosticos_snis. Acesso em: 16 ago. 2023.

PHILIPPI JR., Arlindo; MALHEIROS, Tadeu Fabrício. Saneamento e saúde pública: integrando homem e meio ambiente. *In*: PHILIPPI JR., A. **Saneamento saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. Barueri: Manole, 2005.

TONETTI, Adriano Luiz et al. **Tratamento de esgotos domésticos em comunidades isoladas: referencial para a escolha de soluções**. Campinas: Biblioteca Unicamp, 2018.

VIEIRA, José Moacir de Sousa. **Desafios da universalização dos serviços de esgotamento sanitário nos assentamentos precários de São José dos Campos-SP**. 2023. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2023.

VIEIRA, José Moacir de Sousa. **Alternativas para o Sistema de Esgotamento Doméstico de Assentamentos Irregulares em Locais de Dificil Implantação de Sistema Convencional em uma Perspectiva Humana e Sustentável**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Engenharia Civil) Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2020.

DE HERÓI A ANTI-HERÓI: COMO HOMELANDER SUBVERTE O CONCEITO POPULAR DE HERÓI AMERICANO

Data de aceite: 02/01/2024

Tatiana Machado Boulhosa

Centro Universitário Belas Artes de São
Paulo
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/7244262875865264>

Heloisa Lucas dos Anjos

Centro Universitário Belas Artes de São
Paulo
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/2504092826285483>

Paloma Cristy Godoy

Centro Universitário Belas Artes de São
Paulo
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/6791525664562956>

Nathalia Lobo Gubani de Moura

Centro Universitário Belas Artes de São
Paulo
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/6998560644004874>

Sara Silva Ribeiro

Centro Universitário Belas Artes de São
Paulo
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/1114781442089820>

Julia Rodrigues Salvi

Centro Universitário Belas Artes de São
Paulo
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/3302648019810898>

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar o personagem Homelander da série “The Boys” (Amazon Prime Video, 2019) como um agente de desconstrução do conceito tradicional de herói americano. Homelander, um super-herói com habilidades sobre-humanas, desafia os estereótipos ao apresentar um perfil psicológico marcado por ambiguidade moral, narcisismo e egoísmo. O texto explora as implicações dessa representação, examinando como o personagem se afasta das virtudes tradicionais associadas a heróis e seu impacto no gênero dos super-heróis. A análise crítica de Homelander visa compreender as consequências dessa representação para a cultura contemporânea, questionando normas culturais pré-estabelecidas e influenciando a forma como a sociedade percebe e interpreta os heróis. O artigo investiga como essa desconstrução do arquétipo heroico

contribuiu para uma narrativa mais complexa e reflexiva sobre os valores culturais, destacando a capacidade da cultura popular em desafiar e redefinir conceitos arraigados.

PALAVRAS-CHAVE: Homelander, desconstrução do herói e cultura contemporânea

FROM HERO TO ANTI HERO: HOW HOMELANDER SUBVERTS THE POPULAR CONCEPT OF THE ALL-AMERICAN HERO

ABSTRACT: This article analyzes the character Homelander from the series “The Boys” (Amazon Prime Video, 2019) as an agent of deconstruction of the traditional concept of the All-American hero. Homelander, a superhero with superhuman abilities, challenges heroic stereotypes by presenting a psychological profile marked by moral ambiguity, narcissism, and selfishness. The text explores the implications of this representation, examining how the character deviates from traditional virtues associated with heroes and its impact on the superhero genre. The critical analysis of Homelander aims to understand the consequences of this representation for contemporary culture, questioning pre-established cultural norms and influencing how society perceives and interprets heroes. The article investigates how this deconstruction of the heroic archetype contributes to a more complex and reflective narrative about cultural values, highlighting popular culture’s ability to challenge and redefine ingrained concepts.

KEYWORDS: Homelander, hero deconstruction and contemporary culture

INTRODUÇÃO: POR QUE ESTUDAR O HOMELANDER?

Quando assistimos à série *The Boys* (Prime Video, 2019), é inevitável não traçar paralelos entre o protagonista de caráter contraditório, Homelander, e as principais figuras heroicas de nossas infâncias, particularmente o Capitão América e o Super-Homem. E as conclusões são, no mínimo, curiosas.

A série em questão apresenta como enredo um grupo de heróis conhecidos como “Os 7”, cujas características fundamentais são defender e proteger os Estados Unidos, a que eles se referem como “A Pátria”. Apesar do símbolo de altruísmo e justiça que demonstram na mídia, esses super-heróis são personagens corrompidos pelo *status*, poder e influência que possuem sobre a sociedade. É essa contraposição entre idealização e realidade que a série destaca.

Desde 1938, com a criação do Super-Homem, as produções com super-heróis alcançaram grande popularidade e lucratividade. Além disso, consolidaram narrativas audiovisuais com características como justiça, moral, ética e patriotismo, considerando-as intrínsecas a esses personagens heroicos. No entanto, temos observado um movimento de inquirição crescente dos valores reproduzidos em obras desse gênero.

Com a progressão da interação entre público e mídia, a propagação mercadológica e estratégica dos símbolos heroicos, especialmente o conceito do ideal herói americano, intensificou-se não apenas como entretenimento, mas também como uma influência que interfere na percepção da audiência sobre aspectos políticos, sociológicos e psicológicos.

Embora esta figura tenha surgido em uma época oportuna e turbulenta, sua influência na sociedade contemporânea tornou-se tão intensa que talvez seja problemática. A forte admiração de determinados grupos por essa idealização, a nível de influenciar profundamente conceitos e ideais atribuídos à realidade em que vivemos, despertou nossa curiosidade e necessidade de compreensão.

Dito isso, relacionamos o interesse pela série *The Boys* (Prime Video, 2019) aos pontos levantados, centralizando a pesquisa na subversão que o personagem de Homelander traz aos símbolos mundialmente conhecidos e representados pelo ideal do herói americano, visto que o personagem em foco caracteriza esse conceito, mas também atribui as problemáticas mencionadas e reconhecidas.

Reconhecendo o objeto e propósito do estudo, este artigo levanta, então, os seguintes problemas: como a imagem do herói americano é construída e embutida no nosso imaginário, gerando empatia e identificação? E de que forma o Homelander subverte o conceito tradicional do herói americano, e mesmo sendo uma sátira óbvia, muitas pessoas não entendem as críticas que envolvem o personagem?

A JORNADA DO HERÓI

Nas últimas décadas a estrutura narrativa da jornada do herói foi bastante utilizada para contar histórias, chegando a dominar narrativas populares, especialmente as do cinema hollywoodiano, tornando-se uma estrutura base para qualquer escritor. Compreender essa estrutura é importante quando deseja-se usá-la na criação de histórias, ou para subvertê-la para criar algo diferente.

O autor desse conceito é o estadunidense Joseph Campbell, que notou paralelos entre as histórias da bíblia cristã e as das religiões nativas americanas, o que o fez questionar se outras mitologias também poderiam compartilhar pontos em comum. Posteriormente, Campbell argumenta que as mitologias ao redor do mundo além de terem semelhanças, compartilham de uma narrativa de cunho universal, a qual ele denominou de monomito ou a jornada do herói.

A estrutura do monomito foi desenvolvida por Campbell em 1949 com a publicação de seu livro *O Herói de Mil Faces*. A obra é resultado de uma análise estrutural de mitos históricos de diversas culturas, que norteia o conceito de monomito. Ao analisar esses mitos, Campbell defende que os protagonistas de cada uma dessas histórias, independente da cultura em que está inserido, trilham um caminho parecido, onde passam por provações, confrontos e aprendizados até alcançarem uma recompensa final, transformando-se de um personagem comum a um herói mitológico.

Para chegar a esta conclusão Campbell baseia sua argumentação no trabalho do psicanalista Carl Jung (1875-1961). Em que ele argumenta que para além do inconsciente pessoal, existe outra parte fundamental que é comum a todos os homens em todos os

tempos e espaços, ou seja, há uma herança psicológica que é comum à humanidade. Esse inconsciente possui não só componentes pessoais, mas também impessoais no formato de arquétipos, tais arquétipos são representados através de símbolos que se manifestam nos mitos de todos os povos (Buchaul, 2009, p.5)

A partir disso, Campbell, em *O Herói de Mil Faces* (1997), definiu 17 passos, que podem ser maleáveis, que estruturam a jornada dos heróis, são esses acontecimentos que o protagonista de uma história precisa enfrentar para se tornar um mito. O autor divide esses acontecimentos em 3 capítulos: a partida, a iniciação e o retorno.

Na partida é onde o herói inicia sua aventura, que é dividida em 5 etapas: o chamado à aventura, a recusa ao chamado, o auxílio sobrenatural, a passagem pelo limiar e o ventre da baleia. Já na iniciação, o personagem passa a sofrer transformações, passando por 6 etapas: o caminho das provas, o encontro com a deusa, a mulher como tentação, a sintonia com o pai, a apoteose e a benção última. E por fim, a última parte da jornada, o retorno. Nesse momento o protagonista conduz o conhecimento que adquiriu de volta à sociedade, esse capítulo conta com 6 etapas: a recusa do retorno, o voo mágico, o resgate com auxílio externo, a travessia do limiar de retorno, o mestre dos dois mundos e a liberdade para viver.

Com base na ideia de Campbell a respeito da jornada do herói, o analista de roteiros Christopher Vogler escreveu o livro *A Jornada do Escritor* (2006), onde explica como a estrutura narrativa desenvolvida por Campbell influencia nas histórias de cinema. Além de propor uma adaptação dessa estrutura para roteiros cinematográficos, o roteirista afirma que “todas as histórias consistem em alguns elementos estruturais comuns, encontrados universalmente em mitos, contos de fada, sonhos e filmes” (Vogler, 2006, p. 26). Seu esforço foi de distribuir os 17 passos propostos por Campbell dentro da estrutura narrativa de três atos do cinema.

Por outro lado, a despeito do conceito desenvolvido por Joseph Campbell, podemos encontrar algumas críticas relevantes. Dentre elas, a da diretora de cinema Glenda Hambly, que em 2021 em um artigo para o *Journal of Screenwriting*, argumenta que a jornada do herói não tem uma aplicabilidade universal. De acordo com a diretora, Campbell projeta seus valores e narrativas características anglo-ocidentais, em por exemplo nas narrativas míticas indígenas, que têm normas diferentes e serve à um propósito que difere do foco na individualização e autorrealização que Campbell identifica como elemento chave para qualquer narrativa. Em 1990 em um artigo publicado para a *The American Scholar*, Mary Lefkowitz aponta que os estudos de Campbell reduz as mulheres a só desempenharem o papel de serem musas, cuidadoras e mães, ou seja, servindo de apoio para que os homens passem de fato pela jornada do herói. Ela ainda argumenta que, o autor ao centrar-se na capacidade de dar à luz como o grande aspecto comum entre a maioria das mulheres, oculta outros elementos que as tornam individuais e únicas, como por exemplo, seus desejos, necessidades e capacidades particulares.

OS SUPER-HERÓIS AMERICANOS: SUPER-HOMEM E CAPITÃO AMÉRICA

O Super-Homem é, possivelmente, a maior referência, para profissionais e público, de super-heróis. Nas suas histórias em quadrinho, é narrada a trajetória de Kal-El, futuramente, Super-Homem, uma criança, enviada de um planeta fadado à destruição, encontrada por um casal de Smallville, que, proporcionalmente ao seu crescimento, descobre os seus superpoderes, e, faz uso, anonimamente, de forma benevolente dos mesmos, somente, para ajudar a população da cidade (Siege; Schuster, 1938). Já no caso do Capitão América, ou Steve Rogers, o super-herói é um humano geneticamente modificado criado pela Marvel Comics. Como ser humano, Steve Rogers faz parte de um experimento, visando auxiliar os Estados Unidos na luta contra os países do eixo durante a Segunda Guerra Mundial, em resumo, ao realizar o tratamento, nasce o Capitão América, um super-herói utilizado politicamente desde o princípio, e, posteriormente, atuando como o líder dos Vingadores (Simon; Kirby. 1941).

O reconhecimento do Super-Homem e do Capitão América como os principais super-heróis americanos é fundamentado em uma série de fatores históricos, culturais e simbólicos que se acumularam ao longo de décadas, através de suas respectivas presenças na cultura popular. Tanto Super-Homem quanto Capitão América personificam valores intrinsecamente associados à cultura americana, tais como liberdade, justiça, igualdade e a defesa dos mais vulneráveis. Os personagens emergiram em períodos cruciais da história política dos Estados Unidos, tornando-se símbolos dos ideais que permeiam o imaginário coletivo, representando os arquétipos de heróis.

Apesar de reconhecidos como as duas maiores expressões dos quadrinhos no mundo, o surgimento destes, e outros, heróis é para proteger, exclusivamente, a sociedade americana daqueles que desejam destruir o sonho americano. São seres evoluídos, dotados de um caráter exemplar, lutando em prol dos princípios básicos da democracia e dos direitos humanos, conforme definidos pela sociedade norte-americana. É evidente nos respectivos personagens, o quanto são fontes de propaganda e transmissão de ideias, principalmente, ao considerar o uso dos arquétipos para construção dos super-heróis.

A produção audiovisual promovida pelos Estados Unidos, utiliza, amplamente, do conceito de arquétipos e inconsciente coletivo fundado por Carl G. Jung. Para o psiquiatra, o inconsciente consiste em duas camadas: inconsciente pessoal e o inconsciente coletivo. A primeira camada abriga o que o indivíduo viveu, sentiu e conheceu, porém não acessível à consciência ativa devido à repressão e esquecimento. A segunda camada, definitiva para análise em questão, contém a percepção de padrões pré-estabelecidos pela humanidade, denominados como arquétipos. Nas palavras de Carl G. Jung, o inconsciente coletivo é:

Constituído pelas percepções inconscientes dos processos reais exteriores, por um lado, e por outro por todos os resíduos das funções de percepção e adaptação filogenéticas. Uma reconstrução da imagem do mundo inconsciente resultaria numa imagem, mostrando a realidade exterior, tal como sempre foi

vista. O inconsciente coletivo contém, ou melhor, é uma imagem especular do mundo. De certo modo é um mundo, mas um mundo de imagens (Jung, 2011b, p. 169).

De maneira geral, o inconsciente coletivo é definido por um mundo de imagens, moldadas por experiências individuais e coletivas. Na criação dos personagens, Super-Homem e Capitão América, é, amplamente, utilizado de símbolos da cultura estadunidense. O símbolo mais evidente, são os uniformes dos personagens, usando e abusando da bandeira dos Estados Unidos. Aprofundando, as características psicológicas e físicas devem ser consideradas, afinal, são homens brancos, cristãos e dentro dos padrões estéticos definidos pela sociedade. Por fim, o uso destes, e outros, arquétipos somados aos valores repassados, abordados anteriormente, criam uma ferramenta poderosa de influência política para o mundo.

Ambos os personagens possuem uma notável trajetória nas páginas das histórias em quadrinho, incluindo diversas adaptações bem-sucedidas para outros meios de comunicação, como filmes, desenhos animados e séries de televisão. A exposição constante ao público, ao longo de muitas décadas, contribui para a construção de uma base de fãs leais e, conseqüentemente, para a perpetuação de seu legado. Em síntese, a consideração do Super-Homem e do Capitão América como os maiores super-heróis americanos se fundamenta em uma rica história, na representação de valores fundamentais e símbolos icônicos, diretos e indiretos. Os personagens são ícones incontestáveis no universo dos super-heróis, angariando, constantemente, admiradores devotos, e, mantendo a sua significativa influência na cultura popular.

A HISTÓRIA DE *THE BOYS*

A série de televisão que estreou em 2019, *The Boys*, baseada em uma história em quadrinhos criada por Garth Ennis e Darick Robertson, se passa em um mundo onde super-heróis são reais e são celebridades adoradas pelo público. Os super-heróis são membros de uma corporação chamada *The Seven*, que é uma sátira da Liga da Justiça da DC Comics, liderada por Homelander, uma figura carismática e aparentemente altruísta, baseada no Super-Homem. No entanto, esses super-heróis são egoístas, hedonistas e muitas vezes abusam do seu *status* para fins pessoais, eles são controlados por uma megacorporação chamada *Vought International*, que os explora para fins lucrativos, muitas vezes ignorando a ética e a segurança pública.

A história começa quando um homem comum, Hughie Campbell, perde sua namorada em um trágico acidente causado por um super-herói chamado A-Train, membro de *The Seven*. Revoltado e em busca de vingança, ele é recrutado por Billy Butcher, um misterioso ex-agente da CIA que lidera um grupo conhecido como *The Boys*. Este grupo é dedicado a combater os super-heróis corruptos e expor os segredos sombrios da corporação que os

controla.

Em essência, Homelander, personagem a que se debruça este estudo, é construído para representar o defensor da justiça, o mais puro patriotismo estadunidense e serve como uma interpretação crítica sobre o conceito tradicional do herói americano. Ao desconstruir esse arquétipo e expor suas falhas e vulnerabilidades, o personagem nos faz reavaliar nossa compreensão de heroísmo, poder e moralidade em um contexto moderno. Nos obriga a sermos mais criteriosos na nossa admiração pelas figuras públicas e a sermos atentos na responsabilização dos que estão no poder pelas suas ações, mesmo quando estão por trás de uma máscara de herói.

Apesar da série desmistificar, criticar, satirizar o governo americano através dos heróis e mostrar, explicitamente, que eles podem ser perigosos, Homelander foi colocado como símbolo político em manifestações ao redor do país. Homelander oferece uma visão mais complexa e realista dos super-heróis, e se enquadra no conceito de ideologia apresentado pelo sociólogo John B. Thompson (2000, p. 74), em que “fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos, desde que eles sirvam em circunstâncias sócio-históricas específicas para estabelecer e sustentar relações de dominação”.

HOMELANDER

O personagem principal, Homelander, paródia obscura da fusão do Capitão América e Super-Homem, característica principal da distopia apresentada na série, é o líder do grupo *The Seven*, os super-heróis principais da *Vought International*, empresa que os comercializa como ícones do heroísmo. Homelander é um super-herói poderoso, com poderes que incluem super-força, capacidade de voar e habilidade de disparar raio laser, como podemos visualizar na Figura 4. Criado como um experimento de laboratório, o super-herói cresceu desprovido de vínculos familiares e, conseqüentemente, de demonstrações de amor, um fato crucial para construção do caráter do personagem.

Com o uniforme inspirado nos heróis mencionados anteriormente, semelhante à bandeira dos Estados Unidos, Homelander é o estereótipo do típico super-herói americano, homem branco, heterossexual, cristão e de um físico invejável, somado a um discurso embasado no nacionalismo cristão americano. Para audiência, o super-herói é dotado de altruísmo, porém, nos bastidores, vemos sua personalidade instável e cruel, proveniente dos inúmeros problemas psicológicos resultantes da sua infância solitária, principalmente, por traumas relacionados à falta da figura materna. Suas ações muitas vezes priorizam seus interesses pessoais e da *Vought International*, em detrimento do bem-estar do público em geral. Isto destaca como os heróis podem ser manipulados pelos interesses corporativos e o lado mais sombrio do capitalismo. Ele opera impunemente, raramente enfrentando conseqüências por suas ações. Isto sublinha como o herói pode ser isento das regras que se aplicam aos cidadãos comuns, apontando os perigos do poder desenfreado. Ele

apresenta ao mundo uma imagem de heroísmo cuidadosamente selecionada, mascarando seus feitos mais sombrios. Homelander se encaixa perfeitamente a imagem atribuída por lordes inglês John Dalberg-Acton (1834-1902), político e autor de “*O poder corrompe e o poder absoluto corrompe absolutamente*”.

Assim como o Super-Homem usa dos raios de sol para restabelecer seus poderes, Homelander mergulha em adulação para restaurar seu ego frágil, sua kryptonita. Ele anseia por adoração e fama, usando sua personalidade de super-herói para aproveitar os holofotes. Uma sátira e crítica à cultura de celebridades, ao corporativismo e ao nacionalismo americano.

O personagem simboliza todo o tipo de poder corrompido, cultura do medo e impunidade, em esferas políticas, religiosas, entre outras. Ele expõe como atrás de uma máscara heroica e um discurso manipulado de salvação, a vulnerabilidade e as características humanas mais obscuras podem ser perigosas quando se possui poder, autoridade e admiração. Homelander se apresenta como uma representação que desmonta a ideia convencional do herói americano, justo e altruísta. Apesar de parecer ser a personificação suprema do super-herói à primeira vista, as características do Homelander revelam um contraponto a esse estereótipo.

Ao examinarmos a construção e símbolos que compõem o personagem de Homelander, é fundamental também entendermos de que forma sua caracterização desconstrói o arquétipo de herói e como ela subverte as virtudes e princípios tradicionalmente atribuídos aos heróis emblemáticos.

A desconstrução de modo geral pode ser definida como uma análise estratégica que expõe de maneira sistemática, os diferentes modos que um texto pode ser interpretado, sendo capaz também de exibir pressupostos ideológicos. O filósofo franco-magrebino Jacques Derrida (1930-2004), conhecido nos anos 1960 por cunhar o termo “desconstrução”, argumenta que o ato de compreender um sinal não é algo prontamente claro para nós.

Os signos referem-se ao que está ausente, portanto, em certo sentido, os significados também estão ausentes. O significado move-se continuamente ao longo de uma cadeia de significados, e não podemos ser precisos quanto à sua localização exata, porque nunca está ligada a um signo particular (Sarup, 1993, p. 33. Tradução nossa).

Para Joanne Martin (1990), um dos métodos para a desconstrução é encontrar dicotomias e mostrar serem uma falsa distinção, com isso, categorias que pareçam ser exclusivamente opostas, na verdade revelam ser interligadas. Neste sentido, nota-se que a série *The Boys* borra muito bem a linha entre o que é ser o herói ou o vilão, fazendo com que a maioria de seus personagens não sejam estritamente nem um e nem outro, mas sim uma mistura, brincando com a percepção do telespectador do que é propriamente bom ou ruim.

Diante deste contexto, pode-se considerar também que o personagem de

Homelander é uma personificação da desconstrução daquilo que compreendemos como o tradicional herói americano, uma vez que vai contra aos valores comumente atribuídos aos heróis em geral.

Capitão América e o Super-Homem foram criados enquanto representações idealistas que personificam virtudes populares, tais quais a liberdade e o patriotismo. Possuem poderes para combater o mal e têm a disciplina de utilizar-se desse poder apenas para o bem. Esses heróis, além de passarem pela jornada do herói, que inclui a partida, iniciação e o retorno, também são dotados de super-poderes e de um código moral perfeito e inabalável. O Homelander, apesar de compartilhar dos mesmos poderes e de uma história de origem similar à do Super-Homem, possui grandes diferenças de caráter com esse personagem. Enquanto o Super-Homem é nobre, cuidadoso, altruísta e prioriza salvar vidas, Homelander mostra-se cruel, egoísta, vingativo e só se importa com seus próprios interesses.

O uniforme de Homelander, que conta com uma capa, se assemelha com o primeiro uniforme do Capitão América, e ambos em seus universos são considerados ícones americanos, que lutam em nome da justiça e patriotismo. No entanto, Homelander distorce os valores ideais simbolizados por Capitão América. Ao invés de lutar pelo bem de sua nação e salvar vidas inocentes, Homelander se opõe a tais valores ao cometer uma série de crimes para apoiar sua imagem de “Pró América”, sendo então não apenas uma sátira desses heróis americanos, mas a própria incorporação e reflexo de uma nação egocêntrica e altamente focada em poder militar.

O personagem ao longo da série demonstra se comportar de uma forma completamente diferente do que se espera de um herói tradicional. Homelander não hesita em intimidar ou matar alguém que ele considera um oponente, apesar de por fora ser visto como uma pessoa carismática e amigável, é extremamente focado em preservar sua posição de poder e reage de forma totalmente brutal, sem apresentar nenhum remorso. Suas ações não giram em torno de salvar o mundo, mas sim de buscar a veneração, ser amado por todos e de atingir seus próprios objetivos egoístas.

No episódio 4 da temporada 1, intitulado como “A Fêmea da Espécie”, temos uma cena em que Homelander e Queen Maeve têm a tarefa de parar um avião que está sendo sequestrado. Ambos chegam até o avião e matam os terroristas responsáveis pelo sequestro, mas durante esse processo, acabam por destruir o controle de voo. Sem poder pilotar o avião, Queen Maeve pensa em algum plano para salvar os passageiros, pedindo para que Homelander levantasse o avião ou que os tirassem um a um. No entanto, Homelander não dá importância, e diz que não conseguiria segurar o avião sem parti-lo ao meio e não é rápido o suficiente para voar com os 123 passageiros. Enquanto isso, a turbulência faz os passageiros serem arremessados, e apesar disso, Homelander com um sorriso no rosto diz que todos serão salvos, enquanto se dirige para a porta traseira do avião para ir embora.

Sua atitude vai mudando drasticamente quando os passageiros, desesperados, imploram por socorro. Isso irrita Homelander, que num ato de crueldade, dispara o laser de seus olhos na direção dos passageiros, ameaçando matá-los caso não parassem de perturbá-lo. Diante da cena chocante, as pessoas presentes no avião assistem impotentes, Homelander deixar o avião, que caiu no oceano levando centenas de vidas inocentes.

É possível observar que Homelander é construído com base em uma sátira ao governo americano, comandado à época por Donald Trump, e seus apoiadores, contudo, apesar de ter críticas explícitas, o super-herói foi colocado como símbolo político em manifestações ao redor do país. Claramente, uma questão de identificação distorcida com o herói. Quanto mais humano for o herói, com as falhas de caráter incluídas na complexidade do personagem, mais provável a identificação (Pertuzzatti, 2009; Bona, 2009). Para jovens americanos, de direita, Homelander é um símbolo nacional. Um super-herói patriota, cristão, e, com problemas claros com minorias, sejam estes negros, imigrantes ou pessoas com deficiências e entre outros.

Um exemplo disso, é que em novembro de 2020, durante uma manifestação a favor do ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, apoiadores do governo utilizaram a imagem de Homelander para corroborar sua narrativa. Em uma foto compartilhada pelo Twitter, e que pode ser observada na Figura 1, há uma pessoa com uma máscara de Trump vestindo o uniforme do personagem, prendendo o então presidente eleito, Joe Biden. O *showrunner* da série, Eric Kripke e o ator que interpreta Homelander, Antony Starr, manifestaram seu descontentamento com o uso inapropriado da figura do personagem, questionando se realmente haviam assistido à série.



Figura 1 – *The Boys*: grupo de apoio a Trump usa figura de Homelander em manifestação
Disponível em: <https://11nq.com/0akIV>. Acesso em: 31 out. 2023.

Essa confusão também pode ser notada com base em informações do artigo *Right-Wing 'The Boys' Fans Grapple With Homelander Being A Villain, Confusing Everyone* (2022), de Paul Tassi publicado na revista Forbes. Após episódio 4 da 3ª temporada da série ir ao ar, a página da série no Reddit causou algumas polêmicas. Apesar do assunto política ser banido desse *subreddit*, o Homelander foi assunto ao ser comparado com Donald Trump, quando em uma cena o personagem vem a público na mídia, numa emissora equivalente a *Fox News*, e faz um discurso sobre dizer as coisas como elas realmente são e cultura do cancelamento, deixando uma base de jovens de direita incomodados com o rumo político crítico e escancarado que a série vem tomando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revisitando as hipóteses anteriormente mencionadas, torna-se evidente a confirmação das observações realizadas. Isso se comprova quando eventos envolvendo manifestantes que apoiam o político Donald Trump revelam a surpreendente adoção do traje característico do Homelander. Tal escolha é feita não com sarcasmo ou ironia, mas sim porque verdadeiramente o reconhecem como um símbolo. O ponto é que a paródia

representada por Homelander é tão próxima da realidade, dado à sua aparência e simbolismo similares ao nosso imaginário de herói, que algumas pessoas acabam comprando a ideia de forma equivocada. Essa base de pessoas ao esperarem de alguma forma por um arco de redenção do personagem, se recusam a enxergar as demais atrocidades cometidas pelo personagem desde o início da série, que comprova que Homelander é na verdade o grande antagonista e vilão da série, e que simboliza valores políticos claros de cunho conservador e fascista.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Matheus. The Boys: grupo de apoio a Trump usa figura de Homelander em manifestação. **TecMundo**. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/minha-serie/206839-the-boys-grupo-apoio-trump-usa-figura-homelander-manifestacao.htm>. Acesso em: 30 out. 2023.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. Tradução Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: CULTRIX/PENSAMENTO, 1997, Edição 10ª. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7614425/mod_resource/content/1/joseph-campbell-o-heroi-de-mil-faces-rev.pdf. Acesso em: 02 out. 2023

FAGAN, Aaron. **Anti-Heroes & 'The Boys'**. Phlexible Philosophy. Disponível em: <https://www.phlexiblephilosophy.com/art/the-boys-and-the-appeal-of-anti-heroes>. Acesso em: 30 out. 2023.

FIGUEIREDO, Sergio. **Como nascem os perversos super-heróis da série 'The Boys'**. In: VEJA. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cultura/como-nasceram-os-perversos-super-herois-da-serie-the-boys>. Acesso em: 23 out. 2023

FREITAS, Marcella Alves. **Superman – Origem, história e curiosidades do maior herói do mundo**. In: SEGREDOS DO MUNDO. Disponível em: <https://segredosdomundo.r7.com/superman-historia/>. Acesso em: 23 out. 2023.

HAMBLY, Glenda. **The not so universal hero 's journey**. Journal of Screenwriting. v.12. n.2. junho de 2021. p.135-150. Disponível em: https://intellectdiscover.com/content/journals/10.1386/josc_00056_1. Acesso em: 23 out. 2023

LEFKOWITZ, Mary R. **MYTHOLOGY: The Myth of Joseph Campbell**. The American Scholar. v.59. n.3. 1990. p.429-434. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41211815>. Acesso em: 23 out. 2023.

MCDONOUGH, Myles. **Joseph Campbell, History, and Antisemitism: Critiquing the Hero 's Journey**. In: FREE RANGE. Nov. 2022. Disponível em: <https://freerange.com/blog/joseph-campbell-history-and-antisemitism-critiquing-the-heros-journey>. Acesso em: 23 out. 2023.

MUSCO, Leticia T.Q, QUADROS, Laura Cristina T. **Reflexões acerca da série The Boys: aproximações entre o bem e o mal, interseções entre ficção e a realidade**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/abusoes/article/view/57930/38992>. Acesso em: 03 out. 2023

POP SÉRIES. Quais são os poderes do Capitão Pátria, o Homelander, em 'The Boys'? Disponível em: <https://popseries.com.br/capitao-patria-the-boys/>. Acesso em: 30 out. 2023.

RODOSINSKÁ, Jana; MAGALOVÁ, Lucia. **Supes, Inc.: Television Drama The Boys, Antiheroism and Society of Performance**. Media Literacy and Academic Research. vol. 5. n.1. 2022. Disponível em: https://www.mlar.sk/wp-content/uploads/2022/05/2_Jana-Radosinska-Lucia-Magalova.pdf. Acesso em: 03 out. 2023

SANTOS, Vinicius. **Superman às avessas: Antony Starr cria com Homelander o super mais detestável e irresistível de The Boys**. In: ROLLING STONE. Disponível em: <https://rollingstone.uol.com.br/noticia/superman-avessas-antony-starr-cria-com-homelander-o-super-mais-detestavel-e-irresistivel-de-boys-entrevista/>. Acesso em: 30 out. 2023.

SMOLIĆ, Paula. **Superhero deconstruction on the example of the TV series The Boys**. Završni rad, Sveučilište u Zadru, 2023. Disponível em: <https://zir.nsk.hr/islandora/object/unizd:7587>. Acesso em: 30 out. 2023.

TASSI, Paul. Right-Wing 'The Boys' Fans Grapple With Homelander Being A Villain, Confusing Everyone. **FORBES**. 2022. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/paultassi/2022/06/20/right-wing-the-boys-fans-grapple-with-homelander-being-a-villain-confusing-everyone/?sh=1d8ca9512e4d>. Acesso em: 30 out. 2023.

VIEIRA, Marcos. **The Boys: Proteger, Servir e Manipular**. In: INFINITIVIDADES. Disponível em: <https://www.infinitividades.com.br/wordpress/the-boys-proteger-servir-e-manipular/>. Acesso em: 30 out. 2023.

VIQUEIRA, Vanessa. **Quando os super-heróis também são humanos: The Boys**. In: A MENTE É MARAVILHOSA. Disponível em: <https://amenteemaravilhosa.com.br/quando-os-super-herois-tambem-sao-humanos-the-boys/>. Acesso em: 23 out. 2023

VOGLER, Christopher. **A jornada do Escritor: Estruturas Míticas para Escritores**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. Disponível em: <https://notamanuscrita.files.wordpress.com/2016/02/visto-vogler-jornada-do-escritor.pdf>. Acesso em: 23 out. 2023

WHITE, Brett. 'The Boys' Airplane Rescue Is The Hardest Scene to Watch in Superhero History. **DECIDER**. 2019. Disponível em: <https://decider.com/2019/07/28/the-boys-amazon-airplane-rescue-scene/>. Acesso em: 30 out. 2023.

YANG, Hannah. **Deep Dive: Joseph Campbell 's "Hero's Journey"**. In: PRO WRITING AID. Disponível em: <https://prowritingaid.com/joseph-campbell-hero>. Acesso em: 23 out. 2023

BIBLIOTECA PROFESSOR JOSÉ NORCIA FILHO: BIBLIOTECÁRIA ENGAJADA E COM BRILHO NOS OLHOS

Data de submissão: 22/11/2023

Data de aceite: 02/01/2024

Simone Lopes Dias

Colégio João XXIII – São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/2118505310096795>

RESUMO: O artigo destaca o processo de informatização da Biblioteca Professor José Nórdia Filho no Colégio João XXIII em São Paulo. O objetivo foi aprimorar serviços, atualizar técnicas, otimizar gestão de materiais e melhorar acessibilidade. A biblioteca inaugurada em 1983 e reinaugurada em 2019 é recurso crucial no ensino. A falta de informatização adequada dificultava o acesso ao acervo, levando à necessidade de informatização para melhor contribuir com o ensino-aprendizagem. A informatização oferece acesso eficiente, produtividade, acessibilidade, pesquisa avançada e redução de custos. O foco principal é a catalogação do acervo como serviço vital para organização e localização. Catalogar livros é complexo, exigindo processos rigorosos executados por bibliotecários. A biblioteca escolar é crucial, ligando currículo e sala de aula, promovendo leitura e informações. Ela se baseia em espaço, acervo e serviços. A classificação é essencial, pois facilita a busca eficiente.

A biblioteca adotou o Software Pergamum para informatização, melhorando a gestão do acervo e serviços. O software gerencia empréstimos, reservas, inventário e outras tarefas. A escolha estratégica beneficiou a biblioteca, economizando tempo e recursos. A introdução da informatização desempenhou um papel significativo no aperfeiçoamento dos serviços da instituição, ressaltando a relevância fundamental do apoio e incentivo da Direção para o êxito pleno do processo de automação da biblioteca escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca escolar, Informatização, Colégio João XXIII, Aprimoramento de Serviços, Catalogação, Software Pergamum.

**PROFESSOR JOSÉ NORCIA FILHO
LIBRARIAN: ENGAGED LIBRARIAN
WITH A SHINE IN HIS EYE**

ABSTRACT: The article highlights the computerization process of the Professor José Nórdia Filho Library at Colégio João XXIII in São Paulo. The objective was to improve services, update techniques, optimize materials management and improve accessibility. The library, opened in 1983 and reopened in 2019, is a crucial

resource for teaching. The lack of adequate computerization made access to the collection difficult, leading to the need for computerization to better contribute to teaching and learning. Computerization offers efficient access, productivity, affordability, advanced research and cost reduction. The main focus is cataloging the collection as a vital service for organization and location. Cataloging books is complex, requiring rigorous processes carried out by librarians. The school library is crucial, linking curriculum and classroom, promoting reading and information. It is based on space, collection and services. Classification is essential as it facilitates efficient searching. The library adopted Pergamum Software for computerization, improving collection management and services. The software manages loans, reserves, inventory and other tasks. The strategic choice benefited the library, saving time and resources. The introduction of computerization played a significant role in improving the institution's services, highlighting the fundamental relevance of Management's support and encouragement for the full success of the school library automation process.

KEYWORDS: School library, Computerization, Colégio João XXIII, Service Improvement, Cataloging, Pergamum Software.

INTRODUÇÃO

De acordo com Lionel Casson (2018, p. 13-14):

Na década de 1980, arqueólogos em Ebla, Síria, descobriram uma sala de arquivo no palácio real, queimado por invasores por volta de 2300-2250 a.C. A sala continha cerca de duas mil tabuletas de argila, empilhadas no chão, provavelmente caídas de prateleiras de madeira ao longo das paredes durante o incêndio. A maioria das tabuletas era de registros administrativos, incluindo distribuições de têxteis e metais pelo palácio. No entanto, cerca de 60 tabuletas continham listas de palavras em sumério, enquanto 28 eram bilingües, com tradução para o ebláita. Duas tabuletas eram duplicatas de um mito sumério. Essa descoberta revelou a biblioteca de trabalho dos escribas do palácio, sugerindo que, na época, as coleções eram pequenas o suficiente para pesquisa direta nas prateleiras, antes de se tornarem muito extensas.

Mesmo com o passar dos anos continuamos com o mesmo problema para administrar, como organizar e tornar viável e acessível a toda a pesquisa na biblioteca.

Deste modo, conforme corroborado por Bezerra (2008, p.4-5):

A biblioteca escolar, segundo Motta (1999), é essencial para facilitar o ensino e aprendizagem, exigindo organização, gerenciamento eficiente e atratividade. Seu acervo deve ser diversificado e adequado para apoiar alunos e professores. A sala de leitura deve expor materiais de maneira a incentivar o interesse. Programações extracurriculares, como Hora do Conto e Encontro com Autores, enriquecem a experiência. Inserir alunos de Ensino Fundamental em uma biblioteca prazerosa e educativa contribui para torná-los usuários regulares em busca de informações. A biblioteca é um recurso valioso para professores e alunos, operando como um laboratório de autoaprendizagem, destacando-se como um espaço único na escola que promove interação entre aluno, professor e bibliotecário. O gerenciamento eficaz é fundamental para atender às necessidades de ambos.

Ressalta-se assim a importância da biblioteca na aprendizagem, e sua organização e informatização para suprir todas as necessidades dos ávidos aprendizes, a partir deste contexto tem-se o processo de informatização do acervo da Biblioteca Professor José Nórdia Filho, situada no prestigiado Colégio João XXIII localizado no icônico Bairro Vila Prudente, na cidade de São Paulo – SP. O objetivo primordial é elevar a qualidade de seus serviços, atualizar a abordagem técnica, otimizar a gestão de materiais e aperfeiçoar a acessibilidade e a recuperação de informações, estabelecendo uma conexão eficiente entre a biblioteca e seus usuários.

A Biblioteca Professor José Nórdia Filho foi inaugurada em 27 de junho de 1983, pelo Secretário da Educação do Estado de São Paulo, Dr. Paulo Tarso Santos. Recebeu este nome em homenagem ao então diretor do Colégio João XXIII, Prof. José Nórdia Filho, grande incentivador da criação deste importante espaço escolar.

Reinaugurada em 8 de novembro de 2019, pelo Secretário Municipal de Cultura Alexandre Youssef, faz parte de um grande salto de qualidade do Colégio João XXIII, construída a partir de arrojado e inovador projeto dos arquitetos Antônio Mantovani e Ana Carolina Moraes.



Figura 1 – Biblioteca Professor José Nórdia Filho

Evidencia-se então, a partir da figura 1, o notável recurso educacional proporcionado pelo Colégio que fomenta e enriquece o dinamismo do processo de ensino-aprendizagem. Nesse ambiente, é oferecido um espaço físico composto por livros, materiais e serviços cuidadosamente alinhados com os perfis e as demandas informacionais dos usuários, além de considerar a essência da cultura local.

Contudo, em maio de 2021, identificou-se a necessidade de realizar a informatização do acervo, pois tal como a biblioteca de Ebla, a pesquisa ao acervo estava se tornando inviável aos usuários, dificultando o acesso e prejudicando o desenvolvimento do binômio ensino-aprendizagem. Portanto, o processo de informatização do acervo tornou-se imprescindível, por diversas razões que justificam plenamente a sua implementação. Dentre elas, destacam-se:

1. **Acesso Facilitado:** a informatização do acervo possibilita um acesso mais eficiente e prático às informações contidas nele. Ao cadastrar as obras, os usuários podem encontrar e consultar o material de maneira rápida.

2. Aumento da produtividade: a informatização reduz a redundância de tarefas permitindo que os funcionários se concentrem em atividades de maior valor agregado. Além disso, processos automatizados podem ser implementados para agilizar o fluxo de trabalho, otimizando a produtividade e eficiência das operações.

3. Acessibilidade e Compartilhamento: a digitalização torna o acervo acessível. Além disso, há a possibilidade de consultar o acervo da biblioteca de qualquer aparelho conectado à internet.

4. Pesquisa e Análise: a informatização do acervo também oferece oportunidades significativas para análises de dados e pesquisa. Ferramentas de busca avançadas e recursos de análise textual podem ser aplicados para descobrir padrões, tendências e informações valiosas dentro do acervo, permitindo insights que podem subsidiar tomadas de decisão mais embasadas.

5. Redução de custos: embora a implantação inicial de sistemas de informatização possa envolver um investimento, a longo prazo, essa medida tende a resultar em economias substanciais com o controle de circulação, a realização de inventário etc.

Desta forma, salienta-se que a informatização do acervo é uma etapa crucial para modernizar e aprimorar as operações, gerando impactos positivos em diversos aspectos. Acesso facilitado, preservação dos registros, ganhos de produtividade, ampliação da acessibilidade, oportunidades de pesquisa e redução de custos são apenas algumas das vantagens que tornam essa ação não apenas necessária, mas também estratégica para promover a eficácia, eficiência e progresso da instituição.

Sendo assim, o objetivo central deste artigo é apresentar a catalogação do acervo, um serviço de importância crucial para a organização e pronta localização das obras. No entanto, é vital compreender que a catalogação de livros, embora fundamental, é frequentemente uma tarefa de alta complexidade. Isso decorre da necessidade de seguir processos e metodologias rigorosas, que permitem a minuciosa identificação e registro de cada obra no sistema. O propósito deste artigo reside em expor o processo de informatização do acervo da Biblioteca Professor José Nória Filho, situada no prestigiado Colégio João XXIII.

Em função do exposto tem-se como problema de pesquisa: Quais as etapas e procedimentos para implementar um processo de informatização em uma biblioteca escolar?

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Figueiredo e Souza (2007)

Historicamente, o papel do bibliotecário evoluiu junto com a criação das primeiras bibliotecas pela nobreza e pelo clero. Inicialmente, as funções biblioteconômicas eram reservadas aos homens eruditos, especialmente aqueles ligados às letras ou ao clero. Até o ano de 1751, não havia uma

teorização formal para as atividades dos bibliotecários, que atuavam como conselheiros e auxiliavam os usuários na recuperação da informação. O termo “bibliotecário” foi introduzido por Diderot e D’Alembert em 1751, definindo-o como responsável pela guarda, preservação, organização e crescimento dos livros de uma biblioteca. Em 1873, a Escola de Chartes, na França, estabeleceu o primeiro curso de Biblioteconomia, com ênfase no humanismo. Em 1887, Melvil Dewey fundou a School of Library Economy na Universidade de Columbia, introduzindo um currículo com disciplinas técnicas. Até então, a formação de bibliotecários envolvia aprendizado prático e visitas a outras bibliotecas, além da leitura da literatura bibliotecária disponível.

Com o passar dos anos o perfil do profissional vai se alterando a nova fluidez do mundo globalizado, desse modo, verifica-se que ao bibliotecário compete não apenas disponibilizar informações, mas também desempenhar papéis essenciais como mediador no processo de leitura e aprendizagem, facilitador do acesso ao acervo bibliográfico, organizador de atividades culturais e colaborador fundamental em prol do currículo escolar, demonstrando habilidades multifacetadas nesse cenário educacional. Diante disso, é pertinente mencionar o principal papel do bibliotecário, segundo as Diretrizes da IFLA/Unesco na biblioteca escolar (2005, p. 12).

Cabe ressaltar que a função central do bibliotecário escolar consiste em desempenhar um papel ativo na realização da missão e dos objetivos da instituição educacional, abrangendo a avaliação, a implementação e o progresso tanto da missão quanto dos objetivos da biblioteca. Trabalhando em colaboração com a equipe pedagógica, então, o bibliotecário assume a responsabilidade de participar ativamente no planejamento e na execução dos programas escolares.

Sendo assim e de acordo com Pimentel, Bernardes e Costa (2007), o espaço da biblioteca escolar deve ser concebido como um espaço dinâmico e indispensável na formação do cidadão crítico e reflexivo. Ratificado por Bezerra (2008, p. 5) ao afirmar que:

A biblioteca escolar é um espaço único na escola, diferenciando-se de outros ambientes educativos ao promover interação entre alunos, professores e bibliotecários. Funciona como um laboratório de autoaprendizagem, proporcionando uma variedade de informações. Essa característica laboratorial é evidenciada pela oferta de materiais bibliográficos que, ao serem utilizados, estimulam o interesse dos alunos por diversas informações, contribuindo para o aprimoramento da alfabetização, leitura verbal e não verbal. Simultaneamente, quando orientados corretamente, esses recursos também impactam positivamente no desenvolvimento cognitivo dos usuários.

Apesar de sua relevância para a educação, nem sempre leitura e biblioteca escolar são valores definidos como prioritários, o papel das bibliotecas deverá ser revisto pelo sistema de ensino e pelas escolas, transformando-as em um espaço de convivência, de debate, de reflexão e de fomento à leitura. A agenda escolar e o projeto político-pedagógico da escola, tomando a leitura e a biblioteca como uma de suas prioridades, podem contribuir para alterar e definir novos objetivos para a educação. (Berenblum, 2009, p. 33)

Neste sentido, a compreensão de biblioteca escolar como “[...] um espaço de convivência, de debate, de reflexão e de fomento à leitura”, conforme sinaliza Berenblum (2009, p. 33), é fundamental para abrir a discussão sobre a biblioteca escolar e as atuações em práticas educativas. Portanto, um avanço crucial residiria em posicionar a biblioteca como uma prioridade intrínseca no âmbito do Projeto Político-Pedagógico. Isso garantiria que todos os membros da comunidade escolar reconhecessem sua função, compreendendo sua verdadeira essência, em vez de relegá-la a um simples depósito de livros.

O espaço da biblioteca escolar tem um papel maior que só de armazenagem, o potencial do ambiente é muito maior, ele é a força motriz que impulsiona os leitores, uma vez que a educação deve favorecer a aptidão natural da mente em formular e resolver problemas essenciais e, de forma correlata, estimular o uso total da inteligência geral (Morin, 2011 p. 37), a biblioteca faz com que esta aptidão natural ganhe asas, se desenvolva, crie e contribua com a sociedade de forma crítica e consciente.

DESENVOLVIMENTO

A relevância da biblioteca e da leitura é tamanha para nossa sociedade que um dos maiores líderes mundiais, Alexandre, o Grande, carregava consigo um exemplar da *Iliada* para guiá-lo em suas conquistas, de acordo com Puchner, 2019, p. 26:

Alexandre, nas suas campanhas militares, concentrava-se em três objetos significativos que carregava consigo. Primeiro, um punhal, simbolizando seu desejo de evitar o destino de assassinato semelhante ao de seu pai. Ao lado, guardava uma caixa adquirida de seu adversário persa, Dario. O objeto mais precioso dentro dessa caixa era uma cópia de seu texto favorito, a *Iliada*, que ele levava consigo para a Ásia, enxergando-a como a história fundamental que guiava sua campanha e vida, influenciando a mente do príncipe que conquistaria grande parte do mundo conhecido.

Destaca-se então a importância de conhecer novas culturas como afirma Morin (2011, p. 90) as traduções de romances, ensaios, livros filosóficos de uma língua para outra permitem a cada país ter acesso às obras dos outros países e de nutrir-se das culturas do mundo, alimentando com suas obras, ao mesmo tempo, o caldo de cultura planetária.

Deste modo, verifica-se como os livros influem em nossa formação e em nossa sociedade e cabe evidenciar que no contexto dos materiais impressos, recentemente tem havido discussões sobre a distinção entre o desempenho e a capacidade de leitura entre os livros físicos e os digitais.

Reforçando a singularidade dos livros impressos, algumas evidências científicas sustentam que o papel continua sendo o meio mais eficaz para cultivar habilidades de leitura aprofundada e crítica – especialmente em nações com níveis significativos de desigualdade, como o Brasil. Dados relevantes para esse debate provém do Pisa, uma avaliação internacional primordial que compara o progresso educacional entre diversos

países.

Alguns dados importantes nessa discussão vêm do Pisa, o principal exame internacional a comparar o aprendizado em vários países.

No ano 2022, a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), entidade responsável pelo exame, divulgou que estudantes com 15 anos de idade que cultivavam o hábito de ler livros impressos obtiveram, em média, um acréscimo de 49 pontos na avaliação de leitura do Pisa 2018, em comparação com seus colegas que raramente ou nunca se dedicavam à leitura de livros.

Essa diferença de 49 pontos corresponde a cerca de 10% da média geral de pontuação dos países no exame de leitura do Pisa.

Adicionalmente, os estudantes que adotavam o hábito de leitura em formato impresso também apresentavam maior satisfação ao se envolverem na atividade de leitura, em comparação àqueles que optaram por textos digitais.

“Os resultados do Pisa confirmam que o acesso a capital cultural, como livros, é um forte preditor do desempenho dos estudantes”, aponta a OCDE.

A leitura digital oferece vantagens significativas, como a capacidade de buscar fontes de informação e verificar dados de maneira rápida. No entanto, uma inquietação entre os pesquisadores é que, ao utilizar dispositivos eletrônicos, nossa leitura tende a ser mais superficial em comparação com a leitura em papel - muitas vezes “passando os olhos” ao invés de realmente absorver o conteúdo.

“Estudos realizados ao longo da última década revelam que, ao mensurar a compreensão - ou seja, o quanto as pessoas retêm do que leem -, esta tende a ser notavelmente superior em relação ao texto impresso, particularmente em casos de textos extensos”, compartilha com a BBC News Brasil a pesquisadora Naomi S. Baron, distinta professora emérita de Linguística na American University, localizada em Washington (EUA).

O texto impresso estimula uma leitura mais pausada e concentrada em comparação ao texto exibido em telas, que frequentemente é influenciado pelo ritmo das redes sociais e das múltiplas tarefas, destaca Baron.

Grande parte de nossas atividades no ambiente digital ocorre em alta velocidade: conferir uma postagem no Face book, uma foto no Instagram, os resultados de partidas de futebol, e depois seguimos adiante. Com o texto impresso, presumindo que você não esteja constantemente verificando o celular, há uma tendência a dedicar uma atenção mais profunda. Se você medir a compreensão - o quantas pessoas se lembram do que leem -, ela é quase sempre melhor no texto impresso, especialmente para textos longos”, diz a acadêmica.

A experiência tátil proporcionada pelo texto impresso - manipular e virar páginas manualmente - também parece ser propícia para fomentar a concentração, de acordo com Baron.

Em suas investigações junto a jovens em fase escolar, ela compartilha que “eles

relatam que, ao lerem uma narrativa ficcional, conseguem se envolver de maneira mais profunda na leitura (em papel) e se conectar com os personagens”.

Uma ideia semelhante foi anteriormente apresentada pela neurocientista americana Maryanne Wolf, cujos estudos indicam que a leitura superficial poderia ter implicações sobre a habilidade humana de compreender argumentos complexos, realizar análises críticas e até mesmo desenvolver empatia por perspectivas diversas.

Perdemos o engajamento profundo com o conteúdo que estamos lendo, o que reduz a probabilidade de sermos levados a um genuíno entendimento dos sentimentos e pensamentos de outra pessoa. Em outras palavras, deixamos de nos conectar de maneira significativa com o material e, conseqüentemente, nos afastamos da possibilidade de vivenciar em plenitude a perspectiva e os sentimentos alheios.

Alinhados com a afirmativa acima, o espaço da biblioteca escolar não deve se resumir a lugar de realização de atividades pedagógicas configuradas como aula, servindo de espaço de punição a tarefas não realizadas ou limitação à realização de pesquisas. Torna-se importante pensar na biblioteca escolar como “[...] um espaço perfeito para que todos nela possam utilizá-la como uma fonte de experiência, exercício da cidadania e formação para toda a vida”. (Pimentel; Bernardes e Costa, 2007, p. 25).

Sendo assim, a biblioteca escolar desempenha um papel crucial ao estabelecer uma ligação essencial entre as salas de aula e o currículo escolar. Essa conexão intrínseca com o processo de ensino-aprendizagem não apenas promove a leitura e oferece uma ampla gama de informações, mas também se traduz em ações voltadas para o atendimento da comunidade escolar. Dessa forma, são criados vínculos que contribuem de maneira significativa para a formação integral dos indivíduos.

Desta forma, a presença das bibliotecas nas escolas, cuidadosamente organizadas para se integrarem às atividades das salas de aula e ao desenvolvimento curricular, reforça a necessidade de um compromisso ativo no que diz respeito à formação e expansão das coleções. Isso envolve ações como seleção criteriosa, classificação adequada, catalogação precisa, indexação eficiente e, não menos importante, a mediação de informações.

Ressalta-se então que a biblioteca repousa sobre três pilares essenciais: espaço físico, acervo e serviços.

O espaço físico é configurado com instalações destinadas ao acervo, compreendendo estantes ajustadas ao público com a altura ideal. O ambiente é cuidadosamente projetado para ser acolhedor, agradável, arejado, rico em cores e acessível.

O acervo é concebido em colaboração com a equipe pedagógica, resultando em uma lista diversificada de obras, incluindo livros e periódicos, em diversos formatos, adaptados ao perfil informacional e à realidade local. A implementação de um sistema automatizado oferece controle patrimonial eficiente e facilita a pesquisa. A aquisição de materiais segue uma política bem definida, focada em expansão e atualização constante.

Os serviços oferecidos são abrangentes, com horários de funcionamento que atendem

às necessidades da escola. A orientação é estendida a todos os alunos e colaboradores, abrangendo o acesso e a pesquisa no acervo. O serviço de empréstimo é disponibilizado, e propostas de colaboração e agendamentos regulares garantem atendimento a todos os alunos. Além disso, atividades lúdicas e envolventes são oferecidas com o propósito de aprimorar o conhecimento, estimular a imaginação e promover o pensamento criativo e lógico.

O cotidiano dos bibliotecários é notoriamente dinâmico, abrangendo tarefas desde a administração do acervo até o planejamento e execução de atividades pertinentes à área. No âmbito dessas responsabilidades cruciais, uma das mais reconhecidas e indispensáveis é a catalogação de livros com alto padrão de qualidade.

Conforme destacado previamente, a catalogação de livros é uma ação de importância primordial em diversas categorias de bibliotecas, desempenhando um papel central na eficaz administração do acervo. A prestação do serviço de catalogação engloba a elaboração da descrição informativa de livros e outros documentos variados, seguindo diretrizes internacionais que orientam a maneira de relatar os dados que conferem identidade a um determinado material bibliográfico.

O processo de catalogação de livros envolve a diligente coleta e registro de uma série de informações vitais pelo bibliotecário. Esses dados incluem elementos como o título da obra, nome do (s) autor (es), eventuais tradutores (es), número correspondente à edição, editora responsável, local e data de publicação, extensão em número de páginas, ISBN (International Standard Book Number) do livro, um breve resumo, detalhes da capa, assuntos abordados, a série a qual a obra possa pertencer, entre outros.

No contexto brasileiro, o padrão mais amplamente empregado para essa catalogação é o AACR2 (Anglo-americano Cataloguing Rules, 2nd Edition), que é um conjunto de normas e diretrizes que estabelecem os critérios para a catalogação de materiais bibliográficos.

Deste modo e partindo da premissa de que a informação inerte não resulta em conhecimento, e compreendendo que, sem um processo de organização contemporâneo e eficaz, a informação tende a se perder no emaranhado, tomamos a decisão de adotar uma administração precisa do acervo, aproveitando a tecnologia como uma valiosa aliada.

Fez-se necessário a aquisição de um Software específico, projetado para atender às necessidades locais e, simultaneamente, fortalecer a disseminação da informação.

Essa medida estratégica visa transformar informações estáticas em conhecimento dinâmico, por meio de uma gestão proativa e moderna. A escolha de um Software apropriado reflete o compromisso da instituição com a acessibilidade e disponibilidade dos recursos informativos, garantindo que os materiais possam ser encontrados de forma eficiente e, assim, aproveitados plenamente.

Sob esta ótica, o sistema da biblioteca é concebido com a missão de conferir ao usuário uma experiência otimizada, fundamentada na celeridade, organização e precisão no registro de todo o acervo bibliográfico. Isso se traduz na capacidade de gerir de

maneira eficaz empréstimos, reservas, elaborar relatórios estatísticos detalhados, conduzir consultas avançadas com a utilização de operadores booleanos e muito mais. Em última análise, essa infraestrutura inteligente se destina a simplificar o processo de encontrar informações específicas, atendendo prontamente às necessidades do usuário.

E, a atividade de classificação desempenhada nas bibliotecas representa uma das etapas mais cruciais no que diz respeito à organização da informação. Além disso, exerce um papel central em toda a dinâmica da biblioteca, desempenhando um papel fundamental para a consecução de suas funções.

Ademais, a classificação contribui significativamente para a função de mediação da informação que a biblioteca desempenha, tornando possível a busca e obtenção de informações de forma eficiente e coerente para seus usuários.

Constata-se então que a gestão do acervo assegura a organização e padronização abrangentes. Nesse contexto, a localização, monitoramento e movimentação desses elementos se tornam substancialmente facilitados, permitindo igualmente a plena utilização de suas informações. Através da implementação da automatização, o desfecho é caracterizado pelo incremento da rapidez e exatidão em todas as atividades empreendidas.

A catalogação de livros, como atividade, é intrinsecamente complexa, demandando notável atenção, dedicação temporal e uma profunda habilidade organizacional por parte da bibliotecária responsável.

Através da utilização do software, os bibliotecários têm à sua disposição a capacidade de efetuar uma gestão eficaz e precisa de todo o acervo, facilitada pela possibilidade de realizar uma catalogação ágil e efetiva dos livros.

A Direção do Colégio João XXIII, demonstrando um compromisso consciente e vigoroso, reconheceu a relevância incontestável da adoção de um sistema informatizado para aprimorar a administração de dados e atender plenamente às necessidades informacionais.

Em consonância com essa visão, direcionaram investimentos para a ampliação da qualidade dos serviços oferecidos pela biblioteca, realizando a aquisição do notável Sistema Pergamum. Esse sistema, de funcionamento integrado, se destina a simplificar a gestão dos centros de informação, trazendo melhorias substanciais para as atividades cotidianas em colaboração com os usuários.

A aquisição da licença para o Sistema Automatizado Pergamum foi efetuada, e o processo de cadastramento dos livros teve início no mês de julho de 2021.

De acordo com Dias (1998):

Pergamum é um sistema informatizado de controle de bibliotecas. Este sistema foi implementado na arquitetura cliente/servidor, com interface gráfica, utilizando banco de dados relacional server query language (SQL). O sistema contempla as principais funções de uma biblioteca, das quais: Cadastro de material; Cadastro de usuários; Controle de Consultas; Relatórios.

O Pergamum dispõe de um conjunto significativo dos principais padrões internacionais de catalogação e comunicação de dados, permitindo a operação em conformidade com as seguintes referências:

- MARC 21: Um formato que viabiliza a intercambialidade das informações entre diferentes bibliotecas, assegurando uma comunicação padronizada.
- ISO 2709: Este formato possibilita que distintas bibliotecas utilizem e importem os registros efetuados, promovendo a interoperabilidade.
- Z39.50: Um protocolo estabelecido com o propósito de facilitar a troca de registros entre as bibliotecas, contribuindo para a colaboração efetiva.
- XML: Este formato de dados, amplamente reconhecido e adotado em inúmeras bibliotecas, também é suportado pelo sistema.

A incorporação do Pergamum também viabiliza a gestão abrangente do acervo, abrangendo tarefas como a produção de inventários, controle de aquisições, gerenciamento de doações, monitoramento de assinaturas de periódicos, gerenciamento de permutas e orçamentos. Todas essas informações são meticulosamente organizadas e armazenadas na plataforma, conferindo simplicidade e eficiência à gestão geral.

Conforme elucidado, o Pergamum dispõe de ferramentas que efetivamente aprimoram a administração do acervo, um suporte essencial na catalogação de livros. Nesse contexto, empreendeu-se a etapa inicial do registro dos 11.000 exemplares que compõem o acervo da Biblioteca José Nórdia Filho.

Para a realização da ação houve respaldo e apoio integral da Direção da Instituição, com a aquisição dos recursos indispensáveis, como: impressora, etiquetas, protelivros, leitor QR-Code, plaquinhas para identificação, caixas de acrílico, entre outros.

Impulsionados pelo incentivo e o firme apoio da Direção, embrenhamo-nos com entusiasmo em nossos deveres, com o ímpeto de alcançar êxito nesse desafio.

Ações:

- Higienização de todas as obras;
- Separação: poesia; sem texto; letra bastão; história em quadrinhos; cartonado; pop up; contos etc.
- Cadastro de todos os campos MARC.
- Classificação do assunto; responsabilidade (autor, ilustrador, tradutor), título, coleção, resumo, assuntos, capa, exemplar etc.
- Colagem das etiquetas e dos protelivros;
- Organização e guarda no acervo;
- Identificações: prateleiras e laterais estantes;

- Consulta acervo, etc.

Todas as ações delineadas para a implantação do sistema informatizado Pergamum foram efetivamente executadas ao longo de um período de 17 meses.

Implementou-se também um terminal de consulta ao acervo, proporcionando aos usuários a valiosa oportunidade de acessar e explorar de forma autônoma os recursos bibliográficos disponíveis.

Tornando o usuário protagonista de sua pesquisa e ação no ambiente da biblioteca escolar.

No terminal de consulta disponibilizou-se diversos tipos de pesquisa e filtros para os usuários, possibilitando inúmeras formas de efetivação de sua pesquisa, fornecendo as ferramentas necessárias para seu desenvolvimento e crescimento.

- Empréstimos: No horário da aula, são mediados pela Bibliotecária e educadoras; Caixa com livros para serem utilizadas em Sala de Aula (Empréstimos mensais); Atendimentos no horário intervalo, entrada e saída dos alunos e colaboradores.

Sendo assim, cumpriu-se então todas as etapas e procedimentos necessários para a implementação de um sistema de informatização em uma biblioteca escolar.

CONCLUSÃO

Devido a relevância do ambiente da biblioteca escolar no binômio ensino-aprendizagem e para o crescimento e desenvolvimento de seus usuários como protagonistas de seu processo de aquisição de conhecimento, a decisão de informatizar a biblioteca através da implantação de um software de gerenciamento bibliotecário revelou-se uma iniciativa verdadeiramente brilhante e estrategicamente fundamentada.

A adoção do software Pergamum representou um avanço significativo para a modernização, otimização e organização do acervo. A informatização não apenas aperfeiçoou a eficiência e a rapidez dos processos, como também proporcionou uma experiência aprimorada e inovadora aos usuários, ao possibilitar que sejam protagonistas de sua pesquisa e de sua ação para adquirir conhecimento. Através da centralização das informações, a catalogação, busca e localização de obras tornaram-se mais ágeis e precisas, facultando então aos usuários maior autonomia e agilidade na busca por informações.

Neste contexto, pode-se afirmar que a tecnologia implementada possibilitou o enriquecimento da experiência do usuário e contribuiu para uma gestão mais eficiente e ágil do acervo, pois a capacidade do software em gerir empréstimos, reservas, inventário, bem como outras tarefas essenciais revelou-se crucial para a rotina da biblioteca. Isso resultou em economia de tempo e recursos, permitindo que a equipe se concentrasse em atividades de maior valor agregado.

Deste modo, ao avaliar os benefícios alcançados em termos de acessibilidade, eficiência, agilidade de processos, gerenciamento de tempo e administração de recursos, torna-se evidente que a opção de informatizar a biblioteca por meio do software Pergamum foi uma escolha acertada e racional, pois de forma crítica e consciente o software atendeu a todos os requisitos necessários para o funcionamento da biblioteca escolar.

Sendo assim, a escolha pela informatização via software revelou-se capaz de impulsionar a melhoria contínua nos serviços disponibilizados pela instituição, ressalta-se que o apoio e incentivo da Direção desempenharam um papel primordial na concretização bem-sucedida do processo de automação da biblioteca escolar.

Cabe salientar que, por tratar-se de um estudo preliminar de caráter exploratório, afere-se que o estudo retrata percepções introdutórias sobre a temática abordada, deste modo, sugere-se a possibilidade de novas pesquisas acadêmicas sobre os resultados apresentados visando ampliar o escopo e ao mesmo tempo apresentar alternativas de ação.

REFERÊNCIAS

BBC News Mundo. **O que é a leitura profunda e por que ela faz bem para o cérebro.** 01 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-59121175>. Acesso em: 28 de agosto de 2023.

BERENBLUM, Andréa; PAIVA, Jane. **Por uma política de formação de leitores.** Brasília: Ministério da Educação, 2006. 35p.

BEZERRA, Maria Aparecida da Costa. **O papel da biblioteca escolar:** importância do setor no contexto educacional. CRB-8 Digital, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 4-10, out. 2008. Disponível em: <http://www.crb8.org.br/ojs/crb8digital>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

CASSON, Lionel. **Bibliotecas no mundo antigo.** São Paulo: Vestígio, 2018.

COLÉGIO JOÃO XXIII. **Biblioteca José Norcia Filho.** Disponível em: <https://www.colegiojoao23.com.br/>. Acesso em: 18 de agosto de 2023.

DIAS, Tânia Mara. Pergamum – Sistema informatizado da biblioteca da PUC/PR. Relatos de experiência. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 319-328, set./dez. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/JLFTP9mssbTDfXQSSY4f9hj/?format=pdf>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

FIGUEIREDO, Marco Aurélio Castro de, SOUZA, Renato Rocha. Aspectos profissionais do bibliotecário. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 24, p. 10-31, 2º sem. 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/49419>. Acesso em: 30 de agosto de 2023.

GOULART, Isa do Carmo Vieira, DIAS, Magda Alves, e LELIS, Danielle Oliveira. (2019). **O espaço físico das bibliotecas públicas escolares:** entre o legal e o real. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 15, nº 2, p. 4–26. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/630>. Acesso em: 18 de agosto de 2023.

MANIFESTO da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias. Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar. 2000.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. Revisada. São Paulo: Cortez. DF: UNESCO.

PIMENTEL, Graça; BERNARDES, Liliâne; COSTA, Marcelo Santana. Profuncionário. **Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação**. Universidade de Brasília, 2007.

PISA. **Estudantes brasileiros demonstram bons resultados no PISA 2022**. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/estudantes-brasileiros-d-emonstram-bons-resultados-no-pisa-2022>. Acesso em: 18 de agosto de 2023.

PUCHNER, Martin. **O mundo da escrita: como a literatura transformou a civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

WOLF, Maryanne. **O cérebro no mundo digital: Os desafios da leitura na nossa era**. São Paulo, Contexto, 2020.

SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI - Doutorado (2015) e Mestrado (2001) em Serviço Social pela UFPE, Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais pela UNB. Atua na Saúde Pública há duas décadas no Sistema Único de Saúde – SUS, acompanhando Discentes e Residentes em Saúde. Coordena a Residência Multiprofissional na Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria de Saúde da Cidade do Recife, exercendo a docência em nível de Pós Graduação na modalidade de Residência nas disciplinas de Bioética, Promoção da Saúde, Segurança do Paciente no contexto da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, Política de Saúde e Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, dentre outras. Coordena o *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde*, na Universidade de Pernambuco, com atividades iniciadas em 2016, ainda no formato de projeto de extensão, enquanto devolutiva do processo de doutorado, orientando discentes e Residentes na área de saúde em atividades de extensão universitária incluindo orientação de extensionistas em cursos e eventos de extensão; desenvolvendo atividades formativas – cursos, grupos de estudos, encontros, oficinas e outros – voltadas para a qualificação de recursos humanos e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária do SUS. Coordena o Ciclo de Estudos e Debates em Saúde Pública, atividade de extensão, que tem dentre os seus objetivos incentivar a produção acadêmica através de estudos, pesquisas e produção de textos com vistas à popularização da ciência e tecnologia. O *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde* atua nas seguintes áreas temáticas: Promoção da Saúde, Prevenção e Enfrentamento das Violências, HIV/AIDS no contexto do enfrentamento da Epidemia, Serviço Social e Políticas Sociais no Brasil; Saberes e Práticas nas Mídias.

A

- Abolição da escravidão 9
Acervo 13, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67
Acesso universal 14
Água 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 35, 36, 40
Altruísmo 44, 49
Aprendizagem 56, 57, 58, 60, 63, 67
Assentamentos 23, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42
Assentamentos irregulares 35, 36, 37, 42
Atenção primária à saúde 12, 14, 16, 17, 19, 30, 31, 33

B

- Biblioteca 17, 20, 41, 42, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69

C

- Cidade 11, 18, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 22, 32, 47, 58, 70
Classe trabalhadora 2, 36
Corrompidos 44

D

- Declaração de Alma-Ata 14
Degradação ambiental 35
Determinantes sociais 14
Doenças transmitidas pela água 35

E

- Ensino-aprendizagem 56, 58, 63, 67
Espaço urbano 9, 11, 4

H

- Habitações unifamiliares 35

I

- Influência 7, 8, 44, 45, 48
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada 9, 19

J

- Justiça 44, 47, 48, 49, 51

M

Meio ambiente 2, 7, 8, 36, 40, 41, 42

Meio natural 1, 2

Modelo biomédico 14

O

Objeto natural 2, 10, 11

Ocupação 9, 7, 10

P

Paisagem 1, 2, 4, 5

Pesquisa na biblioteca 57

Poder 11, 12, 15, 18, 3, 44, 49, 50, 51

População em situação de rua 9, 19

Processo de industrialização 9

Processo de informatização 56, 58, 59

S

Saneamento domiciliar 35

Saúde mental 1, 2, 5, 6, 70

Sistema capitalista 2

Sistema de produção 9

Sistema de saúde 14

Sociedade 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 18, 19, 8, 14, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 61

T

Trabalhador 2

Trabalhadores da área da saúde 1, 2

Trabalho 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 1, 3, 12, 28, 34, 35, 36, 40, 42, 45, 57, 59

Trabalho noturno 1, 2, 5, 6, 7, 8

Tratamento de esgoto 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41

COMPREENDENDO A COMPLEXIDADE SOCIAL:

estudos interdisciplinares nas
ciências sociais aplicadas

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br



COMPREENDENDO A COMPLEXIDADE SOCIAL:

estudos interdisciplinares nas
ciências sociais aplicadas

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

